



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

**JULIANO LUIS BORGES**

**A TRANSIÇÃO DO MST PARA A AGROECOLOGIA**

---

Londrina  
2007

**JULIANO LUIS BORGES**

**A TRANSIÇÃO DO MST PARA A AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder

Londrina  
2007

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B732t Borges, Juliano Luis.  
A transição do MST para a agroecologia / Juliano Luis Borges.  
– Londrina, 2007.  
183f. : il.

Orientador : Luiz Antonio Cabello Norder.  
Dissertação (Pós-graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, 2007.  
Bibliografia : f.170 - 179.

1. MST – Assentamentos rurais – Monografias. 2. Cooperativismo – Monografias. 3. Sustentabilidade – Monografias. 4 . Agroecologia – Monografias. I. Borges, Juliano Luis. II. Norder, Luiz Antonio Cabello. III. Universidade Estadual de Londrina. III. Título.

CDU 333.013.6:577.4

**JULIANO LUIS BORGES**

**A TRANSIÇÃO DO MST PARA A AGROECOLOGIA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Gilmar Laforga  
Universidade do Estado de Mato Grosso –  
UNEMAT

---

Prof. Dr. Paulo Bassani  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 09 de julho de 2007.

*À minha família pelo estímulo e apoio. À minha esposa pelo amor e carinho.*

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Londrina (UEL) e ao Departamento de Ciências Sociais, pela oportunidade de realizar este curso de Mestrado. Isso não seria possível sem o apoio incondicional de meu orientador, Prof. Dr. Luiz Antonio Norder, que disponibilizou de seu tempo para romper as dificuldades provocadas pela minha distância de Londrina. À Prof. Dra. Ana Cleide Cesário e à Prof. Dra. Leila Jeolás, pelas contribuições à minha formação.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU): Prof. Dr. Adalberto Paranhos, pelo incentivo e pelos ensinamentos jamais esquecidos; Prof. Dr. Antônio Ricardo Michelotto, pelas sugestões sempre importantes; Prof. Dra. Mônica Chaves Abdala e Prof. Dra. Elisabeth Fonseca Guimarães, pelo carinho e exemplo. À Prof. Dra. Andréia Terzariol Couto e Prof. Dr. João Cleps Júnior, pela iniciação à pesquisa na sociologia rural.

Em Tangará da Serra não posso esquecer do grande mestre Carlos Pedro, que não me deixou desistir nos momentos mais difíceis em minha mudança para Mato Grosso. Aos meus amigos de trabalho, que compartilham diariamente minha vida: Alcenira, Laura, Carol, João, Letícia, Viviane, Socorro, especialmente Lucas “calcinha”, pelo aprendizado constante. À Andréia, Dênea e Leliane, pelo carinho e amizade.

À Prefeitura de Tangará da Serra pela concessão de licença integral na fase final deste trabalho, em especial ao Prefeito Júlio César e aos Secretários Municipais e companheiros, Zé Pequeno e Prof. Moacir. À Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), pela acolhida dos professores Ms. Sandro Sguarezi e Esp. Wilson Luconi; pelo apoio constante e amizade do Prof. Dr. Gilmar Laforga e da sempre presente Viviane Fraga. Aos amigos e companheiros do Curso de Capacitação e Especialização em Economia Solidária, que dão uma lição de vida, através do trabalho e da perseverança. Ao Igor, do setor de imprensa do MST, e ao Bruno, pela valiosa contribuição à pesquisa documental.

Pela recepção sempre agradável, amizade e paciência em minha estada em Uberlândia, agradeço a Tia Cida, Tzar e Tia Alzira. Aos meus amigos Cairo Chupa, Dione, Duardo, Tarsa, Fabiana, Maria Luíza, Edmar e meu irmão Thiago. A meus pais Silvagno e Rosimeire, pela confiança e amor; meus tios Jacaré e Silnaide e meus primos Rodolpho e Rogério, minha família em Tangará da Serra. À minha esposa Cristina, pelas noites em claro, transcrevendo fichamentos e organizando documentos para a pesquisa; pela dedicação e compreensão e, principalmente, seu amor, meu eterno carinho.

A todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a construção deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

BORGES, Juliano Luis. **A transição do MST para a agroecologia**. 2007. 164f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar historicamente as concepções do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre a organização da produção e do trabalho nos assentamentos rurais, remontando ao período de sua formação, organização estrutural e implementação do projeto de desenvolvimento. O MST surgiu num período marcado pelo processo de modernização da agricultura e pela transição político-partidária no Brasil. Desde sua formação, o Movimento busca viabilizar os assentamentos rurais através de estratégias produtivas que permitam a resistência dos trabalhadores na terra. No final da década de 80, o MST adotou o cooperativismo como principal forma de organização do trabalho e da produção. Para implementar esse projeto de desenvolvimento, constituiu uma estrutura organizacional – de abrangência local, estadual e nacional – baseada nos princípios de sua “teoria da organização no campo”. Nesse sentido, incentivou a criação de cooperativas de produção – consideradas forma superior de empreendimento agrícola – em várias regiões do país. O trabalho no interior das cooperativas deveria ser conduzido por um novo sujeito (“sem terra”), pautado por valores e práticas voltados, essencialmente, para o coletivo. A base dessa nova representação social seria construída pela superação dos “vícios” contidos nas relações sociais e produtivas do campesinato (agricultura tradicional). Nesse conflito de representações, as práticas adotadas pelo MST sofreram resistências e rupturas. A partir de fatores internos e externos, o cooperativismo do Movimento começou a entrar em crise. Internamente, a produção em larga escala de monoculturas, voltada para a agroindustrialização e mercado externo, não era compatível com a organização dos assentamentos, que possuíam mão-de-obra abundante e poucos recursos para custeio das lavouras – dependentes de recursos externos como insumos químicos, equipamentos e máquinas. Além disso, a coletivização do trabalho encontrava resistência nos assentados, causando um descompasso com a orientação do MST (Direção Nacional). Externamente, o governo FHC criminalizou a luta pela terra e extinguiu o crédito especial para a reforma agrária, restringindo as políticas públicas voltadas para essa demanda. O esgotamento do paradigma de produção adotado possibilitou a incorporação de novos elementos à luta pela terra e à organização da produção e do trabalho. Esses elementos aproximaram o MST da noção de sustentabilidade, orientada, fundamentalmente, pela agroecologia. A partir daí, o paradigma agroecológico tornou-se princípio para transformação social. De um lado, questionando o modelo agroexportador atual; de outro, reorientando as estratégias nos assentamentos rurais. A produção, antes voltada somente para a esfera econômica, adquire novas dimensões: social e ambiental. Para isso, inicia um processo de desconstrução/reconstrução de suas bases, as quais devem voltar-se para as particularidades sociais, econômicas, políticas e culturais construídas na localidade. Saberes e práticas que vinham sendo considerados, pelo MST, inadequados à realidade dos assentamentos rurais, por mais de uma década, passaram a ser resgatados como princípios fundamentais da agroecologia. A luta pela terra e a resistência dos trabalhadores assentados passam por novos componentes como a preservação dos recursos naturais e a valorização do conhecimento tradicional. O projeto de desenvolvimento agroecológico apresenta-se, atualmente, como o principal enfoque do MST, em busca de uma nova perspectiva para os assentamentos rurais em todo o país.

**Palavras-chave:** MST. Assentamentos rurais. Cooperativismo. Sustentabilidade. Agroecologia.

BORGES, Juliano Luis. **The transition of MST to agroecology**. 2007. 164f. Dissertation (Master`s Degree in Social Sciences). – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

### ABSTRACT

The objective of this work is to analyze historically the concepts of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dealing with production organization and work done in rural settlements, throughout the period of its formation, structural organization and implementation of the development process. MST appeared during a period marked by agricultural modernization and by the transition of political parties in Brazil. Since its formation, the movement seeks to validate rural settlements using strategies that permit the resistance of laborers. At the end of the 1980s, MST adopted cooperativism as their principal form of organized labor e production. In order to put this development process into affect, the organization built an organizational structure, with local, state and national branches, based on the principles of its “theory of organization in the rural field”. In this sense, MST encouraged the creation of production co-ops- considered to be a superior form of agricultural undertaking- in various parts of the country. The work done within the co-ops was to be conducted by a new laborer (“without land”) guided by values and practices centered around, essentially, the good of the collective. The base of this new social representation would be constructed in order to overcome the “sins” and misdeeds traditionally found in the social sphere of agriculture. Within the conflict of representations, the practices adopted by MST suffered resistance and ruptures. The cooperative aspect of the movement began to enter in crisis, due to internal and external factors. Internally, the production of mono-cultures on a large scale, directed at agro-industrialization and the external markets, wasn’t compatible with the organization of the settlements, which possessed an abundance of physical laborers and few resources needed for plantation costs, dependent on external resources like chemical materials, equipment and machines. Collectivism of work encountered resistance within the settlements, also, causing misunderstandings with MST's national directors. Externally the administration of FHC criminalized the fight for land and extinguished the special credit used for agrarian reform, restricting the political publics concerned with this need. The exhaustion of the adopted production paradigm made possible the incorporation of new elements into the fight for land and the organization of production and labor. These elements aligned themselves to MST in the notion of sustainability, fundamentally orientated by agroecology. From this point, the agroecological paradigm became principle in the fight for social transformation. One side questioned the current agricultural export model, while the other, reorientated the strategies within the rural settlements. Production, before focused solely on the economic sphere, gained new social and environmental dimensions. With this began a process of deconstruction/reconstruction of the movement’s bases, which focused on social, economic, political and cultural specifics built within the locations. Ideas and practices that MST considered inadequate for the reality of the rural settlements for more than a decade, were reinstated as fundamental principles of agroecology. The fight for land and the resistance of squatting laborers gained new components centered on the preservation of resources and the valorization of traditional knowledge. The process of agroecological development presents itself, currently, as the principle focus of MST, which seeks a new perspective for their rural settlements throughout the country.

**Keywords:** MST. Rural settlements. Cooperativism. Sustainability. Agroecology.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Tipos de organização coletiva da produção .....	69
<b>Quadro 2</b> – Formas de superação das relações tradicionais de trabalho .....	82
<b>Quadro 3</b> – Tipos de agricultura alternativa.....	118
<b>Quadro 4</b> – Níveis básicos de transição para agroecossistemas sustentáveis .....	125

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABCAR** – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- ACAR** – Associação de Crédito e Assistência Rural
- ART** – Assalariado Rural Temporário
- ASCAR** – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
- CA** – Cooperação Agrícola
- CAIs** – Complexos Agroindustriais
- CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base
- CONDRAF** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CPA** – Cooperativa de Produção Agropecuária
- CCA** – Central Cooperativa dos Assentamentos
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNA** – Confederação Nacional da Agricultura
- CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CONCRAB** – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPS** – Cooperativa de Prestação de Serviços
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FIP** – Formação Integrada da Produção
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITERRA** – Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
- ITR** – Imposto Territorial Rural
- JST** – Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- LOC** – Laboratório Organizacional de Campo
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- OCB** – Organização das Cooperativas do Brasil
- ONGs** – Organizações Não-Governamentais
- PCB** – Partido Comunista do Brasil

**PDAs** – Projetos de Desenvolvimento de Assentamentos  
**PNATER** – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro  
**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária  
**PROCERA** – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária  
**PRONAF** – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar  
**PRRAs** – Planos Regionais de Reforma Agrária  
**SCA** – Sistema Cooperativista dos Assentados  
**SNCR** – Sistema Nacional de Crédito Rural  
**s.p.** – sem página  
**SRB** – Sociedade Rural Brasileira  
**TAC** – Técnico em Administração Cooperativa  
**UDR** – União Democrática Ruralista  
**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A LUTA PELA TERRA.....</b>	<b>18</b>
2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	20
2.2 A REVOLUÇÃO VERDE E OS IMPACTOS NO PROCESSO PRODUTIVO.....	24
2.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS .....	27
2.4 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO CAMPONESA .....	34
2.5 A LUTA PELA TERRA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.....	44
<b>3 O PRODUTIVISMO NO MST .....</b>	<b>52</b>
3.1 POLÍTICAS DE ASSENTAMENTO E CRÉDITO PARA A REFORMA AGRÁRIA .....	54
3.2 O COOPERATIVISMO NO MST .....	63
3.3 TEORIA DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA.....	74
3.4 A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO .....	84
<b>4 O MST E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....</b>	<b>97</b>
4.1 O ESGOTAMENTO DO MODELO COOPERATIVISTA .....	98
4.2 PRINCÍPIOS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA .....	108
4.3 ASSENTAMENTOS RURAIS E O NOVO ENFOQUE PRODUTIVO .....	129
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>144</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>160</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta discussões sobre as transformações, nos últimos anos, do projeto de desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para os assentamentos de reforma agrária no Brasil.

Desde sua criação, decorrente de um cenário social, político e econômico construído pela modernização da agricultura, o MST buscou organizar a produção nos assentamentos rurais através da coletivização do trabalho, a qual apresentava, em sua fase inicial, características essencialmente localizadas. Através de associações e grupos coletivos, os assentados orientavam a produção e as diferentes formas de trabalho de acordo com as particularidades em que estavam inseridos. Esse tipo de organização prevaleceu até as tensões sociais provocadas pela “redemocratização” política no país.

A partir desse momento, o MST iniciou a construção de uma estrutura organizativa, com representação nas esferas local, estadual e nacional, ordenada sob uma base teórica de inspiração kautskiana. A relação desses elementos culminou no projeto de cooperação agrícola do Movimento, o qual atribuía à cooperativa a forma superior de organização do trabalho e da produção nos assentamentos rurais – produção em larga escala, a mecanização agrícola, a utilização de insumos químicos e a divisão do trabalho (especialização de tarefas). Para materializar essas práticas, havia a necessidade de criação de um novo sujeito, com características diferenciadas, voltado, fundamentalmente, para o trabalho coletivo – potencializador da transição para o socialismo.

Em decorrência da afirmação dos princípios e práticas do cooperativismo, o Movimento atuou na criação de cooperativas em diferentes regiões do país, consolidando seu projeto de desenvolvimento para os assentamentos rurais.

A implementação e organização das cooperativas apresentou dificuldades diante da diversidade econômica e social presente nas localidades. Esses fatores, conjugados a uma ofensiva governamental contrária às ações do MST – fim do crédito especial e a criminalização da luta pela terra – desencadearam o esgotamento do modelo cooperativista, que já vinha apresentando sinais de crise desde a década de 90. Nesse contexto, o MST começou a redefinir suas bases para viabilidade dos assentamentos e para a própria luta política (reforma agrária). Essa mudança de orientação aproximou o movimento da noção sustentabilidade, a qual seria alcançada através da agroecologia.

Nos últimos anos, o MST redefiniu suas estratégias, reorganizando a luta política, a produção e o trabalho nos assentamentos rurais, através de princípios e práticas agroecológicas. Isso foi resultado de suas transformações políticas e organizativas ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto social, político e econômico em que esteve inserido. A transição agroecológica em curso tem sido concebida como um processo lento e gradual, que necessita ser aperfeiçoado e avaliado constantemente, para que os projetos de desenvolvimento para os assentamentos rurais estejam articulados com as necessidades construídas localmente.

Nesse sentido, o principal objetivo deste trabalho é analisar historicamente a organização da produção e do trabalho nos assentamentos rurais do MST, desde sua criação, em 1984, até os dias atuais. Essa discussão é necessária para entender o papel atual do Movimento, remontando ao período de sua formação, organização estrutural e implementação do projeto de desenvolvimento para os assentamentos rurais. O método histórico é fundamental para essa construção, pois “(...) *preenche o vazio dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos*” (LAKATOS; MARCONI, 1982, p. 80).

O processo histórico é permeado por relações sociais, econômicas e políticas em interação constante, o que requer um cuidado analítico para interpretação dos fenômenos à luz de referenciais teóricos das ciências. Para tentar estabelecer a análise do MST, do produtivismo coletivista à agroecologia, foram articulados dois tipos de pesquisa: bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica foi construída a partir da escolha tema, relativo à produção e trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária ligados ao MST. Desse ponto de partida, as fontes foram sendo definidas com a delimitação do problema: o processo histórico da organização da produção e do trabalho. A pesquisa bibliográfica é indispensável para os estudos históricos, pois em “(...) *muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos*” (GIL, 2002, p. 45). A partir dessas referências, foi possível realizar uma breve reconstituição das principais abordagens da questão agrária no Brasil. Esse resgate histórico permite compreender – de forma introdutória – a formação da estrutura fundiária no país até a modernização da agricultura, iniciada na metade do século XX.

As questões políticas e sociais em torno da luta pela terra estão inseridas nessas discussões, possibilitando visualizar os antecedentes históricos de formação do MST.

Sobre suas origens, existe uma vasta bibliografia, ampliando as informações para utilização na pesquisa. Ao mesmo tempo foram estabelecidas delimitações conceituais pertinentes ao problema definido.

Na conclusão da pesquisa, os referenciais bibliográficos permitiram um maior aprimoramento do problema e uma visão mais clara da interface com a análise documental. A pesquisa bibliográfica interpõe todo o trabalho e sua importância é inquestionável. “*Todavia, por si só, (...) é insuficiente*” (GIL, 2002, p. 63). Dessa forma, o desenvolvimento do trabalho contou com o acesso a documentos produzidos pelo próprio MST.

A principal fonte para desenvolvimento da pesquisa foi o *Jornal Sem Terra* (JST), o qual recebeu tratamento analítico de suas publicações. A análise documental partiu dos números do JST de 1987<sup>1</sup> até as últimas versões em 2006. “*(...) há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica*” (GIL, 2002, p. 46). Esse tipo de pesquisa decorre de um trato específico do problema formulado. A problematização surge como resultado de uma reflexão mais apurada sobre o tema estabelecido. Os documentos do MST foram fundamentais para a solução do problema colocado. A partir deles, a pesquisa foi operacionalizada num universo abrangente de informações que podem ser utilizadas para os mais diversos trabalhos – o volume de notícias e artigos contidos no jornal é muito grande, porém toda a leitura foi dirigida para o objetivo da pesquisa. Apesar de a análise estar delimitada, todo o conteúdo relacionado à organização da produção e do trabalho nos assentamentos rurais necessitou ser interpretado, passando por algumas fases inter-relacionadas.

A primeira foi a demarcação temporal das publicações (1987 a 2006, num total de 20 anos), concomitantemente à definição dos tipos de consulta disponíveis, visando a otimização da pesquisa (preparação de material para análise). A consulta aos JST foi realizada através de três acervos diferenciados. Os jornais de 1987 a 1998 foram pesquisados no acervo da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), localizado na Universidade Estadual de Londrina. O segundo local de consulta foi uma biblioteca virtual de documentos relacionados a movimentos sociais. Por meio de tecnologia que reproduz integralmente as versões originais, esse acervo constitui fonte muito importante para pesquisas históricas

---

<sup>1</sup> A primeira versão do *Jornal Sem Terra*, ainda mimeografado, data de 1981. Editado inicialmente em Porto Alegre, a partir de 1985 sua publicação passa ser em São Paulo, com a instalação da Secretaria Nacional do MST.

através de documentos. Nessa biblioteca foram analisados os JST de 1998 a 2004. Outra parte da pesquisa foi realizada através da versão eletrônica do JST na página do MST na *internet*. A utilização de fontes virtuais está adequada à tendência crescente de recuperação de documentos históricos e a maior disponibilização para consulta. Documentos com acesso restrito, de acervos públicos ou particulares, podem ser analisados por pesquisadores de diferentes regiões, não perdendo a qualidade do material e das informações em seu conteúdo.

A segunda fase da pesquisa documental foi a leitura do material e a separação do conteúdo pertinente ao problema. Essa análise inicial estabeleceu uma demarcação de passagens relacionadas ao escopo do trabalho; mesmo assim, a quantidade de informações era muito grande – o MST é um movimento social de abrangência nacional, as práticas desenvolvidas em assentamentos rurais, em diferentes regiões do país, estavam destacadas em todos os números do JST. Num segundo momento, o material selecionado foi novamente analisado e selecionado, com base em dados organizados em uma linha temporal, em quantidade de informações relevantes em todos os anos de publicação. Isso foi necessário para dar coerência à trajetória histórica do MST e da organização dos assentamentos rurais – os documentos foram essenciais para estabelecer a reconstrução desse processo através do tempo. Desde as associações e grupos coletivos locais, passando pelo cooperativismo baseado na grande produção, até a nova orientação agroecológica, os documentos do Movimento refletem os contextos através de passagens que trazem explícitas as formas de organização da produção e do trabalho.

A terceira e última fase foi a análise e interpretação dos dados para referência direta na redação do trabalho. Nessa fase, foram destacadas passagens importantes, que ilustram e definem orientações, princípios, valores e práticas do MST, com reflexo na realidade dos assentamentos rurais. Optou-se por não trabalhar o conteúdo do JST em um capítulo a parte, mas sim, articulado com as discussões levantadas no desenvolvimento da análise bibliográfica.

Para entender o atual momento de transição no MST e as implicações nos assentamentos rurais, deve-se remeter ao processo histórico que deu origem a esse cenário. As particularidades contidas nesse trajeto são essenciais para pensar os limites e possibilidades de um novo projeto, de uma nova forma de organização da produção e do trabalho coletivo.

Na construção dessa abordagem, a pesquisa delineada neste trabalho foi dividida em 3 Capítulos. O Capítulo 1 apresenta uma breve discussão histórica dos principais elementos da questão agrária no Brasil. Desde o período colonial, a concentração fundiária e a formação de uma elite agrária com grande poder político foi responsável por uma dinâmica

social excludente de subordinação e controle social dos trabalhadores no meio rural. Essa característica manteve-se praticamente inalterada nos períodos históricos subsequentes. A questão agrária esteve sempre associada ao contexto histórico do país, aos cenários específicos de cada período, em que estavam em tensão a exploração intensiva da produção e as relações de trabalho em seu interior.

Um aspecto de grande relevância para essa análise foi o processo de modernização da agricultura. Suas bases foram construídas, principalmente, pelas inovações técnicas da Revolução Verde. A utilização de insumos químicos e a mecanização no processo produtivo resultaram num aumento expressivo da produtividade no campo. A introdução dos pacotes tecnológicos na agricultura foi apoiada por políticas governamentais, que incentivaram a produção através de linhas de financiamento, pesquisa, assistência técnica e extensão rural. Esse contexto foi marcado pelos governos militares e as políticas de estímulo ao desenvolvimento econômico no país. A lógica de desenvolvimento do Estado buscou a homogeneização dos padrões de produção, independente das relações sociais e produtivas existentes, principalmente da pequena produção tradicional (campesinato). Esse paradigma, com fins eminentemente econômicos, agravou a situação dos trabalhadores rurais, que migraram para os grandes centros urbanos ou foram proletarizados nos CAIs (complexos agroindustriais) como “bóias-fria”.

As tensões sociais, inseridas num contexto de crise do regime militar, e a difícil situação no campo foram essenciais para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento social surgiu no período de “redemocratização” do país, com o objetivo de organizar a massa de trabalhadores rurais para a luta pela reforma agrária. A partir das mobilizações sociais, o Movimento imprimiu uma nova dinâmica para a questão agrária, através da conquista de assentamentos rurais, numa constante tensão com as elites agrárias e o Estado. A formação da União Democrática Ruralista (UDR) foi um movimento de reação ao avanço do MST, conseguindo importantes vitórias na Constituinte e na eleição de Collor para a presidência.

O processo decorrente desse período e a análise do cooperativismo no MST serão apresentados no Capítulo 2.

O contexto da “transição democrática”, referente à implementação das políticas de assentamento e crédito, possibilitou ao MST criar uma estrutura organizacional para operacionalizar sua atuação nos assentamentos rurais. Com o objetivo de viabilização econômica dos assentamentos, o Movimento incentivou a criação de cooperativas, a fim de consolidar um modelo de organização da produção e do trabalho coletivo. Isso foi possível

pela articulação entre suas esferas representativas nacional, estadual e local. Toda essa construção estava embasada na “teoria da organização do campo”, a qual consolidou as bases do cooperativismo do MST. Partindo do referencial kautskiano, essas concepções teóricas viam na produção cooperativa uma forma superior de organização no espaço produtivo.

O desenvolvimento econômico dos assentamentos rurais dependia, segundo as formulações vigentes no MST, naquele período, do avanço do empreendimento cooperativo e das relações de trabalho e produção contidas nele. Para alcançar esse objetivo, deveria ser formado um novo sujeito, portador de características diferentes do produtor tradicional (camponês), considerado principal entrave para a afirmação da cooperação agrícola nos assentamentos rurais.

Diante de um quadro teórico e através de uma organização voltada para os assentamentos rurais, o MST incentivou a criação de cooperativas de produção em diferentes regiões do país. A difusão de seu projeto de desenvolvimento econômico ocorreu em um período de grande mobilização em torno da luta pela terra. Isso possibilitou à reforma agrária um lugar de destaque entre as políticas governamentais. Mesmo com esse estímulo, o cooperativismo apresentou contradições internas, ligadas às práticas produtivas e à coletivização do trabalho.

O agravamento dessas contradições internas foi acompanhado pela desestruturação das políticas de crédito especial e pela criminalização da luta pela terra. Em decorrência, o cooperativismo começou a entrar em crise, ocasionando seu esgotamento no final dos anos 90. Esse processo culminou na mudança nas diretrizes do MST para a luta política e para a organização dos assentamentos rurais.

A transição do paradigma de produção modernizante para a agroecologia será apresentada no Capítulo 3.

Ainda que de forma secundária, discussões e avaliações de práticas sobre desenvolvimento sustentável e agroecologia estiveram presentes em eventos do MST (Encontros, Congressos, Fóruns, Jornadas, entre outros) e experiências em assentamentos rurais. Após o 3º Congresso Nacional, em 1995, esses elementos começaram a adentrar a agenda política do Movimento como alternativa ao modelo agroexportador dos anos 90. As práticas alternativas adquiriram relevância e a agroecologia propiciou um novo momento histórico para o MST.

Para uma delimitação temporal, o 4º Congresso Nacional do MST, em 2000, foi o marco na adesão explícita ao projeto agroecológico para os assentamentos rurais. Essa mudança, em processo inicial, requer uma nova postura nos assentamentos rurais e na própria

organização do Movimento. A transição agroecológica, em termos conceituais, parte da construção de estratégias locais (baseadas no saber tradicional), aliada ao desenvolvimento da agricultura ecológica.

Para alcançar níveis de sustentabilidade nas dimensões social, econômica e ambiental, a transição agroecológica parte de uma desconstrução/reconstrução de princípios, valores e práticas, os quais deverão abrir espaço para as articulações locais e o saber tradicional, a fim de que as especificidades contextuais sejam determinantes para o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

## 2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A LUTA PELA TERRA

A modernização da agricultura corresponde a um longo processo desencadeado pela apropriação capitalista da produção agrícola. A mudança na base técnica e a incorporação de elementos artificialmente criados transformaram as relações sociais e econômicas no campo brasileiro. Durante o período de gestação e intensificação da modernização da agricultura, a estrutura de poder e dominação da elite agrária foi reordenada em novas bases. Por isso, esse processo, denominado de “conservador”, recriou os pilares de sustentação políticoeconômicos herdados desde o período colonial.

No meio rural, as resistências à imposição desse paradigma de desenvolvimento refletiram em formas de organização e mobilização não vistas anteriormente. Desde os anos 50 e 60, os movimentos de luta pela terra expressaram as contradições existentes na estrutura fundiária no país, passando a incorporar uma massa de trabalhadores marginalizados pela intensificação da exploração capitalista na agricultura. Esses movimentos geraram, em seu bojo, ímpetos reacionários de certos segmentos, que defenderam a legitimidade dos interesses dominantes.

Neste capítulo, serão abordadas as características do processo de modernização da agricultura e seus reflexos na emergência dos movimentos de luta pela terra no Brasil. Nesse contexto, o Estado teve um papel importante na legitimação de uma lógica produtivista de desenvolvimento. Em nome da modernização, milhares de trabalhadores foram privados das condições mínimas de subsistência, sendo integrados ao sistema como meros trabalhadores assalariados. Além dos problemas sociais, enumeram-se outros, que se articulam num conjunto de conseqüências perversas para a agricultura no país. Nesse cenário, os movimentos sociais tiveram um papel fundamental para que a reforma agrária fosse uma das prioridades das políticas governamentais.

Para o desenvolvimento dessa análise, o capítulo será dividido em cinco seções. Na primeira, serão delineadas considerações sobre a questão agrária no Brasil, relacionando essa problemática com o contexto histórico no país, o qual determina sua natureza e conceituação. Na segunda seção, a análise refere-se ao papel fundamental da Revolução Verde na agricultura. Através dela, foram alteradas as bases técnicas de produção com o objetivo de aumentar a produtividade no campo por meio da introdução de insumos químicos e máquinas industrializadas. Na terceira seção, será analisada a nova fase da modernização da agricultura, intensificada pelo regime militar a partir da década de 60. As

políticas governamentais foram essenciais para a formação dos complexos agroindustriais, que imprimiram uma nova dinâmica para a agricultura articulando, numa cadeia, a integração da produção com indústria de insumos e máquinas e a agroindústria processadora. Na quarta seção, o conflito entre duas lógicas de desenvolvimento permitirá compreender como o processo de modernização da agricultura intensificou a homogeneização dos padrões de produção em detrimento às características locais dos agricultores tradicionais.

Isso levou a uma desagregação de valores simbólicos de reprodução social e cultural baseados no vínculo com a terra. A lógica tradicional de produção considerava que a função da terra era suprir as necessidades básicas de subsistência, em articulação com um excedente comercializável. Para o Estado modernizador, esses agricultores não possuíam relevância do ponto de vista econômico e, necessitavam do incremento de novas técnicas para se inserirem no circuito mercantil, aumentando a renda da unidade de produção. Nesse sentido, serão apresentadas as principais conseqüências da “modernização conservadora” nos âmbitos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Esses reflexos evidenciavam os limites e contradições do modelo de produção implementado pelo Estado. Num contexto de esgotamento político do regime militar, essas conseqüências passaram a ter um peso ainda maior para o questionamento das políticas governamentais adotadas na agricultura.

Na quinta seção, serão discutidas as bases da emergência dos movimentos sociais no final da década de 70 e início dos anos 80. Os princípios das mobilizações sociais estavam intimamente articulados com a transição político-partidária para o governo civil. Nesse cenário, a reforma agrária volta a ser protagonista das lutas de milhares de trabalhadores rurais. Ao longo desse período surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como um dos mais ativos movimentos sociais do Brasil. No intuito de organizar os trabalhadores rurais para a conquista da reforma agrária, o MST imprimiu uma nova dinâmica no campo, adquirindo grande força política no embate com o governo e as elites agrárias.

Toda essa trajetória histórica é fundamental para entender o contexto de criação dos assentamentos de reforma agrária e seu modelo de organização coletiva da produção, fortemente influenciado pelo paradigma modernizante de desenvolvimento rural.

## 2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

As discussões sobre a questão agrária no Brasil estão amplamente embasadas em pesquisas relacionadas a essa problemática. Sobre a abordagem clássica, destacam-se autores como Caio Prado Jr. (1979), Alberto Passos Guimarães (1963), Celso Furtado (1977), entre outros, que analisaram a questão agrária no Brasil desde período colonial até o século XX. A partir dessas interpretações, foram delineados alguns panoramas estruturais da constituição econômica do espaço agrário no país.

Os grandes ciclos produtivos da cana-de-açúcar e do café são referências para a compreensão das metamorfoses nas relações de trabalho no campo. Com a crise do modelo agroexportador da cana-de-açúcar, baseado nas grandes *plantations* – as quais utilizavam mão-de-obra escrava no espaço produtivo –, uma nova dinâmica para o trabalho emergia num cenário político-econômico diferenciado.

As grandes sesmarias de cana-de-açúcar entraram em declínio no final do século XVIII em um contexto de crise comercial provocado pelo açúcar produzido nas Antilhas Holandesas. Esse fator contribuiu para que as questões político-institucionais adquirissem novos contornos. O fim do período colonial, marcado pela declaração da Independência em 1822, inaugurou novas relações no tocante à questão agrária no país. O regime de sesmaria foi extinto, provocando grandes dificuldades para regulamentação do acesso à terra; o trabalho escravo sofria de intensas pressões internas e externas para sua abolição; a demanda internacional pelo café cresceu e transformou o modelo agroexportador. Esses elementos, em conjunto com a Lei Nº 601, de 18 de setembro 1850 (Lei de Terras), inauguraram um período marcado por profundas mudanças na questão agrária no Brasil. Esse contexto representa uma nova fase de ordenação jurídica em torno das concessões de sesmarias e as formas de aquisição da terra. A aquisição de terras devolutas do Império só poderia ser realizada através de compra, exceto áreas situadas em zona de fronteira. O acesso a terra estava relacionado, fundamentalmente, à garantia de posse de áreas cultiváveis de café e controle sobre a mão-de-obra.

O centro político-econômico do país, antes consolidado no Nordeste canavieiro, foi transferido para o Sudeste cafeeiro. Isso significou a alteração da “personalização do poder local”: “senhores de engenho” do Nordeste para “barões do café” no Sudeste.

A crescente imigração europeia para o país, principalmente na região Sul, como forma diferenciada de ocupação da terra em pequenas propriedades representou um processo contrastante à organização da economia cafeeira da época, uma vez que boa parte dos imigrantes passou a ser mão-de-obra nas lavouras de café no processo de transição para o “trabalho livre”, antes da própria “abolição legal” da escravatura. As relações de trabalho, nesse novo contexto, eram caracterizadas por formas de negociação não existentes anteriormente.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre exigiu o estabelecimento de contratos de trabalho que não se confundem exatamente com o assalariamento, uma vez que envolvia o pagamento por produção e a negociação de acesso à parcelas de terras para a produção de alimentos para o consumo doméstico (NORDER, 2004, p. 37).

A expansão da produção cafeeira no período conhecido como Primeira República (1889 a 1930) manteve inalteradas as características gerais da estrutura fundiária no país. Houve um aumento no número de propriedades em relação ao período anterior, mas conservou-se a essência do modelo de concentração das terras.

A chamada Revolução de 30 reordenou a estrutura política nacional dominada pela oligarquia cafeeira. O novo governo procurou impulsionar a incipiente industrialização do início do século, introduzindo, a partir do papel proeminente do governo, uma nova dinâmica econômica no país. Apesar da intervenção do Estado nos rumos da economia, a ordem agrária era mantida à margem das mudanças ocorridas.

Esse cenário manteve-se, em termos gerais, sem alterações significativas durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e na “transição democrática” a partir de 1946. O Brasil urbano crescia em ritmo acelerado, impelido pelo desenvolvimento industrial nas grandes cidades. A partir da Constituição de 1946, a questão agrária começava a entrar na pauta política e passava a ser concebida como um grande empecilho à expansão da economia nacional.

Enquanto todos os esforços políticos voltavam-se para a industrialização, a contestação da estrutura agrária agudizava-se crescentemente. As políticas sociais voltadas para o meio rural, especialmente posseiros, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários, praticamente não existiam. Isso se refletia na situação de grande pobreza da população rural marginalizada pela forma como o ideário desenvolvimentista vinha sendo implementado no

país. Essa situação de descaso foi decisiva para a eclosão de movimentos ligados à questão agrária, com destaque para as Ligas Camponesas do Nordeste.

(...) nos anos cinquenta, quando o processo capitalista no campo passou a se expandir, e na região açucareira do Nordeste os canaviais foram se estendendo por áreas antes produtoras de alimentos, organizaram-se, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, a associação que popularmente passou a se chamar de Ligas Camponesas; dirigidas por Zezé da Galiléia, que tiveram em Francisco Julião (...) o seu grande propagador e articulador, dando a elas uma dimensão nacional (ANDRADE, 2002, p. 16).

As mobilizações ocorridas nas décadas de 50 e 60 resultaram de uma conjuntura política e econômica específica. A questão agrária estava diretamente ligada à demanda pela reforma agrária no país.

Nos anos 50 e 60 ganharam enorme destaque as Ligas Camponesas, principalmente na região Nordeste do país, e outros movimentos sociais bastante articulados e combativos, como o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), no Sul do Brasil (NORDER, 2000, p. 96).

Esses movimentos ganharam força política a partir da presidência de João Goulart, cujo governo questionava abertamente a estrutura fundiária do país. O aguçamento dos antagonismos sociais tornava ainda mais grave o eminente crescimento dos movimentos de contestação. A estagnação econômica e o crescente empobrecimento da população rural e urbana impunham, na pauta governamental, o tema das Reformas de Base. *“Razões econômicas e sociais impunham a urgente realização das reformas, dentre elas a que mais debates provocou naquele período: a Reforma Agrária”* (TOLEDO, 1982, p. 54).

A realização de um projeto de reforma agrária não apontava para uma solução harmoniosa, pois no campo ideológico estavam em conflito posições sociais divergentes oriundas do embate entre as orientações capitalistas e socialistas. A condução do processo de reorientação do desenvolvimento econômico e das reformas sociais, principalmente ligadas à estrutura fundiária, desembocou na derrocada do Governo Goulart pelas armas militares, no golpe de 1964.

A partir do golpe militar a questão agrária passou a adquirir novas características. O projeto de mudanças mais amplas na estrutura do campo foi suprimido pela violência contra movimentos sociais e pela atribuição da ilegalidade às organizações de

trabalhadores. Apesar dessa questão de ordem político-ideológica, o Estatuto da Terra (1964), promulgado já no início do Governo Militar, previa uma política de reforma agrária, contendo ainda as diretrizes de promoção da “colonização dirigida” na região Norte do país. Essa estratégia manteve praticamente inalterado o ordenamento territorial rural e suas bases políticas e econômicas.

Outra importante questão decorrente da transição para o regime militar foi o incentivo do governo à modernização da agricultura através de novas bases tecnológicas oriundas, principalmente, dos padrões de desenvolvimento norte-americanos.

A modernização consolidou no campo o modo de produção especificamente capitalista. Esse processo induzido transformou a base técnica da agricultura no país, inserindo um novo padrão de produção e novas formas de relações sociais que se expressavam “(...) *na transformação das relações de trabalho e na implantação de uma base técnica de produção que se consubstancia na progressiva empresarialização da agricultura e no surgimento e expansão dos complexos agroindustriais*” (REGO, 1993, p. 24).

A tecnificação e a introdução de insumos químicos alteraram consideravelmente o *modus operandi* da produção, que passou a necessitar de assistência técnica para o acompanhamento do processo. Esses fatores, aliados à política de crédito da agricultura<sup>2</sup>, fez emergir a figura do empresário rural e dos grandes Complexos Agroindustriais (CAIs). A agricultura passava a ter um papel importante na consolidação da industrialização do país e, tudo aquilo que viesse se contrapor a essa ótica, era considerado um empecilho ao desenvolvimento econômico nacional.

Do ponto de vista das relações sociais, podem-se destacar alguns elementos fundamentais: a expansão da modernização da agricultura expropriou pequenos agricultores camponeses, causando sua proletarização nos CAIs; a tecnificação de pequenas propriedades, criou, num processo de diferenciação da agricultura camponesa, os chamados agricultores familiares, inseridos nos padrões tecnológicos e sociais convencionais.

Em síntese, a questão agrária está associada à conjuntura histórico-social em que está inserida. Pode-se observar, que esse tema perpassa várias análises ao longo das últimas décadas. No decorrer deste trabalho a questão agrária será abordada em dois momentos fundamentais: o primeiro relacionado à modernização da agricultura, e o segundo associado à volta da reforma agrária como protagonista dos embates no âmbito social econômico e político.

---

<sup>2</sup> O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi criado em 1965 com o objetivo de financiar a modernização da agricultura no país.

## 2.2 A REVOLUÇÃO VERDE E OS IMPACTOS NO PROCESSO PRODUTIVO

A intensificação do desenvolvimento da agricultura, a partir do final dos anos 60, pelo governo militar teve como consequência inúmeras transformações nas relações de trabalho. O campesinato foi expropriado de sua forma específica de produção e imerso numa nova lógica e dinâmica da agricultura. Essa nova dinâmica produtiva foi fruto da apropriação técnica da terra através das inovações (máquinas, equipamentos, sementes, insumos, entre outros) resultantes, essencialmente, da Revolução Verde.

A chamada 'Revolução Verde' foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e, resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização (BRUM, 1985, p. 59).

De acordo com Brum (1985), a substituição da agricultura tradicional por uma agricultura de bases técnicas modernas representou o interesse de grandes corporações transnacionais, pois significava a abertura de novos canais de negócios para o fornecimento de insumos e máquinas além de vincular a produção agropecuária às "indústrias de transformação". Esse processo introduzido de "fora para dentro" foi financiado, de início, pelas grandes corporações que transferiram gradativamente a responsabilidade de condução do processo para o poder público.

A primeira fase teve caráter pioneiro e experimental e estendeu-se de 1943 a 1965. A Fundação Rockefeller patrocinou projetos-pilotos em determinados países cuidadosamente selecionados, entre os quais o México, as Filipinas e em menor escala, o Brasil, além dos Estados Unidos, é claro. Nesses países foram feitas importantes pesquisas e experiências com alguns agricultores (BRUM, 1985, p. 60).

Nessa fase foram realizados experimentos controlados por critérios rigorosos. O processo de produção era submetido a um planejamento e execução

desenvolvidos de modo a assegurar resultados efetivos para o aumento da produtividade. As técnicas de correção do solo e fertilização, o uso de agrotóxicos para o combate a pragas e doenças e a utilização de máquinas e equipamentos foram os grandes responsáveis pela alta produtividade das lavouras experimentais. Esses experimentos estavam articulados ao desenvolvimento de culturas uniformes e de larga escala. A partir daí foi intensificada a internacionalização da pesquisa agrícola através de centros internacionais instalados em regiões estratégicas, com o objetivo fundamental de desenvolver experimentos relacionados à produção agrícola alinhados aos interesses das grandes corporações. Em 1964, foi criado no México o Centro Internacional de Melhoramento de Milho e do Trigo (CIMMYT), referência para a criação de outros grandes projetos de pesquisa em todo o mundo.

**Tabela 1** – Dotações das estações experimentais internacionais de culturas.

Centro	Localização	Data de inauguração	Verba proposta p/ 1979 (US\$1000)
IRRI- Instituto de Pesquisa do Arroz	Los Banos, Filipinas	1959	13503
CIMMYT- Centro Internacional de Melhoramento de milho e trigo	El Batan, México	1964*	13775
CIAT- Centro Internacional para a Agricultura Tropical	Palmira, Colômbia	1968	13750
IITA- Instituto Internacional de Agricultura Tropical	Ibadan, Nigéria	1965	14480
CIP- Centro Internacional da Batata	Lima, Peru	1972	7412
ICRISAT- Instituto Internacional de Pesquisa de Culturas Para os Trópicos Semi-Áridos	Hyderabad, Índia	1972	9004
WARDA- Associação para desenvolvimento do Arroz da África Ocidental	Monróvia, Libéria	1971	2334
ICARDA- Centro Internacional de Pesquisa Agrícola em Áreas Domésticas	Libano		11976
IBPGR- Conselho Internacional Para Recursos Genéticos Vegetais**	FAO, Roma, Itália	1973	2720
		Total:	88954

\*O antecessor começou em 1943.

\*\* Incluído, embora não sendo uma estação experimental.

Fonte: Banco Mundial (1979). Citado em Mooney (1987, p. 44).

A Revolução Verde foi responsável por uma série de transformações na produção agrícola, com conseqüências que podem ser observadas por alguns ângulos. No tocante à produção agrícola, estabeleceu inovações que intensificaram de maneira bastante contundente o modo de produzir e o modo de se relacionar com a terra; os chamados “pacotes tecnológicos” revolucionaram o modo de produzir.

Simultaneamente à introdução de novas variedades de trigo, arroz e milho, mais produtivas, os países que aderiram à ‘Revolução Verde’ eram orientados e induzidos a usar novas técnicas de correção do solo, fertilização, combate às doenças e pragas, bem como a utilizar maquinaria e equipamentos modernos. A esse conjunto de técnicas inovadoras se deu o nome de ‘pacotes tecnológicos’. E a toda essa estratégia se chamou de ‘modernização tecnológica’ (BRUM, 1985, p. 65).

A ideologia propagada pela Revolução Verde vislumbrava o mundo sem nenhum problema quanto à produção de alimentos, mas trouxe em seu seio algumas conseqüências que podem ser vistas até os dias atuais: o fortalecimento das corporações agroindustriais, a degradação ambiental e a exclusão social decorrentes da concentração de capital e do alto preço dos insumos e do maquinário agrícola.

Em cerca de duas décadas, os variados sistemas agrícolas do Terceiro Mundo e suas estruturas sociais foram arruinadas e substituídas por um novo modelo ocidental. Tanto as culturas como as economias da Ásia, África e América Latina têm sido açambarcadas pela economia de mercado ocidental sob o pretexto de alimentar os famintos (MOONEY, 1987, p. 49).

No Brasil, a Fundação Rockefeller teve participação no processo de transformação da base técnica da agricultura nacional. Além das grandes empresas ligadas ao grupo instaladas no país (Cargil, Agrocere e EMA), foram criados órgãos específicos com o objetivo de implementar e garantir a eficiência das inovações da Revolução Verde.

(...) na década de 50 foi criada, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, com o objetivo de orientar e estimular a implantação de novas técnicas de cultivo entre os produtores rurais. Era o primeiro organismo público a operar de acordo com a nova estratégia. Logo após, organismos idênticos foram criados em outros Estados, entre eles a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR, no Rio Grande do Sul. A criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, em 1956, revela que o governo brasileiro já havia assimilado a idéia e assumia a responsabilidade de acelerar o processo de sua implantação no país (BRUM, 1985, p. 63).

A conjugação de todos os fatores apresentados anteriormente provocou “efeitos negativos” no campo brasileiro (social, econômico e ambiental), pois foram as bases da expansão capitalista na agricultura, conhecida como “modernização conservadora”.

(...) nos países, como o Brasil, em que a ‘Revolução Verde’ não foi acompanhada de uma reforma agrária, mas apenas um sucedâneo desta, resultou graves conseqüências, tanto de ordem econômica como principalmente sociais. Nestes países a ‘Revolução Verde’ foi apenas um instrumento de ‘modernização conservadora’ que ajudou a aprofundar a internacionalização da economia e a agravar a dependência (BRUM, 1985, p. 71-72).

Com uma promessa até certo ponto tentadora, o campo passa a ser uma extensão forte do capitalismo, constituindo-se, naquele momento, num segmento extremamente eficiente da economia no Brasil.

### **2.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS**

Antes de adentrar no processo de modernização da agricultura é necessário estabelecer limites conceituais para essa temática. Muito se confundem termos como modernização, tecnificação e industrialização, relacionados ao período compreendido entre o final dos anos 60 adentrando a década de 80. Deve-se perceber que esses termos compreendem a processos que se complementam.

O longo processo da transformação da base técnica – chamado de modernização – que culmina na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias (KAGEYAMA, 1990, p. 114).

A apropriação capitalista da agricultura, balizada por uma ampla rede técnicocientífica (Revolução Verde) e por políticas estatais de financiamento, assistência técnica e extensão rural, possibilitou uma nova dinâmica no campo brasileiro. O

desenvolvimento da matriz de produção moderna provocou mudanças significativas, percebidas através da integração da agricultura à indústria como um ramo em sua cadeia produtiva. O progresso técnico, entendido como um conjunto de práticas e conhecimentos, introduziu novos parâmetros de produtividade para atividade agrícola, incorporando a utilização de insumos químicos e máquinas adequados a exploração intensiva da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

A separação entre campo e cidade, anteriormente conhecida, foi diluída e recriada para atender as necessidades do desenvolvimento capitalista. Essa separação era nítida devido a indústria ser uma atividade essencialmente urbana, com características fundamentadas no controle artificial do processo produtivo por meio da especialização de tarefas e produção de mercadorias. Na agricultura (período anterior às inovações da Revolução Verde), a produção era condicionada por fatores de “ordem natural” – integração das práticas agrícolas aos ciclos naturais – num processo de relação “harmoniosa” do homem e o meio ambiente em que vive – utilização de ferramentas e insumos produzidos na própria propriedade.

São, portanto, dois processos: um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a ‘harmonia’ da produção assentada na relação homem-natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra ‘harmonia’ – também permeada por novas contradições – baseada no conhecimento e no controle cada vez maior da natureza e na possibilidade de reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. A esta passagem se denomina *industrialização da agricultura* (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 03).

As condições naturais de produção passaram a ser subordinadas ao avanço técnico de capitalismo tendo como parâmetro o controle artificial de todo o processo. A apropriação técnica da agricultura não representou apenas transformações na produção agrícola, mas também nas relações sociais que a permeava.

A industrialização da agricultura implica a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema em base manufatureira (com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho) e mesmo à grande indústria em alguns sub-setores das atividades agropecuárias no seu sentido restrito (plantio, tratos culturais, colheita, criação, etc.). E essa passagem é caracterizada essencialmente pela inversão da função desempenhada pelo trabalhador que passa do papel ativo e integral do artesão para o de um trabalhador parcial (especializado com suas ferramentas) na manufatura, até atingir a passividade do operário industrial que apenas vigia sua máquina (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 04).

As transformações ocorridas na produção, devido à industrialização da agricultura, correspondem a um período histórico marcado pela exclusão social, êxodo rural e proletarianização nos grandes complexos agroindustriais (CAIs).

Essa discussão, a partir do papel do Estado brasileiro, permitirá compreender o conflito entre duas lógicas de desenvolvimento: uma, desenvolvimentista e moderna; outra, baseada na subsistência e nas formas tradicionais de produção (campesinato) (SCHWARZ, 1990). Esse conflito, localizado no âmbito produtivo, trouxe inúmeras conseqüências para a pequena produção.

Para entender os reflexos do impulso modernizador do Estado e sua relação com o campesinato, é fundamental construir uma linha histórica que se inicia com a intensificação da modernização da agricultura no regime militar. Essa intensificação foi herança da crise do antigo “complexo rural<sup>3</sup>” e da incorporação da base técnica da Revolução Verde.

A amplitude da “modernização conservadora” da agricultura é perceptível a partir das transformações ocorridas no campo com o esgotamento das relações de produção no interior do complexo rural. Essa crise esteve diretamente relacionada ao avanço do capitalismo, impulsionado pela industrialização dos grandes centros urbanos. O período inicial da crise do complexo rural possui marco na transição para o trabalho livre (substituição da mão-de-obra escrava), que alterou as relações de trabalho nas grandes propriedades produtoras de café (complexo rural cafeeiro). A partir daí, as relações de produção adquiriram características diferenciadas - relacionadas à quebra de sua estrutura autárquica -, tornando-se dependente de fatores externos, principalmente a fluidez do mercado internacional e a necessidade da mão-de-obra livre (imigrantes ou escravos libertos). O início da industrialização no país, nas primeiras décadas do século XX, também contribuiu para a desagregação do complexo rural.

A dinâmica do crescimento agrícola, entre 1850 e a crise de 1929 é ainda marcadamente influenciada pelos movimentos do mercado externo. Apesar do crescimento do mercado interno propiciado pelo início da industrialização e pela substituição do escravo pelo trabalhador livre, os produtos exportáveis (nota o café e, com menos peso, açúcar e algodão)

---

<sup>3</sup> “A dinâmica do complexo rural era muito simples, determinada fundamentalmente pelas flutuações do comércio exterior. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo. (...) No interior das fazendas produziam-se não só as mercadorias agrícolas para a exportação mas também manufaturas, equipamentos simples para a produção, transportes e habitação. A divisão do trabalho era incipiente, as atividades agrícolas e manufatureiras encontravam-se indissoluvelmente ligadas (...)” (KAGEYAMA, 1990, p. 116-117). Um exemplo marcante são as grandes propriedades cafeeiras.

ainda comandavam o ritmo de incorporação das novas terras agrícolas e as flutuações da renda agrícola como um todo (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 13).

O período de 1850 a 1929 ainda era dominado pela grande agricultura de exportação; era ela quem regia a dinâmica econômica nacional – até uma ruptura entre os anos de 1929 e 1933. Essa ruptura mudou os rumos da economia agrícola que passava a ser articulada com o crescente processo de urbanização, impulsionado pela industrialização nos grandes centros do país.

A dinâmica migratória e a sobrevivência do modelo agroexportador vigente estavam interligadas às políticas governamentais de incentivo à industrialização e o preço dos produtos de exportação (até o final da década de 40), através do câmbio artificialmente controlado.

Na segunda metade da década de 40, o crescimento da agricultura no país já incorporava um processo de modernização em sua base técnica, incentivado por políticas estatais. Essa primeira fase da modernização (a segunda fase refere-se à sua intensificação pelo regime militar) estava intimamente atrelada ao mercado externo, pois as máquinas, equipamentos e insumos tinham que ser importados dos países detentores da tecnologia, principalmente os Estados Unidos. O almejado aumento de produtividade (propagado pela Revolução Verde) esbarrava em limitações financeiras, o que tornava difícil impulso à modernização da agricultura.

Ao contrário dos primórdios do complexo rural, que tinha sua produção de equipamentos rudimentares e de insumos internalizada e seu mercado final no exterior, nesse ‘período de transição’ a agricultura internaliza em grande medida seus mercados de destino, mas passa a depender do exterior – e, portanto das exportações, da capacidade de endividamento externo e das políticas comerciais e cambiais – para importar máquinas e insumos (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 19).

A partir da década de 50, com o início da modernização da agricultura, ocorreram mudanças significativas nas relações de trabalho, principalmente, ligadas à desestruturação do modelo de produção nas grandes propriedades, típicas dos complexos rurais. Com a agudização da crise agrária, os trabalhadores migraram para os grandes centros urbanos, encontrando inúmeras dificuldades relacionadas às condições básicas de trabalho e

subsistência. Falta de saneamento básico, habitação e políticas de atendimento em saúde e educação marcaram esse profundamente esse período.

Os problemas sociais urbanos e rurais adentraram os anos 60, provocando grande instabilidade política no país. As formas de trabalho no campo – assalariadas e nãoassalariadas, no interior das grandes propriedades – foram transformadas durante a modernização da agricultura, a qual passou a depender de menor quantidade mão-de-obra no processo de produção agrícola. A desagregação do antigo complexo rural – e sua forma tradicional de dominação – teve como resultado a privação de um contingente de trabalhadores rurais da mínima garantia de subsistência.

O quadro de grande pobreza e privações dos trabalhadores rurais e urbanos levou à eclosão de intensas mobilizações de sindicatos e partidos políticos que vinham lutando pela conquista de direitos. Para os trabalhadores rurais, as grandes reivindicações estavam associadas aos direitos trabalhistas (obtidos pelos trabalhadores urbanos desde a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) e à reforma agrária. Para isso, foram criadas organizações sociais em diferentes regiões do Brasil para expressarem, através das mobilizações, os desejos da massa de trabalhadores marginalizados.

Destacam-se as Ligas Camponesas criadas em 1945 com apoio do Partido Comunista do Brasil (PCB), que organizavam os trabalhadores rurais na resistência contra a expropriação ou expulsão das fazendas. Mas com a ilegalidade do PCB, em 1947, as ligas foram reprimidas, e só ressurgiram em 1954, no Estado de Pernambuco e outros pontos da região Nordeste. Também como apoio e controle do PCB, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que teve atuação em boa parte do Território Nacional. No Estado do Rio Grande do Sul, a partir do final da década de 50, foi organizado Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Leonel Brizola, que eleito para o governado estadual, manifestou apoio às reivindicações dos trabalhadores rurais (NORDER, 2004, p. 49).

O quadro político da década de 60, que reunia, no mesmo espaço institucional, interesses contraditórios, culminou no golpe militar de 1964. Para o golpe foi utilizado o pretexto da instabilidade política provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros e pela posse do vice, João Goulart. O empossado presidente sofreu pressões de setores sociais vinculados às forças armadas e, diante dessas reações, buscou apoio nos setores populares para implantar as reformas de base. Algumas das questões fundamentais eram o direito dos trabalhadores rurais e a reforma agrária.

As reformas de base propostas foram de encontro aos interesses dos setores dominantes que, aliados aos militares, foram responsáveis pelo Golpe Militar em 31 de março de 1964. A ditadura militar adotou medidas que alteraram bruscamente as políticas públicas. Essas medidas estavam articuladas com a renovação da estrutura de dominação e com a intensificação da industrialização no país.

Quanto à questão agrária, o regime militar reprimiu os movimentos sociais e sindicatos que não se submeteram às diretrizes políticas governamentais; em relação à política agrícola, impulsionou a incipiente modernização iniciando uma nova fase chamada “modernização conservadora”. Essa fase é conhecida pela forte intervenção governamental na agricultura, por meio de incentivos fiscais, políticas de crédito e outras, com objetivo de “modernizar”, porém “conservar” a estrutura de poder político e econômico no meio rural brasileiro.

(...) o Estado desempenhou um papel crucial nesta arrancada: de um lado estimulando a expansão das indústrias por meio de vários incentivos; de outro, assegurando-lhe mercados por meio da política de financiamento rural (KAGEYAMA, 1990, p. 121).

A partir desse momento, o Estado dirigiu a reorganização da agricultura no país. A dependência em relação ao mercado externo na compra de máquinas e insumos deveria ser substituída pela produção nacional; além disso, a produção agrícola seria integrada à indústria por meio do processamento ou agroindustrialização.

O processo de industrialização da agricultura não se resume à utilização de insumos industriais na produção agrícola, embora esse elemento seja um de seus componentes. A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização: a ‘reunificação agricultura-indústria’ num patamar mais elevado do que o do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É um momento da modernização a partir da qual a indústria passa a *comandar* a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola (...). (...) A produção agrícola passou então a constituir um elo de uma cadeia, negando as antigas condições do complexo rural fechando em si mesmo e em grande parte as do complexo agro-comercial prevalecente até os anos 60. Esse processo desemboca na constituição dos complexos agroindustriais, que também se efetivam a partir da implantação da ‘indústria para a agricultura’ e da estruturação da agroindústria processadora (KAGEYAMA, 1990, p. 122).

A agricultura era regida, naquele momento, por novos parâmetros de produção, que estavam ligados a fatores internos de integração industrial articulados às “(...) *relações entre agroindústria e agentes distribuidores que causam impactos nas atividades agrárias (...)*” (MÜLLER, 1988, p. 175). A integração intersetorial da agricultura refere-se à sua constituição como um elo de uma cadeia nos complexos agroindustriais (CAIs).

(...) a principal modificação na dinâmica da agricultura brasileira consiste num processo histórico de passagem do chamado ‘complexo rural’ para uma dinâmica comandada pelos ‘complexos agroindustriais’ (CAIs). Esse processo envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas a indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário (KAGEYAMA, 1990, p. 116).

Para alavancar uma produção agrícola moderna e integrada era necessário (para suprir a necessidade técnica) uma política de financiamento constituída através de um sistema de crédito que incorporasse todos os elos dos CAIs na modernização agrícola. No processo de modernização, a utilização de financiamentos estava condicionada à utilização de insumos industriais, definidos nos “pacotes tecnológicos” prescritos pelo serviço público responsável pela pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, foi um dos principais elementos que marcaram a ruptura com o antigo modelo de desenvolvimento por meio da “(...) *consolidação integrada com complexo agroindustrial e as mudanças na base técnica de produção agrícola comandados pelo complexo (...)*” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 26).

Os CAIs podem ser entendidos como resultado da intensificação da modernização nos anos 60, pois sua emergência se deu através da produção industrial de máquinas e insumos para a agricultura. Por meio dos CAIs foi possível a estabilização do setor industrial de máquinas e insumos instalado no país e a consolidação de uma política governamental para a agroindústria. Os CAIs foram um fenômeno da década de 70 e representaram grau elevado de relações com os ramos da indústria. A partir deles, é possível contextualizar, por exemplo, a proletarianização do campesinato e seus desdobramentos.

(...) desenha-se uma polarização crescente: de um lado, perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores, de modo a converter a terra que possuem em um mero local de moradia ou,

quando muito, de produção para autoconsumo da família; de outro, tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de autonomia na organização de seu próprio processo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 05).

Em relação ao padrão agrícola vigente no período, deve ser destacado que a produção agrícola estava articulada às necessidades da agroindústria e do mercado externo. Dessa maneira, a política de crédito vinculava o financiamento para a grande produção (milho, soja, algodão, etc.) a ser processada internamente pelas agroindústrias (de capital externo) ou exportada com preços variáveis de acordo com o mercado internacional (*commodities*<sup>4</sup>).

O incentivo a essa produção era fundamental para a economia, pois tinha impacto na balança comercial e se alinhava aos interesses desenvolvimentistas dos setores agrários dominantes. Nessa perspectiva, as formas artesanais de produção (campesinato) não estariam contribuindo para a potencialização da economia nacional. Para solucionar esse problema, as políticas de crédito e extensão rural foram importantes para desagregar uma lógica de produção regida por parâmetros diferenciados daqueles incentivados pelo governo. Assim, o Estado impôs um modelo extensionista para difundir a modernização da agricultura e consolidar novas relações de produção.

## **2.4 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO CAMPONESA**

O difusionismo tecnológico contido nos programas de assistência técnica e extensão rural influenciou a introdução de novas práticas e relações sociais no campo brasileiro. Essas políticas foram determinadas por fatores ligados ao modo de produção dominante e aos interesses e motivações específicos da realidade social da época. As relações sociais capitalistas e o aparato técnico desenvolvido foram as bases que conformaram o paradigma de extensão rural exigido pelo modelo econômico dominante. Essa estratégia foi uma maneira da agricultura se integrar ao processo de desenvolvimento econômico do país.

---

<sup>4</sup> São produtos voltados para o mercado externo (exportação) com preços fixados pelo mercado internacional.

A transmissão do saber técnico na agricultura provocou grande impacto, principalmente na agricultura camponesa, considerada um atraso para a economia do país. O sentido das políticas governamentais era romper com esse “modelo estagnado” e promover sua inserção no circuito mercantil que vinha se desenvolvendo. Amparada por certo conhecimento científico, essa prática buscou reproduzir as relações capitalistas apoiadas pelo Estado, tendo como referência o modelo extensionista norte-americano (CAPORAL; COSTABEBER, 2001). A extensão rural, aliada à disponibilização de crédito rural (vinculado aos “pacotes” modernos), transformava-se na realizadora em potencial da modernização da agricultura.

O avanço da modernidade, no Brasil, na década de 70, exigiu instrumentos mais eficientes e uma articulação mais eficaz. Para atender a essa necessidade, o governo brasileiro criou em 1971, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A atuação dessa organização, de fato, acaba sendo influenciada, direta ou indiretamente, pelos centros internacionais. (...) Também na década de 70, e pelas mesmas razões, foi estruturado e dinamizado o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, através da criação da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – vinculada ao Ministério da agricultura. O sistema se completa, estendendo-se aos diversos Estados da nação, em cada um deles, da sua respectiva EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRUM, 1985, p. 68-69).

Esse sistema tinha a função de estabelecer novas diretrizes para a produção por meio de atividades que contribuíssem para o processo de transição do “setor atrasado da economia” para outro de base moderna. Deveria garantir um acréscimo na balança comercial, pelo atendimento especial às culturas destinadas à exportação, através da inserção de “pacotes tecnológicos”, aumentando a produtividade agrícola. Concomitantemente, seria necessário implementar programas educativos de formação, visando facilitar, essencialmente, a introdução dos saberes técnico-científicos nas práticas cotidianas dos produtores rurais. A extensão rural foi criada com o objetivo de disseminar a agricultura moderna e preparar, pelo processo educativo, a população rural para que assimilassem, com mais facilidade, o progresso técnico incentivado pelo Estado.

A agricultura moderna encontrava, na lógica tradicional de produção, um entrave para sua expansão. A economia tradicional camponesa era pautada por princípios totalmente diferenciados daqueles propostos pela acumulação capitalista no campo. Nas

práticas e discursos dos camponeses estavam expressas as significações de si próprios e do mundo, construídas através de relações com o real – sua representação<sup>5</sup>.

A representação – do sujeito camponês ou de qualquer outro sujeito inserido num determinado grupo social – é o mecanismo que, por meio da experiência, atribui sentido à realidade social. Através da representação surgem visões de mundo e projetos determinados, que integram e formam, num fluxo constante, um conjunto de elementos – símbolos e signos –, atuantes não apenas no plano discursivo (subjetivo), mas, essencialmente, nas práticas sociais (objetivas e materiais).

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

A cultura tradicional<sup>6</sup> camponesa configura um elemento importante para a consolidação de um sistema de produção específico, o qual é regido por padrões de trabalho que garantem a autonomia nas estratégias adotadas para a manutenção da unidade econômica familiar. *“La cultura tradicional es una realidad sui generis, dotada de su propia dinámica específica. Un bajo nivel de tecnología agrícola y de estabilidad del asentamiento campesino representa, talvez, sus fundamentos más importantes”* (DOBROWOLSKI, 1979, p. 252).

A organização econômica da propriedade camponesa estava alicerçada no núcleo familiar, o qual era elementar nas tomadas de decisão para solução dos problemas contextuais. Isso permitia maior sustentação do equilíbrio da exploração agrícola e do volume de trabalho empregado, sendo decisivo na garantia da reprodução social. A participação da família na avaliação dos elementos pertencentes à esfera econômica tinha como referência o balanço entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1981).

El productor campesino aumentará su esfuerzo sólo si tiene razones para creer que así obtendrá un producto mayor que podrá destinar al aumento de la inversión o el consumo, pero no lleva el esfuerzo más allá del punto en que el posible aumento del producto es superado por lo desagradable del

---

<sup>5</sup> Essa abordagem está presente nos estudos da História Cultural, como um paradigma científico de análise da realidade social. Para ela, a cultura é uma construção social, que deve ser decifrada a partir das significações que os sujeitos dão de si próprios e do contexto que estão inseridos. *“A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”* (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Sobre o tema, cf. Lynn Hunt (1992).

<sup>6</sup> *“El proceso básico de transmisión de la cultura tradicional consiste en la educación, que introduce al novato a un mundo definido de valores materiales e inmateriales”* (DOBROWOLSKI, 1979, p. 251).

trabajo adicional. Por eso se ha llamado equilibrio trabajo-consumo a este mecanismo social. Chayanov demostró que para familias distintas el balance entre la satisfacción del consumidor y la molestia involucrada es afectado por el tamaño de la familia y la razón de los miembros que trabajan a los que no trabajan (KERBLAY, 1979, p. 136).

A lógica camponesa tem na família o elemento principal de operacionalização das atividades no espaço de produção. A unidade entre o consumo e a produção possibilitava uma integração das práticas e organização de estratégias adequadas às necessidades familiares e às condições da terra, do trabalho e dos instrumentos disponíveis. Essa racionalidade era orientada pelo ciclo demográfico da família, variável de acordo com o número de integrantes da unidade produtiva. A capacidade de trabalho e o volume da produção eram orientados por esse ciclo, considerando as condições básicas de reprodução do núcleo familiar.

La cuantía del producto del trabajo la determinan principalmente el tamaño y la composición de la familia trabajadora, el número de sus miembros capaces de trabajar y, además, la productividad de la unidad de trabajo y – esto es especialmente importante – el grado de esfuerzo de los trabajadores, el grado de autoexploración mediante el cual los miembros laborantes efectúan cierta cantidad de unidades de trabajo en el curso del año (CHAYANOV, 1981, p. 54).

De acordo com o equilíbrio produtivo na unidade familiar era estabelecido o grau de auto-exploração do trabalho, não intensificado para além desse equilíbrio. Nessa perspectiva, o camponês conformava seus arranjos de acordo com elementos distintos da economia de mercado. A condição de existência do campesinato era a reprodução da unidade doméstica, e não a obtenção de renda e lucro. Esse produtor se integrava ao mercado de forma bastante incipiente por meio do excedente do consumo familiar.

Na economia capitalista, a organização da produção, regida externamente pela dinâmica imposta pelo mercado, requer intensificação e inovação técnica, com objetivo da geração de lucro. *“La renta como categoría objetiva de ingreso económico, obtenida después de deducir los costos materiales de producción, los salarios, y el interés usual sobre el capital procedente del ingreso bruto, no puede existir en la unidad económica familiar”* (CHAYANOV, 1981, p. 56-57).

De modo geral, o camponês possuía autonomia na organização do processo de produção, condicionado ao balanço trabalho-consumo e às características culturalmente

definidas e consolidadas. A lógica de produção camponesa baseava-se nas experiências de organização da unidade econômica, orientadas tradicionalmente. *“Otro factor social menos importante, pero esencial, es el nivel de vida tradicional, impuesto por las costumbres y el hábito, que determina la amplitud de las pretensiones de consumo y, por ende, el empeño de la capacidad de trabajo”* (CHAYANOV, 1981, p. 61).

A distinção entre a atividade econômica camponesa e o padrão capitalista de produção está baseada no retorno financeiro das práticas agrícolas. São lógicas de desenvolvimento opostas, organizadas por elementos diferenciados – economia camponesa, internos, e economia capitalista, externos – que garantem suas especificidades e articulações com determinados cenários.

O padrão de desenvolvimento agrícola adotado no país não foi condizente com a realidade do campesinato; o agricultor tradicional foi inserido numa dinâmica alheia às suas relações cotidianas, através da retórica do desenvolvimento econômico.

O aumento da produção, sua diversificação, a melhoria dos equipamentos produtivos, o impacto dos programas de assistência e formação na mudança de mentalidade beneficiariam forçosamente os dois parceiros: o pequeno agricultor veria sua renda aumentar, o Estado veria crescer as possibilidades de arrecadação de um excedente agrícola gerado por uma produção e uma produtividade aumentadas (SCHWARZ, 1990, p. 80).

A inserção do camponês na rota comercial acarretou inúmeras mudanças na forma de produzir, pois sua lógica contradizia as práticas adotadas pelo Estado.

Em um país em desenvolvimento ou recentemente industrializado, o Estado com sua burocracia do desenvolvimento e o mundo do agricultor tradicional pertencem a duas lógicas de reprodução diferentes. Nesse caso, é necessário identificar os elementos constituintes dessas lógicas e o seu modo de funcionamento, para melhor apreender suas naturezas fundamentalmente diferentes. É no funcionamento das contradições, nesse nível fundamental da reprodução dos sistemas, que a realidade problemática e contestada de um desenvolvimento agrícola sob tutela estatal pode tomar toda sua significação (SCHWARZ, 1990, p. 81).

Enquanto o Estado buscava aumentar o excedente da produção através da disseminação de práticas agrícolas orientadas à produção em larga escala (produtos para a agroindústria e exportação) e a integração nos CAIs, o campesinato direcionava seus esforços para as atividades de subsistência (segurança alimentar e reprodução da força de trabalho).

Assim a lógica do sistema de reprodução da sociedade agrícola tradicional não pressiona necessariamente o agricultor a maximizar sua produção e sua renda. Ele vai, de preferência, procurar otimizar a utilização da sua força de trabalho, de maneira que o funcionamento do seu sistema de reprodução física, técnica, econômica, social e cultural seja garantido com a maior segurança possível (SCHWARZ, 1990, p. 90).

Dentro da modernidade técnica e industrial propagada pelo Estado, esse sistema de produção não teria conexão com a economia mercantil. Nesse sentido, a extensão rural teve um papel fundamental para desarticular a lógica de produção camponesa em nome do progresso técnico-científico (MARTINS, 1993). Estava em jogo dois saberes diferenciados: o científico e o tradicional.

As representações não produzem práticas, estratégias e discursos neutros. Buscam legitimar escolhas e estabelecer novas relações, onde o poder e a dominação estão sempre presentes. A disputa entre diferentes grupos, tentando impor projetos de sociedade (e o conjunto de elementos sociais próprios) desenvolve-se, também, nas lutas de representações.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação (CHARTIER, 1990, p. 17).

No conflito de representações de dois projetos contraditórios, ocorreram diversas transformações prevalecendo, em grande proporção, a imposição das políticas governamentais. Essas políticas buscaram otimizar a exploração da terra, introduzindo novas práticas de reorganização do tempo e espaço na atividade produtiva. A extensão rural, responsável por “educar” os camponeses, tentou consolidar, na prática, uma nova forma de relação por meio da mudança costumes e hábitos constituintes da totalidade cotidiana (CARVALHO, 2001).

As representações divergentes são palco de resistências e rupturas, em que a imposição de novas formas de relações está permeada com conteúdo de legitimação de uma forma de dominação.

Essas situações decorrem do fato de que as representações do mundo social impostas às coletividades nunca são apropriadas da mesma forma por todos. Há uma tensão entre as modalidades do fazer crer e as formas de crença. Por modalidades do fazer crer entendem-se os procedimentos e dispositivos, discursivos ou formais, que objetivam coagir o indivíduo, sujeitá-lo, convencê-lo; por outro lado, existem formas de crença, variações possíveis diante dos mecanismos persuasivos, contrasensos, rebeldias (CARVALHO, 2005, p. 05).

No entremeio das disputas de representações, o domínio da lógica de desenvolvimento do Estado era evidente. Com isso, o padrão desenvolvimentista de produção, adotado nas grandes propriedades, deveria ser aplicado na agricultura camponesa.

Esses pacotes tecnológicos, tecnicamente inadaptados às pequenas propriedades, serviam para colocá-las em situação econômica desfavorável, provocando progressivamente a sua marginalização. (...) Esse fenômeno da marginalização dá origem a todo um processo sócio-econômico de empobrecimento do agricultor tradicional, que encontrará cada vez mais dificuldades para garantir a reprodução biológica, econômica e social de sua vida e de sua base produtiva, durante o ciclo repetitivo do processo de produção agrícola. (...) Na ausência total de segurança alimentar, instala na coletividade agrícola a fome generalizada estrutural, a pauperização e a proletarianização que estimulam seguramente o êxodo rural (SCHWARZ, 1990, p. 110; 87; 89).

A situação de pobreza, as condições degradantes de trabalho, o êxodo rural e a conseqüente marginalização social, evidenciavam que os programas e projetos agrícolas governamentais, em sua origem, foram concebidos com a total ausência da incorporação da massa camponesa e suas particularidades (organização cultural e econômica). A “economia moderna” foi muito importante para desagregação do campesinato e fragmentação de seu saber e lógica de produção.

As conseqüências da “modernização conservadora” não se resumiram no empobrecimento dos camponeses, abrangeram, também, outras questões. Serão destacadas algumas: a) política de “contra-reforma agrária” do governo; b) proletarianização do trabalho agrícola; c) mobilizações sociais pela reforma agrária no contexto da “redemocratização”; d) degradação ambiental.

Em suma, a “modernização conservadora” foi extremamente excludente e contribuiu para a reprodução das relações de dominação e de exploração do trabalho no

campo, consolidando uma ideologia perversa do “moderno” que predomina até os dias atuais na agricultura no país.

Como se não bastasse a repressão aos movimentos de luta pela terra, mobilizados politicamente nos anos 60, o regime militar organizou meios jurídicos para redimensionar a política de reforma agrária no Brasil. Apesar da aprovação do Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964), a reforma agrária foi articulada com a colonização dirigida na região amazônica. Esse programa constituiu-se numa verdadeira “contra-reforma”, pois todo o processo era tutelado pelo Estado, que mantinha o controle da questão fundiária por meio de um discurso desenvolvimentista. Em nome da geração de empregos e expansão do mercado consumidor de insumos e máquinas industrializadas, o regime militar freou a política reforma agrária nas principais regiões do país para instituir um novo projeto relativo ao problema fundiário (colonização da região Norte do Brasil). Esse processo enfraqueceu temporariamente as lutas sociais, que voltaram à cena no final da década de 70, demonstrando a falibilidade da colonização dirigida implantada pelos governos militares.

Quanto às relações de trabalho, a “modernização conservadora” consolidou uma nova dinâmica baseada na proletarização do trabalhador rural. Com isso, houve uma mudança significativa das relações de trabalho no processo produtivo. O trabalhador rural, agente de todo processo de produção na terra em que vivia (como meeiro, colono, proprietário etc.), passava a ser um proletário inserido nos CAIs.

Todo o aparato do Estado - e sua lógica de desenvolvimento - defendia o fim do campesinato suas relações sociais tradicionais. O “saber” camponês – agora proletário – foi descaracterizado em decorrência de sua inserção no processo produtivo capitalista. “(...) *vislumbra-se na lógica e nas contradições que emergiram da ação modernizante uma configuração de novos personagens, que (...) tiveram origem na aurora do processo de modernização no campo*” (BASSANI, 2006, p. 43).

O êxodo rural, decorrente da exclusão social da “modernização conservadora”, aliado a precarização da pequena propriedade rural, foram responsáveis pelo surgimento de uma nova categoria de trabalhador: o Assalariado Rural Temporário (ART)<sup>7</sup> ou “bóia-fria”.

O ART designa que é tão somente proprietário de sua força de trabalho, não possuindo meios de produção, isto é, capital e terra. Nessa condição, ele se encontra determinado a transformar em mercadoria sua força de trabalho e

---

<sup>7</sup> Denominação utilizada por Bassani (2006).

vendê-la no mercado, especialmente prestando trabalhos rurais, porém não descartando outras atividades. Dessa relação, ele busca obter como pagamento pelo uso de sua força de trabalho os bens necessários para sua sobrevivência. Essa venda de força de trabalho em atividades temporárias constitui a condição econômica básica da vida desse trabalhador (BASSANI, 2006, p. 14).

Este trabalhador temporário, residente na periferia dos grandes centros urbanos, vilas, distritos ou em pequenas propriedades, vivia em situação de instabilidade referente à sua subsistência familiar, devido ao caráter intermitente de seu trabalho.

O caráter intermitente com que se realiza o trabalho de ‘bóia-fria’ faz com que esta disponibilidade seja *para qualquer tipo de trabalho*. O ritmo irregular com que sua força de trabalho é explorada nem sempre lhe permite continuar produzindo novos meios de subsistência, enquanto consome os recebidos em troca de trabalho. (...) isto lhe confere uma instabilidade econômica que se reflete nas condições de extrema miserabilidade em que ele vive (D’INCAO, 1975, p. 88).

Em pesquisa realizada no interior do Paraná, em dois Núcleos de ART, essa característica é reafirmada.

Em muitas épocas do ano, parte em busca de trabalho, sujeita-se a viajar para municípios, estados e regiões distantes, permanecendo lá por alguns meses, vivendo em condições precárias e recebendo baixos ganhos, geralmente próximos ao salário mínimo. (...) Pode-se dizer que o ART vive um quadro de proletarização inconstante, batendo sempre à porta de seu barraco a miserabilidade provável (BASSANI, 2006, p. 15).

A necessidade de emprego, num cenário de crescente miserabilidade e abundância na oferta de mão-de-obra, fazia com que o “bóia-fria” se submetesse às condições sub-humanas de trabalho. Esses trabalhadores estavam vinculados a tarefas especializadas no processo produtivo: no manejo de máquinas, no plantio ou na colheita.

O caráter excludente da modernização da agricultura agravou as condições de vida, tanto no meio rural como nos grandes centros urbanos. No contexto da “redemocratização”, esses marginalizados foram os protagonistas da organização de diversos

movimentos sociais de lutas por direitos políticos, por moradia, pela reforma agrária<sup>8</sup>, entre outros que redefiniram novas formas de mobilização.

Sobre a questão ambiental, deve ser salientado o importante papel do conjunto de práticas degradantes na expansão da agricultura moderna no país. O estímulo estatal, concretizado pela política de créditos, foi um dos fatores centrais para o crescimento do problema ambiental do país. O uso de agrotóxicos e fertilizantes, aliado aos desmatamentos, provocou grande desequilíbrio dos recursos naturais; as inovações inseridas nas práticas agrícolas, devido aos “pacotes tecnológicos”, desencadearam a deterioração do solo, água e alterações significativas nos fenômenos naturais (secas, inundações, enchentes, etc.).

Em grande medida, a questão ambiental foi desconsiderada na trajetória do processo de modernização da agricultura. Na busca pelo desenvolvimento econômico, a integração da agricultura com a indústria não colocou em sua pauta os limites dos recursos naturais e seu caráter intermitente. O modelo concentrador e excludente da “modernização conservadora” causou crescente dependência, no processo de produção, em relação ao uso de insumos químicos e mecânicos. O papel da extensão rural, ao visar a consolidação do modelo ambientalmente degradante, foi decisivo. A adequação da produção aos ciclos naturais, princípio básico da agricultura tradicional camponesa, foi alterada por práticas artificiais de controle da natureza – intensificação do plantio de monoculturas em larga escala. Além dos problemas sociais e políticos, o meio ambiente também foi afetado pela “modernização conservadora” no país.

Durante a chamada “transição democrática”, a emergência de novos movimentos sociais e o retorno das mobilizações das organizações sindicais e do movimento de luta pela terra, reprimidos durante a ditadura militar, deram um novo formato político para as últimas décadas do século XX.

---

<sup>8</sup> A relação entre os ART (“bóia-fria”) e o MST estaria mais próxima a partir do crescimento do movimento de luta pela terra nos anos 90. “*O vínculo crescente do ART com a luta pela terra tornou-se um fenômeno visível, sendo muitos os relatos e depoimentos que associam os ART aos acampamentos do MST (...)*” (BASSANI, 2006, p. 126).

## 2.5 A LUTA PELA TERRA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

A chamada “redemocratização” foi um processo desencadeado a partir da segunda metade da década de 70 até 1985, oficialmente o “final” do regime militar no Brasil. A “abertura democrática” foi resultado do esgotamento da legitimidade política ditatorial relacionada, em grande medida, ao papel das massas de trabalhadores rurais e urbanos (FERNANDES, 1986). O objetivo do regime militar era realizar uma mudança “lenta, gradual e segura” garantindo a sobrevivência do pacto constituído em 1964 até a transição definitiva. *“É uma transição de um regime ditatorial para uma república burguesa institucionalizada, uma versão doce da autocracia burguesa sustentada pelo fuzil”* (FERNANDES, 1986, p. 73).

As mobilizações populares de maior relevância foram deflagradas pelo movimento sindical do ABC Paulista. As greves dos metalúrgicos possibilitaram, às suas lideranças, a formulação um novo projeto para o país, mediante a vinculação da luta à criação de um partido político.

De todo o modo, configura-se uma vanguarda operária de repercussão nacional, lideranças locais ultrapassam a tradicional relação paternalista que vincula políticos demagogos à massa carente; realiza-se uma aproximação entre lideranças operárias, camponesas e de moradores de bairros populares das periferias das grandes cidades. Nesse quadro, a constituição do Partido dos Trabalhadores (PT) aparece como expressão mais avançada do processo de unificação e politização das lideranças emergentes dos movimentos sociais sob hegemonia do movimento operário. Mas é evidente que nem o PT reúne todas estas lideranças, nem ele consegue traduzir já a incorporação dessas lideranças locais com capacidade para formular um projeto político nacional (SADER, 1982, p. 193).

Por ser um período de “transição”, as forças sociais foram reorganizadas e incluíram novos sujeitos na arena política. Esses sujeitos organizados de forma coletiva representavam a confluência de diferentes orientações tradicionais de mobilização (igreja, sindicatos e partidos políticos) com novos elementos construídos a partir da prática cotidiana. Esse novo lugar de recriação política (o cotidiano) passou a ser valorizado enquanto espaço de resistência e luta (SADER, 1988).

As condições imediatas de vida (marginalização, pobreza) foram essenciais para a constituição dos movimentos sociais. Na relação das práticas cotidianas com

orientações políticas tradicionais que foram redefinidas as formas de mobilização e seus significados na construção das lutas sociais.

Os movimentos sociais são entendidos como uma organização de indivíduos com reivindicações e ideais semelhantes que tentam encaminhar reflexões e ações, orientadas coletivamente, que possam culminar em benefícios concretos (e comuns) ao grupo, consideradas suas necessidades num dado momento histórico. É na situação de conflito, de reivindicações e de embate social, isto é, em situações de mudança, que os sujeitos adotam estratégias dirigidas na forma de ação coletiva.

(...) uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto) sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 20).

A partir desses elementos, é possível entender como a organização de diversos movimentos sociais articula seus objetivos práticos a valores que dão sentido à existência das lutas. A constituição de uma “identidade” para o grupo permite reconhecer as forças sociais que o rodeia, entre elas seu inimigo em potencial. “(...) *análise dos movimentos sociais refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural (...)*” (GOHN, 1997, p. 171).

Dentre os vários movimentos sociais que eclodiram no período de “transição” destacam-se os movimentos de luta pela terra, representados com maior força pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O contexto de organização da luta pela terra foi resultado de um processo histórico de exclusão social do trabalhador rural.

O processo de modernização na agricultura, induzido pelo regime militar, trouxe transformações profundas na sociedade. A figura do empresário rural, produtor integrado ao circuito mercantil capitalista, demonstrava que a estrutura de poder e dominação era mantida. A concentração de terras continuava a excluir o produtor tradicional (camponês) e a absorver um enorme contingente de mão-de-obra barata nas plantações. A proletarianização do trabalhador rural (“bóia-fria”) representava a dependência da agricultura às relações capitalistas de produção. O trabalho temporário fazia crescer a pobreza e a marginalização social; as periferias urbanas tornavam-se núcleos de exclusão social provocada por décadas de desenvolvimento desigual. Sem condições de salubridade e segurança alimentar esses

trabalhadores encontravam-se reféns da estrutura agrária e dos desmandos dos grandes proprietários de terras. A situação desses trabalhadores, aliada à expectativa por autonomia (relacionada à conquista da terra), os aproximava dos movimentos de luta pela terra, principalmente o MST. *“Nos anos de 1990, esse horizonte torna-se, para os ART, mais visível em determinadas regiões, devido à intensificação da luta pela terra impulsionada pelo MST. (...) Pelas portas do MST, os desejos de muitos ART encontram receptividade e transformam-se em ações”* (BASSANI, 2006, p. 123).

Além desses trabalhadores, pode ser identificada outra categoria de proletário que, da mesma forma, vivia em condições insustentáveis. Os trabalhadores que permaneciam no campo, mas não conseguiam manter as condições mínimas de subsistência, também se integraram à massa de trabalhadores que, de alguma forma, foram vítimas do longo processo de exclusão social e econômica da “modernização conservadora”.

Esse programa de desenvolvimento agrário entrou em colapso a partir de meados dos anos 80. As consequências das políticas agrícolas de modernização excludente, discriminatória, concentradora de renda e fundamentada em subsídios governamentais, direcionados às grandes empresas capitalistas, ao lado do esgotamento da colonização dirigida na região amazônica (o MST desde seu início vem criticando a colonização dirigida na Amazônia) e das contradições geradas pela urbanização mais acelerada que o crescimento econômico, gerando uma enorme precariedade nas aglomerações urbanas, estão entre os fatores que impulsionaram a formação dos movimentos sociais que resgataram a bandeira da reforma agrária durante a transição para a democracia, nos anos 80 (NORDER, 2000, p. 99).

Nesse contexto, em que o regime militar perdia sua legitimidade, a organização dos trabalhadores rurais sem terra passava por um processo de “gestação” (1979 a 1985) (FERNANDES, 2000). É nessa fase, no período de “abertura democrática”, que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como resultado da organização de movimentos sociais de luta pela terra no Sul do país. *“Sua bandeira de luta era: ‘Terra não se ganha, se conquista’, o que implica na valorização de formas mais incisivas de luta como as ocupações e os acampamentos e, ao mesmo tempo, num esforço enorme de organização”* (MEDEIROS, 1989, p. 150).

Em sua gênese estavam presentes, além das condições sócio-econômicas dos trabalhadores rurais, a mediação da Igreja através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) inspiradas na Teologia da Libertação. Ainda

pode-se destacar o papel da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Apesar das múltiplas influências (religiosas, sindicais e político-partidárias), a formação do MST esteve relativamente autônoma, o que proporcionou condições para construção de um projeto de transformação social autêntico (FERNANDES, 1996). Na formação do Movimento, a partir da conquista de seu espaço político, os trabalhadores puderam elaborar práticas e formas de mobilização consolidadas de acordo com os “(...) *contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos*” (SCHERER–WARREN, 1999, p. 14).

O MST foi fundado, oficialmente, no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, em 1984.

O surgimento do MST é síntese do processo de lutas locais dos camponeses e trabalhadores rurais, cuja organização nacional surgiu a partir da generalização do conflito pela terra no Brasil e da necessidade de aglutinar forças para disputar com o Estado uma política agrária alternativa (àquela) que estava sendo aplicada pelos militares (SILVA, 2004, p. 66).

Nesse Encontro, realizado do dia 21 ao dia 24 de janeiro, foram apontados os primeiros objetivos de atuação do Movimento: “(...) *lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; integrar à categoria dos sem-terra trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc.; a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver*” (ANDRADE, 2002, p. 17).

O MST tem como principal característica o fato de ser um movimento de massas (mobilização de grande número de trabalhadores rurais) e ao mesmo tempo um movimento político que incorpora os trabalhadores sem terra e sua família (não requer a mesma formalidade da filiação sindical), além de contar com a participação de pessoas ou segmentos comprometidos com a luta pela reforma agrária – o Movimento agrega o apoio de “militantes”, mesmo que não pertençam diretamente à atividade agrícola (STÉDILE; GÖRGEN, 1993).

Outra característica marcante do MST é a ação direta a partir da organização dos trabalhadores para a implementação de uma política de reforma agrária e, de imediato, o assentamento das famílias sem terra. A escolha das áreas, reivindicadas para o assentamento dos trabalhadores sem terra, não era realizada aleatoriamente. Antes dessa escolha eram feitas análises da condição fundiária relativas à documentação, improdutividade, inadimplência com o sistema de crédito do Estado, entre outros. A partir daí, as áreas eram “selecionadas” para

acelerar o processo de negociação; nesse entremeio, ocorriam ocupações para que a mobilização adquirisse uma conotação política mais forte.

A manutenção de longos períodos de acampamento – sob condições precárias de permanência – era a forma de resistência do Movimento à demora do Estado para desapropriar a área e implantar o assentamento. A persistência dos trabalhadores sem terra nos acampamentos simbolizava o desejo de conquistar a terra, resistindo, na maioria dos casos, por vários meses ou anos.

Com a instalação dos acampamentos, as famílias recebem um suporte alimentar emergencial, ainda que instável, através do apoio da Igreja e comunidades locais, de assentamentos próximos, da produção própria em suas imediações ou de políticas assistenciais de governo. É bastante comum, no entanto, a inadequação e a insuficiência dos alimentos e medicamentos disponíveis nos acampamento, gerando tensões e mobilizações políticas localizadas. Lonas de plástico são utilizadas como material básico para as precárias construções habitacionais. Esta população acampada busca em geral empregar-se temporariamente em atividades assalariadas na região. Desta forma, o acampamento permite que as negociações da área com o Estado possam resistir a um período mais longo. Seu posicionamento nas margens de rodovias confere maior visibilidade às mobilizações. A deliberação do MST é a de não resistir à força policial encarregada de efetuar as ações judiciais de desocupação. Os trabalhadores geralmente desocupam pacificamente as propriedades em disputa para reocupá-las posteriormente. Entretanto, em várias regiões do país, em alguns casos, o contingente de policiais foi insuficiente para reverter ocupações em massa. Mandatos de reintegração de posse deixaram de ser cumpridos por absoluta falta de policiais para executá-los, criando situações de forte tensão social (NORDER, 2004, p. 67).

Além dos acampamentos, O MST organizou suas estratégias em torno de um embate permanente contra o governo (ocupação de prédios públicos, praças, bloqueio de rodovias, grandes marchas), como instrumento de sensibilização da opinião pública. A materialização da luta pela terra, conseguida através das ações de acampamento e ocupação, permitiram ao MST intensificar sua atuação. *“Essas práticas são resultados dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas (...)”* (FERNANDES, 2000a, p. 62). Isso foi fundamental para a expansão das mobilizações no processo de “territorialização” da luta pela terra.

A luta pela terra leva a territorialização porque ao conquistar um assentamento, abre-se perspectiva para conquistar um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização (...). Os sem-terra, ao chegarem à terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão o MST é um movimento sócio-territorial (FERNANDES, 1998, p. 33).

Esse movimento constrói estratégias políticas articuladas em “redes de relações”, que ultrapassam a esfera local e promovem a territorialização em diferentes regiões. A territorialização é marcada por pela “espacialização” política, que contribui para o avanço da organização dos trabalhadores rurais (e suas famílias) através de “experiências vividas e avaliadas”. *“O MST, esse sujeito coletivo, se espacializa pela sua práxis, por meio da (re) produção por suas experiências de luta. Este processo é desenvolvido pelo trabalho, pela ação criativa, reconstruindo o espaço de socialização política”* (FERNANDES, 1996, p. 136).

A socialização política é a construção dos trabalhadores rurais e das instituições envolvidas no processo de territorialização da luta pela terra. Ela é representada pela conquista e pela autonomia do trabalhador rural e o reconhecimento de tal situação. *“Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política”* (FERNANDES, 1996, p. 136). As experiências acumuladas, através de expedientes de organização e mobilização, contribuem para o avanço desse processo, que visa, num primeiro momento, a conquista de assentamentos rurais.

O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização (FERNANDES, 2000a, p. 68).

Além das formas de organização, foi constituída uma simbologia, que pudesse criar uma identidade ao MST e a suas ações. Em torno da construção dessa identidade, o Movimento *“atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que o constituem”* (CALDART, 2000, p. 199). Através de um processo “pedagógico”, constituiu-se

um conjunto de elementos para a consolidação de uma nova representação social<sup>9</sup>, que passou a se afirmar sobre uma multiplicidade de atores no contexto dos assentamentos rurais. A formação do sujeito “sem terra” é muito importante para o entendimento de certas particularidades na conduta dos trabalhadores assentados.

Desde suas primeiras ocupações os sem-terra vêm criando diversos símbolos de representação de sua luta. Circunstanciais, como a cruz da Encruzilhada Natalina, ou permanentes como a bandeira e hino do MST, eles são, sobretudo, signos da unidade em torno de um ideal e constituem a *mística* do Movimento (MORISSAWA, 2001, p. 209).

A *mística* do MST pressupõe a integração da coletividade em torno de objetivos, valores e princípios comuns. A dimensão subjetiva é essencial para sustentar a unidade do grupo e superar a visão do homem como mera força de trabalho, comercializável como qualquer mercadoria (BOFF, 1998). Os elementos subjetivos e objetivos da vida cotidiana devem ser referenciados na construção de um novo sujeito histórico, relacionado a novos valores e práticas. Essa dimensão educativa é baseada no projeto de educação adotado pelo MST, que articula o conhecimento popular à construção do sujeito de transformação da realidade em que está inserido (FREIRE, 1987).

Isso indica que o Movimento possui, como uma de suas características, a dimensão educativa no processo de formação do sujeito “sem terra”. São construídas, por meio da educação, novas formas de relações com a terra e com a coletividade, ou seja, são formadas novas relações sociais em torno de um novo sujeito (CALDART, 2000).

A construção de uma identidade social está inter-relacionada com as práticas educativas “formais” (escola) e nos espaços de discussão dos diversos elementos do cotidiano do assentamento. Essas duas dimensões constituem na elaboração de uma nova representação, elementar para a organização interna das relações de produção. Essa identidade social é nitidamente constatada nas práticas escolares. Como exemplo, o estudo realizado no Assentamento Antônio Conselheiro, no interior de Mato Grosso.

A *mística* tem papel importante nas atividades do Movimento e da escola, e se caracteriza pela apresentação de atividades, podendo ser música, teatro, atividades lúdicas ou o conjunto delas, organizadas por participantes dos

---

<sup>9</sup> Os objetos, discursos e práticas refletem os interesses e posições dos grupos sociais que os articulam “(...) *que* têm por objectivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua” (CHARTIER, 1990, p. 18).

encontros, aulas, concentrações ou outras atividades, voltadas a resgatar a memória da luta e reforçar todo o conjunto do ideário do Movimento. Na mística utiliza-se muito de expressões corporais, principalmente de encenações (PEREIRA FILHO, 2003, p. 77-78).

Segundo o autor, a todo o momento, a cooperação é trabalhada no cotidiano do assentamento, para os alunos compreenderem a importância da solidariedade e da organização coletiva. O processo educativo é voltado, em grande medida, para a dimensão política da luta pela terra.

Verificamos no decorrer das atividades, que os conteúdos dos trabalhos produzidos pelos alunos, em muito se diferenciavam das produções dos alunos das escolas da rede pública oficial ou particular e que era forte a presença de elementos vinculados à questão agrária e da luta pela terra, próprios da luta do Movimento presentes no cotidiano da vida daquelas crianças. Percebemos a existência de uma leitura de mundo, ainda não muito bem elaborada, mas suficiente para demonstrar um grau de maturidade política, no que tange à compreensão da luta dos trabalhadores, sinalizando para a existência de um ideário pedagógico diferente no interior daquelas escolas, ligado às vertentes socialistas (PEREIRA FILHO, 2003, p. 12).

De acordo com Pereira Filho (2003), a escola tem um papel de grande importância para “cultivar” a mística do MST e disseminar, entre os trabalhadores, os seus princípios. Isso reflete diretamente nas práticas agrícolas e na construção de espaços de sociabilidade e tomada de decisões<sup>10</sup>. Os valores constituídos no processo educativo, intrinsecamente articulado com a transmissão de conteúdos político-ideológicos específicos, restringem a possibilidade de recriação de novas formas de organização relacionadas, inerentemente, com as particularidades da localidade.

---

<sup>10</sup> Outras estratégias de formação pedagógica (Laboratório Organizacional de Campo – LOC –, Técnico em Administração Cooperativa – TAC – e Formação Integrada da Produção – FIP), relacionadas, principalmente, à consolidação da cooperação agrícola (cooperativismo), serão abordadas no próximo Capítulo.

### 3 O PRODUTIVISMO COLETIVISTA NO MST

A organização do MST foi marcada pelo contexto político-social da modernização da agricultura no país no final dos anos 70 e início da década 80. Como produto histórico, o Movimento se estruturou de acordo com as tensões e embates sociais do contexto referido. As mobilizações e ocupações de terras colocaram a reforma agrária como uma das principais políticas a serem conduzidas no país. A “redemocratização” foi um período importante para consolidar novos rumos para a questão agrária, relacionados ao assentamento de trabalhadores rurais expropriados pela acumulação capitalista no campo.

Na pauta política do novo governo civil, os assentamentos rurais possuíam grande relevância no processo de geração de emprego e minimização das condições de pobreza no espaço rural. As pressões políticas do MST foram primordiais para a construção desse novo cenário. Durante o governo de transição foram implementados projetos de assentamento em várias regiões do país, articulados com um programa de crédito, com linhas de financiamento direcionadas à reforma agrária.

A intensificação das mobilizações pela reforma agrária e a condução de políticas governamentais não foram construídas em relação de harmonia e consensualidade. Nesse entremeio, as elites agrárias se organizaram em torno de um movimento reacionário ao quadro social e político desfavorável aos seus interesses. Nesse embate, a Constituinte e o novo governo eleito, a partir do final da década de 80, foram extremamente negativos para a reforma agrária no país. Num período político de repressão à luta pela terra e estagnação das políticas de assentamento, o MST direcionou seus esforços para outra esfera de atuação: a organização da produção nos assentamentos rurais. O Movimento entendia o assentamento como uma extensão da luta pela terra e condição de resistência do trabalhador rural. Nesse sentido, organizou uma estrutura administrativa para coordenar a implantação de seu modelo de cooperação agrícola. O MST via na cooperação a principal saída para a organização do trabalho e viabilidade econômica da produção. Orientado pela “teoria da organização no campo” – fundamentada em concepções kautskianas –, incentivou a criação de diversas cooperativas em todo o país. O cooperativismo pressupunha a construção de novas relações de trabalho e a supressão das formas tradicionais de organização da produção. A partir desses elementos, foram constituídas estratégias para consolidar esse paradigma de produção em todos os assentamentos rurais articulados ao Movimento.

Para contextualizar essa discussão o presente capítulo apresenta-se delimitado em quatro seções.

Na primeira seção serão destacadas as tensões ocorridas durante a “redemocratização” do país, referentes à reforma agrária, e o papel do governo em relação às políticas de assentamento e crédito. A postura do Estado em dois momentos diferenciados – “transição democrática” e governo eleito em 1989 – definiram as estratégias do MST para a organização da produção através do trabalho coletivo.

É escopo da segunda seção, demonstrar a criação de uma estrutura organizacional para a consolidação do modelo de cooperação agrícola do MST. Nela estarão apresentados os principais elementos do cooperativismo, organizados a partir da transição de formas associativas “simples” às cooperativas de produção. Recorrendo a referenciais do próprio Movimento, esta seção demonstra a institucionalização das cooperativas e a construção de esferas representativas em nível estadual e nacional para a articulação de experiências e ordenamento da produção local.

Na terceira seção estarão presentes os princípios teóricos da organização da produção nas cooperativas do MST. Através de documentos originários do Movimento, serão apresentados conceitos fundamentais, os quais foram as bases da criação do cooperativismo inserido nos assentamentos rurais. A partir dessas concepções, orientadas principalmente pela análise kautskiana, o MST buscou, na superioridade da produção cooperativa, a alternativa para o desenvolvimento econômico na localidade. Isso seria possível através da superação das relações camponesas tradicionais e a construção de novas relações de produção estabelecidas por um novo sujeito social.

Com base teórica consolidada e estrutura organizacional em processo de constituição, o MST implantou cooperativas em todas as regiões do país. Essa expansão, articulada com um novo momento político, será discutida na quarta seção. O retorno das mobilizações e ocupações de terra deu um contorno diferenciado a esse período. A reforma agrária voltava à agenda política – assentamento de trabalhadores rurais e linhas de crédito. Durante esse período, o MST implementou novas cooperativas e enfocou os resultados alcançados, demonstrando a viabilidade de seu projeto de desenvolvimento econômico. A territorialização das cooperativas e seus resultados estão baseados em passagens documentais, que demonstraram alguns exemplos das estratégias adotadas pelo MST.

A viabilidade econômica dos assentamentos e a construção de um novo sujeito, pautado por valores coletivos, foram os principais eixos do modelo cooperativista. A articulação entre a organização do trabalho coletivo e a matriz tecnológica da agricultura

moderna indicava o viés economicista da cooperação agrícola ou um produtivismo coletivista praticado pelo MST.

### **3.1 POLÍTICAS DE ASSENTAMENTO E CRÉDITO PARA A REFORMA AGRÁRIA**

A questão agrária na “transição democrática” demandava por políticas urgentes. A intensificação das mobilizações e a expansão territorial do MST adquiriram grande repercussão pública e força política. Devido a essa natureza de ação do Movimento, a reforma agrária passou a ser uma pauta de fundamental importância para o “pacto social” na passagem do regime militar para o governo civil.

Em 1985 foi eleito, pelo Congresso Nacional, o primeiro governo da “Nova República”. O colégio eleitoral aprovou o nome de Tancredo Neves, que faleceu antes de tomar posse no cargo, assumindo assim, seu vice-presidente José Sarney. O governo Sarney foi obrigado a reconhecer a gravidade das tensões sociais provocadas pela questão agrária no país; face a isso, foi proposto, para solucionar essa demanda, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Apresentada publicamente em maio de 1985 no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, da Contag, a Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária concebia a reforma agrária como assunto prioritário do novo governo e se inspirava fundamentalmente no Antigo Estatuto da Terra, porém radicalizando seu viés reformista. Os principais elementos inovadores eram a possibilidade de desapropriação da terra por interesse social, o que tornava o latifúndio improdutivo ou as áreas de conflito de terra os seus principais alvos, mas também tornava possível a desapropriação de empresas rurais e de áreas produtivas; a priorização da política de assentamentos, em lugar de tendências anteriores de valorização da colonização, da regularização fundiária e da tributação; e a participação de trabalhadores em todas as fases do processo de reforma agrária. Além disso, a indenização pela desapropriação seria paga de acordo com o valor do imóvel declarado para a cobrança do imposto territorial rural (ITR), o que combateria a especulação fundiária e penalizaria os latifundiários improdutivos e os forçaria a assumir sua função social produzindo (MACIEL, 2005, p. 176-177).

Essa longa passagem reflete, com bastante clareza, a mudança de ênfase da política de “colonização dirigida” para a de reforma agrária, por meio da criação de assentamentos rurais, principalmente em áreas de conflitos pela terra. A reforma agrária, com desapropriação por interesse social, impulsionou a “territorialização” do MST, que

intensificou os acampamentos e as ocupações no país. Partindo do pressuposto que, onde houvesse tensões envolvendo a questão fundiária, a função social da propriedade estaria sendo questionada e a área seria passível de reforma agrária. Esses fatores estariam no bojo das mobilizações dos trabalhadores rurais sem terra organizados pelo MST.

A proposta apresentada em maio de 1985, no Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foi o estopim para a eclosão de um movimento reacionário que se ergueu para a defesa dos grandes proprietários rurais. Esse movimento era representado pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

A organização da elite agrária aconteceu como resposta ao PNRA e às mobilizações de luta pela terra. Esse confronto de interesses gerou conflitos armados, estabelecendo para a reforma agrária, uma face extremamente violenta. Por trás dessa reação estava a criação, em 1985 (mesmo ano do PNRA), da União Democrática Ruralista (UDR).

De acordo com Bruno (1997), a UDR foi organizada para defender os interesses do setor elitizado da agricultura no país, paralelamente às representações oficiais (CNA, SRB); suas ações indicavam uma postura radical frente à adoção das políticas de reforma agrária e as atividades do MST nas principais regiões do país. Para a defesa das propriedades foram constituídas milícias armadas, responsáveis por atentados a militantes e lideranças ligados à luta pela reforma agrária.

Ainda em 1985, a CNA organizou o Congresso Brasileiro de Reforma Agrária, com o objetivo de reforçar a união das entidades representativas em torno de seus interesses entre os quais se destacou a revisão do PNRA, principalmente no caput do artigo (Art.15) que trata da implementação da reforma agrária em regiões de tensão social. A intensa pressão desses setores resultou em alterações fundamentais no PNRA, transformadas em empecilhos à política de reforma agrária. A situação pode ser esclarecida no papel desempenhado pelo advogado Fábio Luchési (ligado a setores da elite rural) a quem foi confiado a versão final do PNRA.

Após suas sugestões, aceitas por José Sarney, o PNRA deixou de ser uma proposta de estímulo à mudança social e transformou-se em mais um obstáculo jurídico à reforma agrária. (...) O recuo do governo Sarney restabeleceu a tranquilidade nos setores proprietários/empresariais, e causou indignação entre os trabalhadores rurais, sobretudo pela reforma obscura e antidemocrática como a questão foi encaminhada. A reforma agrária tornava-se difícil e lenta. A desapropriação por interesse social deixou de figurar como principal recurso do PNRA, as áreas prioritárias não foram definidas e o governo federal centralizaria a decisão final sobre os Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRAs) (NORDER, 2004, p. 59).

O fracasso da proposta original deveu-se muito ao papel da UDR enquanto movimento de reação à reforma agrária. “(...) a versão aprovada era muito distinta da que havia sido apresentada” (MORISSAWA, 2001:107). Através do Decreto Presidencial 91.766, de 10 de outubro de 1985, o PNRA foi aprovado com conteúdo eminentemente conciliador.

Com o esvaziamento da proposta do PNRA e o desmantelamento da equipe que o elaborava, a questão da reforma agrária foi praticamente ‘congelada’ dentro do governo. Ora cedendo a pressões dos setores dominantes agrários, ora inviabilizando na prática as iniciativas reformistas, o governo adotou uma postura cada vez mais conciliadora diante da grande propriedade rural (MACIEL, 2005:181).

O sucesso das mobilizações da UDR foi notório, pois exerceu grande influência na eleição de representantes na Assembléia Nacional Constituinte, na Câmara e Senado Federais.

Com o apoio dos setores agrários dominantes, a UDR começou a se movimentar para garantir seus interesses na elaboração da Constituição Federal. Nessa fase, passou a atuar em frentes diferentes daquelas do uso da violência nas propriedades (milícias armadas); organizou novas formas de atuação articuladas com suas coordenações regionais, principalmente relacionadas a manifestações pelo direito à propriedade, para buscar a adesão da opinião pública. Além disso, consolidou uma estrutura jurídica para assessorá-la sobre as questões fundiárias e, adentrou veemente na base de sustentação político-partidária na Assembléia Constituinte (BRUNO, 1997).

O avanço da UDR evidenciou a postura tomada pelos setores dominantes na agricultura para a defesa de seus interesses no Congresso Nacional. Como resultado, a UDR conseguiu alianças com os setores industriais e empresariado urbano, consolidando uma base de sustentação para tratar dos temas relacionados à reforma agrária. No decurso das discussões na Assembléia Constituinte, a “bancada ruralista” (apoiada pela UDR) obteve êxito em suas propostas, não permitindo o avanço da legislação sobre a reforma agrária. A exclusão das “propriedades produtivas”, como possíveis áreas a serem desapropriadas, demonstrou que as condições para a reforma agrária previstas na Constituição de 1988 não sofreram alterações significativas.

Como fundamento para a desapropriação, a “propriedade improdutiva” impôs importantes limites burocráticos, pois seu conceito era muito amplo e complexo. Isso

ocasionou verdadeiras batalhas judiciais, obstaculizando a implementação das políticas de reforma agrária. Apesar dos limites políticos, legislativos e jurídicos; e as metas previstas no PNRA não serem cumpridas; “(...) *mais de 700 assentamentos foram criados nos anos 80, atendendo a aproximadamente 110 mil famílias (...)*” (NORDER, 2004, p. 60).

Os assentamentos criados nesse período foram resultado, em grande medida, das mobilizações dos movimentos sociais pela luta pela terra. A pressão dos trabalhadores rurais sobre o governo, por meio das diversas frentes de resistência, possibilitou a execução de diversos PDAs (Projetos de Desenvolvimento de Assentamentos) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Quanto à organização dos assentados, esses PDAs foram conduzidos, predominantemente, pela orientação do MST. A partir dos anos 80, em meio às discussões sobre a questão agrária no Brasil, o que se tem de concreto são os assentamentos rurais, resultantes de pressões dos movimentos sociais de luta pela terra. São adotados oficialmente como metas de governo para a solução, sempre adiada, da reforma agrária.

Os assentamentos rurais podem ser entendidos como unidades de produção criadas a partir de uma política governamental específica, com os seguintes objetivos: beneficiar o trabalhador excluído do acesso a terra; fazer a propriedade rural cumprir sua função social. A bibliografia a respeito dessa temática aponta para diversos tipos de análises relacionadas à compreensão da lógica interna de funcionamento na situação de um novo espaço. Nesse cenário, certas representações sociais se impõem em processo de (re)significação com ideais de trabalho coletivo, mobilização de luta e organização política.

Muitas vezes parece que, logrando acesso à terra, depois de períodos mais ou menos longos de pressão e reivindicação, e uma vez investidos, de alguma forma de controle sobre a terra, a tendência é a diluição das demandas, interesses, e da própria identidade dos ‘assentados’ num segmento maior de pequenos produtores. A preocupação se desloca para questões tais como a produção, a produtividade, assistência técnica, políticas de crédito, etc. De fato, isso acontece e é possível ouvirem-se de grupos de recém-assentados referindo-se a si mesmos como pequenos produtores, procurando estabelecer vínculos político-administrativos com esse segmento maior, ainda que, no seu conjunto, nem todos os pequenos produtores passem necessariamente, pelos mesmos processos de enfrentamento (ESTERCI, 1992, p. 07-08).

Os assentamentos rurais serão analisados como produtos históricos, inseridos num contexto político, econômico, social e cultural regido pelo paradigma

desenvolvimentista da agricultura, decorrente de um longo processo de modernização capitalista da produção agrícola no país. A partir desse pressuposto, é possível entender como os assentamentos de reforma agrária foram impelidos por uma lógica extremamente contraditória.

A criação de assentamentos formou uma nova categoria de produtor rural: o assentado. Esse “novo” sujeito deve ser entendido num complexo de relações estabelecidas com seu passado e a nova realidade vivenciada nas particularidades do novo espaço de vivência.

Na maior parte das vezes, os trabalhadores nunca foram proprietários, nem seque suas famílias até a terceira geração, o que não afasta a memória/presença viva da relação com a terra. (...) Para os assentados, cujo passado, remoto ou presente, foi marcado pela condição de arrendatário, parceiros ou pequenos proprietários, a terra ainda é a expressão de um projeto de vida (BERGAMASCO; FERRANTE; D' AQUINO, 1991, p. 269; 272).

A relação com a terra era concebida através da identidade estabelecida, tradicionalmente, pelo próprio contato com a prática produtiva ou pela referência simbólica expressada por uma “memória” materializada no assentamento rural. O trabalhador assentado, oriundo de diferentes regiões do país, possuía especificidades construídas pela relação com a terra, acumulada na história da pequena produção local.

A passagem à condição de assentado e a diversidade não pode ser explicada por meio de eixos analíticos mecanicistas. Não se trata de uma transposição mecânica através da qual o trabalhador deixaria a condição anterior e passaria imediatamente a assumir uma outra. Tal processo, longo, comporta sonhos, frustrações, realidade. Para poder pensar o assentamento como categoria em construção, faz-se necessário recuperar sua origem e alguns dos sonhos que os movem (BERGAMASCO; FERRANTE; D' AQUINO, 1991, p. 274).

Nesse sentido, a transformação do sujeito recém-assentado entra em conflito com as representações construídas durante toda trajetória de vida. O novo contexto social, político e territorial é reordenado a partir das antigas referências e, a inserção de novos elementos nas práticas cotidianas sofre, essencialmente, um processo de resistência e ruptura. *“Daí que a imposição de uma representação não significa a aceitação unívoca dessa representação: pode existir pluralidade nas apropriações”* (CARVALHO, 2005, p. 05).

No período de consolidação dos assentamentos, principalmente, a partir de 1985, o MST buscou ampliar nas localidades, através das intervenções da coordenação nacional, o conceito de “sem terra”. Esse sujeito não seria apenas o militante engajado nas ações de ocupação e de acampamento, mas também aquele sujeito assentado que luta por direitos que vão além da conquista de uma parcela de terra. *“Esta tensão expressava concepções diversas acerca do que seriam ‘lutas econômicas’ e ‘lutas políticas’, do papel da luta por terra no processo de transformação; e do lugar dos ‘assentados’ na ‘luta por terra’”* (ESTERCI, 1992, p. 08). O objetivo do Movimento era a permanência de sua base de sustentação, sendo esta, organizada no interior dos assentamentos rurais.

A segunda metade da década de 80 foi profícua em destacar assentamentos-modelos, fundamentados na matriz de produção coletiva e/ou associativista, em franca alusão ao projeto defendido pelas organizações ligadas à igreja aos técnicos progressistas do Estado e às dificuldades de recursos financeiros (ESTERCI, 1992:11).

Para que os assentamentos pudessem ser organizados de acordo com uma matriz de produção “adequada” à sua realidade, o MST montou uma estrutura organizacional com a finalidade de dar amparo ao processo produtivo nos assentamentos e consolidar o processo de formação político-ideológica. Essa necessidade possuía fundamento na grande heterogeneidade de trabalhadores que necessitariam ser organizados para continuarem a trajetória de luta e mobilização ainda não esgotada.

(...) se os ‘assentados’ tem trajetórias diferenciadas – passando ou não por experiências de trabalho urbano, mais ou menos prolongado, tendo tido na própria área rural inserções diversas na produção (como bóias-frias, arrendatários, posseiros, pequenos proprietários) – o significado da terra no seu projeto de vida e, portanto, o caráter político da própria reivindicação por terra, pode variar muito (ESTERCI, 1992, p. 09).

Essa multiplicidade de sujeitos inseridos no mesmo espaço produtivo acarretou inúmeros problemas para o projeto de organização nos assentamentos de reforma agrária. De acordo com essa perspectiva, o MST buscou aprimorar sua matriz de produção e todo o aparato organizacional que a rodeia. Assim, criou 04 Setores que se articulavam em torno do projeto nacional do Movimento: Setor de Frente de Massa; Setor de Formação; Setor de Educação; e Setor de Produção.

O Setor de frente de Massa é responsável pelo desenvolvimento do processo de expansão do Movimento. Seus integrantes deslocam-se para outros municípios, estados ou regiões, formando novos grupos de famílias, fazendo o trabalho de conscientização e realizando novas ocupações. (...) Compreender o sistema capitalista, as razões históricas da situação dos trabalhadores, as alternativas ao modelo político e econômico vigente, etc. é fundamental para o engajamento consciente do sem-terra. Considerando essa realidade, o MST decidiu criar o **Setor de Formação**. (...) A escola para as crianças e a alfabetização dos jovens e adultos foi uma preocupação desde as primeiras ocupações. Pais e professores formaram comissões para reivindicar e organizar escolas nos acampamentos e assentamentos. (...) Conquistados os primeiros assentamentos, o MST viu-se diante do desafio de estabelecer novas relações de produção. (...) Foi nesse contexto que (...) começaram a discutir o desenvolvimento da **cooperação agrícola** como forma de resistência (MORISSAWA, 2001, p. 205-206).

Essa estrutura organizacional possuía a função de constituir novas relações no âmbito da política, educação, mobilização e produção. Deveria ser formado um novo sujeito (o sem terra) integrado a uma lógica gestada pela Direção Nacional do Movimento.

Além desses setores, foram criadas “instâncias de representação”, onde seriam analisados os temas pertinentes à realidade dos assentamentos rurais e traçadas as diretrizes gerais de atuação política e econômica (produção) do MST. Essas “instâncias” gerariam referências para os Setores executarem seus projetos na localidade (MORISSAWA, 2001). São elas: 1) Congresso Nacional; 2) Encontro Nacional; 3) Coordenação Nacional; 4) Direção Nacional; 5) Encontros Estaduais; 6) Coordenações Estaduais; 7) Direções Estaduais; 8) Coordenações Regionais; 9) Coordenação de Assentamentos e Acampamentos; 10) Grupos de Base.

O MST articulou hierarquicamente toda a estrutura de organização no intuito de integrar as experiências locais à pauta de discussões ordenada nacionalmente. A partir desses pilares, foram aperfeiçoadas, ao longo do tempo, novas práticas, principalmente, no Setor de Produção, com a introdução do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Isso foi possível devido à constituição de uma política governamental de crédito (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA) em 1986.

Como já apontado anteriormente, os assentamentos são decorrentes de um contexto histórico marcado pelo incentivo ao padrão da agricultura moderna. O financiamento proporcionado pelo governo para os assentamentos rurais marcou ainda mais o predomínio dessa orientação na matriz de produção agrícola defendida pelo MST.

Nesse campo, vêm ganhando peso duas (...) formas de abordagem: a integração aos mercados e o patamar tecnológico. No primeiro caso, tem-se afirmado a necessidade de não se entender os 'assentamentos' como 'guetos' e buscando alternativas de colocação dos produtos agropecuários nos mercados, sobretudo ao nível regional. (...) Quanto à questão tecnológica, podemos notar que o padrão calçado na 'revolução verde' norte-americana tem sido, em parte, incompatível com a estrutura produtiva dos 'assentamentos' (ESTERCI, 1992, p. 11).

A produção em larga escala, com altos índices de utilização de insumos químicos e máquinas, era considerada contraditória para a realidade dos assentamentos rurais. Outra alternativa adotada, a integração no mercado através da agroindustrialização da produção nos assentamentos, também possuía muitos problemas devido à dificuldade de comercialização e competição com os produtos das grandes empresas.

O elemento impulsionador da adoção dessas diretrizes de produção estava vinculado, intimamente, à assistência de crédito proporcionada pelo governo federal. O PROCERA possuía uma feição eminentemente econômica, sendo grande parte dos recursos destinados para o custeio da produção. Assim, era incentivado o plantio de lavouras temporárias, geralmente, de produtos industrializáveis ou passíveis de compra pelas empresas agroexportadoras.

A família assentada recebia crédito para realizar as despesas iniciais (era insuficiente e não garantia, de forma alguma, a segurança alimentar até o início da produção), posteriormente, teria acesso ao PROCERA com juros subsidiados pelo Estado. A disponibilidade do crédito, sem acompanhamento ou qualquer forma de fiscalização, causou uma série de problemas, pois muitos produtores tomaram o empréstimo sem estarem preparados para sua utilização. Uma das limitações do PROCERA estava relacionada à separação entre crédito de investimento e crédito de custeio, sendo este, prioritariamente enfatizado.

Vale lembrar que o *crédito de custeio* tem uma finalidade de curto prazo: a compra de insumos e serviços necessários a um determinado cultivo. Concluída a safra, o crédito deve ser quitado; é distinto do *crédito de investimento*, cujo prazo de pagamento geralmente é maior e visa a compra de máquinas, equipamentos e outros bens de produção utilizados no longo prazo (NORDER, 2004, p. 106).

As diretrizes de financiamento estão intimamente ligadas ao paradigma de desenvolvimento do período. A influência desse padrão de produção era perceptível na realidade dos assentamentos (ZAMBERLAM, 1994).

Houve um notável direcionamento do sistema de créditos para a produção de grãos, um processo produtivo marcado por elevada dependência com relação ao uso de insumos agroindustriais e financiamentos governamentais, uma acentuada prescrição técnica e uma ampla fiscalização e controle de agências bancárias e estatais. Por outro lado, os recursos disponibilizados eram sabidamente insuficientes para a realização da produção. A inserção dos assentados nas linhas de crédito disponíveis evidenciava suas primeiras limitações e contradições (NORDER, 2004, p. 109).

A adesão ao crédito de custeio para a produção de grãos contradizia a disponibilidade da força de trabalho nos assentamentos rurais. Quanto maior a dependência da mecanização e do uso de insumos químicos na produção, menor seria o emprego da mão-de-obra em todo o processo; para um espaço onde havia “fartura de braços” para o trabalho, a produção em larga escala desestruturaria a reprodução das bases familiares de organização (em alusão à pequena propriedade tradicional).

Nesse cenário, o PROCERA contribuiu para aumentar a dependência dos assentados a fatores externos, corroborando para o endividamento e o bloqueio de novos empréstimos. A falibilidade de programa levou à sua extinção, sendo substituído pelo Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>11</sup>.

A análise da política governamental de crédito e o contexto em que estava inserida permitem compreender a organização da matriz de produção do MST e todos os instrumentos adotados para sua execução. Essa afirmação está baseada na implementação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), em 1988, que culminou na formação da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), em 1992 (coincidente com o período de maior intensificação do PROCERA, a partir de 1993). Nesse entremeio, o MST desenvolveu um trabalho bastante intenso envolvendo diversos mecanismos de gestão e controle para a consolidação da proposta cooperativista. Baseado na teoria marxista sobre a questão agrária, o MST organizou a produção nos assentamentos visualizando a superação das relações sociais capitalistas. Porém, os assentamentos enfrentaram, internamente, um conflito de representações associado à construção que o Movimento faz em torno do sujeito “sem terra”.

---

<sup>11</sup> Esse processo será discutido no Capítulo 3.

Na localidade, as diretrizes de produção adotadas pelo MST encontraram dificuldades de perpetuação. Num contexto, marcado pelas diferenças, a construção de um projeto de desenvolvimento, consonante com o paradigma moderno da agricultura, impôs aos assentados os mesmos dilemas que antes propuseram superar.

### 3.2 O COOPERATIVISMO NO MST

O conturbado momento político de formação dos assentamentos rurais causou um impacto extremamente negativo na implementação da reforma agrária no país. As elites rurais impuseram grande parte de seus interesses na Assembléia Constituinte e a Carta Magna tornou a reforma agrária mais difícil de acontecer.

No final do Governo Sarney as tensões aumentaram. As eleições para a presidência indicavam, mais uma vez, o embate de dois projetos diferenciados. Na disputa político partidária, a articulação de um “movimento de esquerda”, encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e as organizações de mobilização popular, foi derrotada por uma vertente conservadora politicamente e liberal economicamente. Após a derrota na Constituinte, a luta pela terra sofreu um duro golpe com a eleição de Collor, em 1989.

Em defesa dos interesses das elites agrárias, o governo recém empossado impôs inúmeras barreiras para as políticas de reforma agrária. Esta foi contemplada no conteúdo da Constituição Federal, contudo seria necessária a aprovação de lei complementar para sua concretização. Longe de cumprir as determinações da Constituição, foi organizado um aparato de repressão aos movimentos de luta pela terra. Durante todo o governo Collor (1989 a 1992 – ano de seu *impeachment*), a reforma agrária não entrou na pauta de políticas públicas. Isso provocou uma reordenação de postura dos movimentos sociais, que passaram a organizar novas formas de resistência.

Após denúncias de corrupção e um longo processo de investigação, o presidente Collor foi processado e teve seu mandato cassado pelo Congresso Nacional. Com o *impeachment* do Presidente da República, uma nova perspectiva se abriu para os movimentos sociais. Em 1993, no governo Itamar Franco, foi aprovada a Lei Complementar Nº 8.629, que regulamentou a desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Esse momento proporcionou um novo fôlego à luta pela terra no país, refletindo em novas mobilizações populares e ocupações de áreas improdutivas.

Durante o período compreendido de 1989 a 1992, a “territorialização” do MST ficou praticamente estagnada. O contexto desfavorável à atuação do Movimento foi decisivo para uma mudança de postura. Toda a atenção do MST voltou-se para a consolidação de sua estrutura organizacional e desenvolvimento de seu modelo de cooperação agrícola nos assentamentos. Nesse contexto, a Direção Nacional do Movimento chegou a conclusão de que os modelos de cooperação adotados não eram suficientes para garantir a fixação do trabalhador no campo. Além disso, as estratégias adotadas e seus resultados não tinham o controle do MST, que considerava o assentamento uma extensão da luta pela terra e espaço fundamental de reprodução da identidade do Movimento.

Antes de 1985, a organização nos assentamentos era constituída, num primeiro momento, por pequenos grupos coletivos e grupos de ajuda mútua, que tinham o objetivo de se organizarem contra as adversidades vivenciadas pela escassez e pobreza no campo. Foram práticas isoladas e articuladas no contexto local de forma espontânea.

(...) comunidades eclesiais de base, associativismo espontâneo entre vizinhos e parentes, bases de organização social dos sindicatos de trabalhadores rurais, identidades sociais a partir de referenciais não-econômicos, etc. O ponto central desse paradigma foi, então, o pequeno grupo de cooperação, sem a mediação institucional formal homogênea, para a realização de atividades variadas, isoladas ou combinadas entre si. O agrupamento das pessoas e famílias nesses grupos foi determinado por diferentes identidades sociais (CONCRAB, 1999, p. 28).

Após essa fase inicial (até 1985<sup>12</sup>), a organização coletiva nos assentamentos foi estruturada por associações de trabalhadores, buscando melhorar, principalmente, a infraestrutura dos assentamentos. Para o MST, nesse período, a “(...) ASSOCIAÇÃO É O MELHOR CAMINHO” (JST, 1987c, p. 15). As associações tinham o objetivo de viabilizar melhores condições relativas à compra de máquinas, insumos, ferramentas e acesso ao escasso crédito disponibilizado pelo Estado. Isso pode ser constatado em reportagem sobre o Assentamento XV de Novembro.

O Assentamento ‘XV de Novembro’ está localizado no município de Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, São Paulo. (...) Tem uma área de 13.110 ha. E nele vivem 500 famílias assentadas durante o ano de 1985. A produção era organizada de diferentes formas. (...) **Tipo Misto** (...) Nesta forma, cada trabalhador tem seu lote de 15 ha, mas as máquinas são em comum. Os trabalhos que envolvem mais pessoas e dispõem de pouco

---

<sup>12</sup> Após a criação do MST, datada de 1984.

tempo (plantio e colheita) são feitos em mutirão (troca de serviços). O restante do trabalho (capina e outros tratos culturais) são feitos pela família. (...) **Forma Coletiva (...)** Existe no Assentamento uma associação, com 30 famílias, onde a terra não tem divisões (cerca), as máquinas são em comum e o trabalho é coletivo. (...) Esta associação tem tido grande sucesso e está servindo de exemplo para surgirem outras associações no próprio assentamento e também na região onde já existem mais três assentamentos grandes (JST, 1987a, p. 15).

Outras experiências de associativismo nos assentamentos rurais demonstravam as estratégias locais para superação das dificuldades.

Foi criada recentemente a associação cooperativa do assentamento do Rincão do Ivaí, município de Salto do Jacuí, no Rio Grande do Sul. Depois de quatro anos de posse da terra, ficou clara a necessidade de buscar uma saída de forma coletiva. Um dos objetivos da associação, também, é o de eliminar a ação dos atravessadores. A associação ABROESPI (Associação Boa Esperança do Rincão do Ivaí), possui 94 associados que são consultados em todas as decisões importantes (JST, 1988, p. 09).

Explorar coletivamente os recursos da terra através da associação, é o princípio básico das 64 famílias residentes no projeto de assentamento da fazenda Santana, localizada em Monsenhor Tabosa. Após a criação do assentamento, em 1987, os trabalhadores fundaram uma associação, elegeram uma diretoria e elaboraram um estatuto, dividindo-se posteriormente em comissões de trabalho, como a de saúde, agricultura, educação, dentre outras. Elevaram as casas em mutirão, reduzindo os custos, de mão-de-obra (...) (JST, 1991b, p. 07).

A organização coletiva por meio de associações foi a principal forma de cooperação agrícola adotada pelo MST até a crise ocorrida na Constituinte e na sucessão presidencial em 1989 (governo Collor). Num cenário político eminentemente perverso, o Movimento voltou-se para a consolidação de um novo paradigma de organização da produção nos assentamentos rurais: o cooperativismo.

Para entender a proposta do cooperativismo no MST é necessária uma diferenciação básica. Muito se confunde cooperação e cooperativismo e, apesar de pertencerem à mesma raiz<sup>13</sup>, não são sinônimos.

---

<sup>13</sup> “(...) verbo cooperar (do latim cooperari, de cum e operari), que significa operar juntamente com alguém” (PINHO, 1996, p. 43).

Em *cooperação*, substantivo feminino, devido ao sufixo indicativo de ação, encontramos o sentido da ação de cooperar, prestação de auxílio para um fim comum. Já em cooperativismo, o sufixo *ismo*, de origem grega, denota sistema, doutrina (...) (PINHO, 1996, p. 43-44).

Na base do cooperativismo estava presente a proposta de organização baseada na produção mecanizada e na inserção no mercado. Isso possibilitaria maior competitividade e produtividade, através da incorporação de novas técnicas e acesso a recursos financeiros. O horizonte almejado por essa organização estava alicerçado na produção em larga escala comparada à produção dos grandes proprietários rurais.

Diante de uma política econômica e agrícola que penaliza o pequeno agricultor, o assentado não pode se contentar com a conquista de um pedaço de terra. Há a necessidade de encontrar meios que lhe possibilita ter acesso a recursos financeiros e técnicos, condições favoráveis de produção e comercialização; acesso à técnicas de produção mais desenvolvidas e a mecanização. Recursos esses hoje, somente ao alcance dos grandes proprietários. É para proporcionar essas condições que estamos implantando a organização de cooperativas em nossos assentamentos. (...) Somente assim estaremos aptos a fazer frente a essa acelerada política entreguista do presidente Collor, subserviente aos interesses internacionais aos latifundiários, cada vez mais protegidos por aparatos repressores (JST, 1991, p. 02).

O cooperativismo adotado pelo MST estava associado a construção de uma estrutura político-organizacional pautada em objetivos que assegurariam a minimização da pobreza no campo, através do desenvolvimento das relações de trabalho superiores àquelas tradicionalmente constituídas. Para alcançar esse patamar, o Movimento organizou, a partir de seu Setor de Produção, o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA, responsável pela organização da produção, por meio da implantação de cooperativas<sup>14</sup>.

O sistema cooperativista dos assentados terá uma estrutura organizativa própria, dedicando-se especificamente aos problemas relacionados com a produção, comercialização, agroindústria, crédito rural e a assistência técnica. E o MST poderá aperfeiçoar a organização de massa para a conquista da terra. A vinculação do MST com os assentamentos será através dos dirigentes, da organização dos núcleos dentro dos assentamentos, nas atividades de formação e mobilização (JST, 1990c, p. 21).

---

<sup>14</sup> Esse modelo tem raízes no século XVII como decorrência dos problemas sociais causados pela Revolução Industrial. Em 1844 surgiu a primeira cooperativa em Rochdale, na Inglaterra. Foi fundada a “Society of Equitable Pioners” - a partir das idéias do industrial inglês Robert Owen, que fundou as “Aldeias Cooperativas”, fracassando mais tarde. Tinham como objetivo a ajuda mútua, criando uma comunidade auto-sustentada (PINHO, 1966).

O SCA é responsável pela organização de base dos assentados, pela organização da produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural, pela comercialização e, também, pela mobilização social dos assentados frente a política agrícola do governo, a política econômica e pelas condições básicas dos assentamentos (CONCRAB, 1997, p. 09).

O SCA é um setor do MST e tem na cooperação agrícola a perspectiva do desenvolvimento econômico dos assentados (...), contribuindo para a territorialização da luta pela terra e intensificando a participação em outras lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade (FERNANDES, 2000, p. 228).

O cooperativismo do MST buscou em “(...) *vários países da América Latina - Nicarágua, Peru, Honduras, Cuba, Chile e México – (...)*”, subsídios para implantar um modelo de cooperação nos assentamentos do Brasil (MORISSAWA, 2001, p. 207). Um exemplo está retratado numa reportagem do JST. “*Três companheiros do Movimento Sem Terra acabaram de retornar de uma viagem de trinta dias à Nicarágua. O objetivo básico da viagem foi estreitar laços de cooperação com entidades de trabalhadores daquele país (...)*” (JST, 1987, p. 15).

A proposta de cooperação agrícola indicava um modelo uniformizado para os assentamentos rurais, centrado numa proposta organizacional com ênfase predominantemente econômica. Para o MST, “(...) *cooperação é igual à cooperativa ou dá-se através dela*” (CONCRAB, 1999, p. 32). Essa redefinição da organização coletiva centrada na homogeneização da cooperação agrícola (CA), por meio da institucionalização das cooperativas, permitiu ao MST implantar um projeto para os assentamentos rurais em todas as regiões do país.

A CA adquire caráter decisivo para as estratégias do MST, a partir de 1989, com a criação de um sistema cooperativista a nível nacional, que objetiva integrar as diversas formas de cooperação em assentamentos, bem como produtores individuais assentados ou não. As cooperativas de produção agropecuárias (CPAs) passam a ser, a nível dos assentamentos, o carro chefe deste sistema cooperativo (KLEBA, 1994, p. 133-134).

O modelo proposto pelo SCA de desenvolvimento dos assentamentos rurais estava ligado à implantação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Para o MST, as CPAs eram consideradas uma forma avançada de organização, pois reunia as condições reais de ordenamento da produção (coletiva) e das estratégias de inserção no

mercado. Isso viabilizaria economicamente os assentamentos e ao mesmo tempo consolidaria a organização coletiva, patamar superior das relações sociais para a transição socialista. Os esforços em torno das CPAs estavam intimamente relacionados com as estratégias do MST para a resistência dos trabalhadores nos assentamentos rurais.

Para o MST, as CPAs seriam, a priori, a forma superior de cooperativismo. Essa superioridade seria, sobretudo, econômica, na medida em que a coletivização da terra e do trabalho (ou a cooperação na produção) resultaria em melhor aproveitamento da mão-de-obra, através da divisão do trabalho e da especialização e em decorrência, em maior eficiência econômica (KLEBA, 1994, p. 135).

As CPAs se diferenciavam das outras formas de cooperação agrícola adotadas anteriormente pelo Movimento. Sua principal característica era personalidade jurídica, a qual permitia a inserção no circuito mercantil, pois, ao ser registrada, passava a ser uma empresa cooperativista. Além do aspecto econômico, podem ser indicadas outras diferenças marcantes na forma de organização.

CARACTERÍSTICAS	GRUPO COLETIVO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
QUEM PARTICIPA	Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens	Famílias. Homens e às vezes também Mulheres	Famílias: Homens, mulheres e jovens acima de 16 anos
Nº DE SÓCIOS	Geralmente abaixo de 10 pessoas	Entre 20 e 400 conforme o tipo	Número mínimo exigido por lei: 20
FORMA DE PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES	Combinação verbal entre todos os membros do grupo	Assembléia	Assembléias. Conselhos dos Representantes dos setores.
PARA QUE SE JUNTAM	Geralmente para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compra de implementos</li> <li>• Venda de produtos</li> <li>• Construção de benfeitorias</li> <li>• Ajuda mútua no trabalho</li> </ul>	Geralmente para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestação de serviços de comércio e transporte, etc.</li> <li>• Encaminhamentos das reivindicações da comunidade</li> </ul>	Para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização coletiva da produção e comercialização</li> <li>• Criação de agroindústrias</li> </ul>
USO DA TERRA	Geralmente individual	Individual e semi-coletivo	Semi-coletivo e coletivo
DIVISÃO DO TRABALHO	No máximo mutirões de ajuda mútua	Formas simples de divisão social do trabalho	Especialização do trabalho através dos setores de atividades
ESTATUTO E REGISTRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não tem estatuto</li> <li>• Geralmente não tem regimento interno</li> <li>• Quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precisa de estatuto</li> <li>• Pode ter registro interno</li> <li>• Não pode ter bloco de notas fiscais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem estatuto regulamentado pela lei Cooperativista</li> <li>• Deve ter registro interno</li> <li>• Pode ter bloco de produtor e notas fiscais</li> <li>• Deve ter registro oficial da contabilidade</li> </ul>

Fonte: MST (1993, p. 32).

### Quadro 1 – Tipos de organização coletiva da produção.

As CPAs possuíam singularidade em relação a outras modalidades de cooperativismo. Sua proposta extrapolava os limites econômicos da organização da produção, atribuindo a seu *modus operandi* a busca pela formação mais abrangente de seus membros, num processo de construção de uma sociedade regida por princípios socialistas.

Nas CPAs, a terra e todos os investimentos nela aplicados ficavam sob o controle do coletivo. Para isso, foi formada uma estrutura organizacional interna, devido à complexidade da gestão coletiva da produção.

Como órgão máximo de poder dentro de uma CPA está a Assembléia Geral da Cooperativa. Dela participam todos os associados. Toda decisão tomada pela Assembléia tem prioridade máxima e cumprimento obrigatório. A CPA normalmente é gerenciada por um Conselho de Administração ou

Deliberativo ou Coordenação. É responsável pelo encaminhamento das decisões tomadas pela Assembléia e pelo cumprimento dos Estatutos Sociais da cooperativa. É responsável também por propor estratégias para a CPA. (...) Cada CPA define a sua instância representativa, composta por um membro de cada setor de produção e serviço. Desta instância é escolhido um Conselho Diretor ou uma Diretoria Executiva. Tem função de dirigir o dia-a-dia da cooperativa e representá-la externamente ao assentamento. Esse Conselho deve cumprir as determinações da Assembléia Geral e do Conselho Administrativo. Tem autonomia limitada para a tomada de decisões, restringindo-se àquelas que não necessitam passar por análises das instâncias superiores. (...) O Conselho Fiscal é composto por três titulares e três suplentes. É responsável pela fiscalização dos atos e da gestão da direção da cooperativa. É o representante dos associados na fiscalização e zela pelo cumprimento dos objetivos e decisões do coletivo. (...) O trabalho organiza-se internamente através dos setores. Os setores de trabalho congregam todos os associados da cooperativa. É a instância de base da estrutura da cooperativa. Cada cooperativa organiza os setores conforme as atividades que desenvolve, como os setores de grãos, animal, de máquinas e o setor administrativo. Cada setor tem seu coordenador eleito pelos associados membros do setor. (...) Quanto à composição das instâncias de poder, mesmo que sejam escolhidos pelos setores, os coordenadores terão que passar pela Assembléia Geral para serem ratificados (EID; PIMENTEL, 1999, p. 04-05).

Todas as estratégias e decisões passavam por essa estrutura, que viabilizaria as ações, principalmente, relacionadas à produção. O principal elemento das CPAs era, evidentemente, a eficiência econômica dos assentamentos através da tecnificação da produção e sua agroindustrialização.

(...) as CPAs procurarão colocar-se competitivamente no mercado através do uso de créditos, da agroindustrialização integrada e da busca de exportação de seus produtos. A partir deste momento, o uso da eficiência capitalista, mesmo que colaborando com o desempenho deste sistema, não será mais visto como contradizente à busca de um novo sistema social diverso (KLEBA, 1994, p. 134). A organização de cooperativas busca a autonomia dos assentamentos para um desenvolvimento da produção agropecuária. As cooperativas buscam, além de planejamento da produção, criar vias diretas de comercialização, eliminando os tradicionais atravessadores (JST, 1990b, p. 19).

A busca pelo desenvolvimento econômico dos assentamentos necessitava, via de regra, de planejamento, que articulasse a obtenção de recursos financeiros e as técnicas modernas de produção (utilização de mecanização e insumos industrializados), procurando viabilizar a proposta de cooperação através do acesso ao mercado competitivo.

O plano da produção é unificado e todos os participantes trabalham de forma coletiva. A cooperação funciona como uma empresa, procurando desenvolver a produção, a comercialização e a industrialização dos produtos. A divisão social do trabalho se dá através de especializações (CONCRAB, 1996, p. 06).

A partir de 1989, ocorreu um grande aumento do número de CPAs em todas as regiões do país. Nesse momento, o MST procurou articular seu modelo de cooperação agrícola em torno de uma estrutura de representação (englobando as dimensões de planejamento e gestão nos assentamentos rurais). Com a implantação das CPAs em várias localidades, foram organizadas a nível estadual as Centrais Cooperativas dos Assentamentos (CCAs), que articulavam, num mesmo território, as diversas experiências, sendo responsável pela: comercialização da produção; compra de insumos e máquinas; logística da produção; obtenção de crédito para as CPAs; implantação dos projetos agroindustriais; busca de melhorias na infra-estrutura dos assentamentos; consolidação da matriz tecnológica; entre outras atribuições pertinentes. As CCAs foram muito importantes para que o SCA consolidasse uma instância representativa que tivesse sob seu controle as diversas experiências cooperativas do MST no território nacional.

Após a criação de três centrais estaduais, a legislação permite a criação de uma Confederação Nacional de Cooperativas. Esse processo se firmou em maio de 1992, com a criação de uma Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab). Em nível nacional, podem filiar-se à Concrab apenas as Centrais Estaduais. Mas em nível de Estado, podem filiar-se à Central as cooperativas de produção agropecuária (CPAs) (...) (CONCRAB, 1996, p. 03).

Para formalizar uma organização cooperativa consolidada nacionalmente, o MST criou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB – em 1992. Era uma organização alternativa ao sistema tradicional, representado pela Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, que mantinha o controle sobre as cooperativas constituídas no país.

O Cooperativismo e a doutrina cooperativista não são propriedades de ninguém. Todos os cidadãos do país, que quiserem organizar qualquer tipo de cooperativa, seja na produção, na comercialização, no consumo, no setor serviços devem ter esse direito sem tutela, nem do estado, nem de nenhum organismo (JST, 1991a, p. 09).

Através da criação da CONCRAB foram estruturadas as instâncias locais e estaduais, dinamizando, dentro do SCA, o projeto de cooperação agrícola do Movimento.

Em 1991 o MST passa a implementar uma nova idéia, aperfeiçoando as atividades coletivas, através do ‘Sistema Cooperativista dos Assentamentos’, compostos dos seguintes níveis: ‘CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária’, a nível de assentamentos; ‘Central Cooperativa de Reforma Agrária’, que reúne CPAs a nível estadual; e a ‘Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. – CONCRAB’, que reúne as Centrais de Cooperativas de nível estadual e que foi fundada em maio de 1992 (CARDOSO, 1994, p. 140).

As CPAs eram as responsáveis pela gestão imediata dos assentamentos locais ou regionais. Para organizar as cooperativas no âmbito estadual, as CCAs mantinham uma estrutura de atendimento às necessidades de organização do trabalho e da produção, sendo discutidas e organizadas estratégias para a viabilização econômica dos assentamentos rurais. A partir das experiências estaduais, eram sistematizados dados e temas para comporem a agenda nacional. Na pauta da CONCRAB, estavam em análise o “comportamento econômico” das cooperativas em todas as regiões do país.

(...) ela representa a implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), amadurecido e elaborado a partir da decisão política do MST de reforçar o entendimento estratégico e a importância dos assentamentos na luta pela reforma agrária (JST, 1995a, p. 08).

A partir da formação da CONCRAB foi intensificada a implantação de CPAs, porém, após detectarem problemas internos de organização e viabilidade econômica, foram incorporadas novas ferramentas para suprir essas lacunas, em destaque o investimento na capacitação gerencial do assentado “sem terra” para lidar com as dificuldades na cooperativa. Em linhas gerais, a CONCRAB buscou, fundamentalmente, coordenar e planejar as diretrizes e objetivos gerais para o desenvolvimento agropecuário das CCAs e das CPAs. Dentre suas tarefas, estavam: projetos de viabilidade financeira; estratégias de otimizar as exportações da produção cooperativa; agroindustrialização e agregação de valor aos produtos dos assentamentos; manter a coerência da organização cooperativa aos princípios políticoideológicos que conformam o MST. Quanto a esse último aspecto, a CONCRAB propiciou uma intensa publicação de cadernos, cartilhas e informativos, que continham, em

seu conteúdo, os elementos básicos para a organização das cooperativas, tanto dos aspectos ligados às relações humanas, como das estratégias de desenvolvimento econômico. O fortalecimento das cooperativas era visto pelo MST como resultado da estruturação de um sistema gerencial nacionalmente constituído, baseado em fundamentos teóricos que orientaram toda sua organização. A estrutura organizacional constituída pode ser compreendida pela orientação básica do MST, que entendia o assentamento como espaço de resistência e continuidade da luta pela terra.



**Figura 1** – Estrutura organizacional do MS

A institucionalização da cooperação agrícola foi a base de sustentação das diretrizes política e produtiva concretizadas pela territorialização de cooperativas em todo o país. A centralização administrativa realizada pelo MST permitiu a adoção de medidas articuladas com as Centrais Estaduais, para melhor atendimento das necessidades dos assentamentos rurais.

No âmago da cooperação agrıcola adotada pelo MST estava os fundamentos da “teoria da organização no campo”. Essa teoria permeou todas as ações relativas ao cooperativismo estruturado pelo Movimento (realizado pelas CPAs) e, esteve presente nas praticas pedagógicas dimensionadas para capacitação e formação de novos “sujeitos” agentes no espaço cooperativo.

### 3.3 TEORIA DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA

A organização coletiva no MST passou por uma transformação significativa a partir de meados dos anos 80. Para o Movimento, a cooperação passou a ser uma ferramenta fundamental para a sobrevivência dos assentados, pois seria a responsável por socializar o uso dos recursos disponíveis e aumentar a produtividade do trabalho, possibilitando a inserção no mercado com competitividade ampliada. A organização das praticas no interior dos assentamentos rurais seria otimizada pelas estratégias construídas a partir de princípios teóricos fundamentais<sup>15</sup>. A implantação das cooperativas deveria interagir com a luta pela transformação da sociedade através do avanço da cooperação no processo produtivo, com a inserção da produção em escala, a utilização de recursos externos (industrializados) e divisão do trabalho.

O encontro nacional de lideranças de assentamentos realizado em outubro de 1986, em Curitiba, produziu um documento que se transformou na linha política do movimento sem terra para os problemas dos assentamentos: ‘NOSSA LINHA POLÍTICA PARA OS ASSENTADOS’. Nesse documento, como resultado de toda discussão e experiência histórica dos trabalhadores já acumulada, definiu-se que ‘A única saída para não perder a terra, será a cooperação agrícola entre os assentados’ (JST, 1987b, p. 15).

A cooperação agrícola é uma das maneiras com que os agricultores encontram para se ajudarem mutuamente. A ajuda se dá, tanto na organização da produção da lavoura, no comércio dos produtos agrícolas e dos insumos, como também para a reivindicação dos direitos. Além das vantagens individuais que ela apresenta, a cooperação agrícola é uma das formas de irmos, de fato, mudando a sociedade e de construirmos o socialismo na agricultura brasileira (JST, 1988a, p. 14).

---

<sup>15</sup> A “teoria da organização do campo” foi elaborada por Clodomir de Moraes, um dos mais importantes intelectuais do MST, responsável pela orientação teórica do cooperativismo, dos cursos de formação e laboratórios organizacionais. Sua contribuição possibilitou a construção da proposta cooperativista, baseada na mecanização, divisão do trabalho e produção em escala. Essa condição seria a base de formação do operariado agrícola, sujeito da transformação social. A abordagem teórico-conceitual de Moraes (1986), no *Caderno de Formação não 11*, possui como principal referência o pensamento de Kautsky (1980).

A cooperação agrícola vai além dos limites econômicos do trabalho coletivo, inserindo elementos políticos da mudança social. *“Naquele período de 1986 a 1990, o grande avanço que o Movimento obteve foi o desenvolvimento da teoria da cooperação agrícola, de compreendê-la como fundamental”* (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 101). Os autores reconhecem a importância histórica dessa orientação para a organização das cooperativas nos assentamentos rurais. Afirmam, também, que a implantação do modelo cooperativista dependia de condições objetivas e subjetivas<sup>16</sup> para sua concretização, possuindo como referência a comunidade em que seria inserido. Essas condições seriam fundamentais para o processo de evolução ou desarticulação da cooperação agrícola e para a avaliação e reconstrução do modelo adotado.

Na proposta de desenvolvimento dos assentamentos rurais, as cooperativas (consideradas como forma superior de organização) expressavam a materialização dos fundamentos teóricos adotados, que atribuíam à organização operária, articulada com as modernas relações de produção, a potencialidade do processo revolucionário socialista. *“Não é por intermédio dos que possuem, mas do que não possuem, que se fará a passagem à produção cooperativa. (...) a propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos barrar o caminho a uma forma superior de exploração”* (KAUTSKY, 1980, p. 149).

O MST surgiu pela confluência entre a realidade agrária no país e a orientação teórica (e ideológica) do marxismo. Não é possível compreender a organização cooperativa do Movimento sem relacioná-la à transição socialista. Para o marxismo, essa transição seria possível a partir do desenvolvimento das forças produtivas e as transformações nas relações de trabalho.

A partir daí foram construídas e implantadas estratégias de formação de novos sujeitos, organizados em torno de modernas “relações de trabalho”. O novo sujeito “sem terra” superaria as contradições inerentes ao individualismo capitalista, aperfeiçoando-se no processo de trabalho coletivo dentro das cooperativas. Seria uma transformação das relações tradicionais de produção, pautadas por referências bastante diferenciadas em seu construto social.

As relações tradicionais ou camponesas foram os principais alvos da crítica do MST. Essa posição em relação ao campesinato esteve sempre articulada às concepções de

---

<sup>16</sup> As condições objetivas estão associadas aos produtos, à acumulação financeira e aos limites naturais presentes nos assentamentos rurais. As condições subjetivas relacionam-se à consciência política e histórica adquirida na luta pela terra (STEDILE; FERNANDES, 1999).

organização do trabalho cooperativo. Os camponeses deveriam ser organizados a partir de uma outra racionalidade, voltada para o desenvolvimento econômico e integração mercantil. A referência abaixo está presente no conteúdo do *Caderno de Formação nº 11*, documento ímpar para a compreensão da cooperação agrícola no MST. O conteúdo desse Caderno influenciou o desenvolvimento de estratégias para implantação de cooperativas nos assentamentos rurais em diversas regiões do país. Essa abordagem estava presente nas linhas políticas do SCA, sustentadas pela ênfase na eficiência econômica.

Para conseguir produzir uma mercadoria ou uma quantidade de mercadorias em menor quantidade de tempo, o produtor não apenas busca ter instrumentos de trabalho aperfeiçoados como também busca racionalizar a forma de produção, ou seja, organizar o trabalho em função do tempo que ele dispõe para produzir mercadorias. Daí que toda atividade produtiva está relacionada com unidades de tempo, as quais são determinadas conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas ou de seus instrumentos de trabalho. (...) Entre os camponeses, por exemplo, as unidades de tempo são indefinidas e em geral são longas: um “momentinho”, um “momento”, meio dia, uma semana, a próxima lua nova, a colheita, etc. Já entre os operários de uma fábrica o tempo se mede em segundos, minutos, uma hora, etc. (...) Por isso a maior preocupação que tem o produtor é a de produzir a maior quantidade de mercadoria na menor quantidade de tempo possível (MORAIS, 1986, p. 08).

A orientação para produção nos assentamentos estava vinculada às cooperativas, como uma empresa econômica, visando à produção de mercadorias, sua comercialização (competitividade) e organização do trabalho por meio da especialização de tarefas.

A grande empresa moderna tornava a coisa possível em virtude da divisão do trabalho – de um lado a divisão dos trabalhadores servidos de cultura científica, de outro lado a especialização dos instrumentos e ferramentas e suas adaptação a atividades especiais – e como conseqüência, a produção em massa para o mercado (KAUTSKY, 1980, p. 59).

O cooperativismo do MST demonstrava que as relações de trabalho no campo deveriam ser pautadas pelas mesmas condições do trabalho urbano, semelhantes à indústria. Os assentados e suas bases de organização deveriam ser absorvidos pelo trabalho cooperativo, o qual teria as condições reais de viabilizar o desenvolvimento econômico.

A Cooperativa de Produção Agropecuária preconizada pelo MST representa uma ruptura completa com as bases familiares de produção agropecuária. A CPA é considerada uma empresa na qual não existe uma 'família' incorporada ao projeto, mas 'indivíduos' possuidores de 'cotas-parte' (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 134).

As CPAs buscavam aumento da produtividade e dos excedentes comercializáveis para sua entrada no mercado. A inserção na economia capitalista necessita crescentemente da especialização do trabalho e aperfeiçoamento técnico para ampliação da produção e, conseqüentemente, do mercado consumidor. *“Uma unidade de produção qualquer, somente conseguirá progredir se criar alternativas de produção de mercadorias, ou seja, vender fora do assentamento, em quantidades para garantir remuneração da mão-de-obra aplicada”* (CONCRAB, 1999, p. 14).

A implantação de agroindústrias reflete a necessidade cada vez maior de intensificar as estratégias de inserção mercantil, objetivando o aumento da produtividade em patamares mais elevados. A produção de mercadorias e a integração no mercado era considerada a principal forma de resistência alcançada pelas CPAs. *“Uma sociedade desse gênero deveria, pois, ser não apenas igual, mais ainda superior à grande exploração capitalista”* (KAUTSKY, 1980, p. 143). Nelas estariam articulados os elementos econômicos e políticos de organização da produção em patamares superiores. No trabalho coletivo e nas ações políticas (mobilização e luta) estariam os fundamentos de uma nova realidade (CONCRAB, 1999).

(...) A cooperação agrícola ainda traz vantagens em vários setores. Do ponto de vista econômico, aumenta-se a área cultivada, pois compra-se tratores e outros maquinários. Politicamente, o esquema de organização do povo também é reforçado, através do trabalho em conjunto e de um amplo processo de discussão (JST, 1988a, p. 14).

A viabilidade econômica dos assentamentos dependia, segundo o MST, da maior competitividade de sua produção. Para isso, as cooperativas deveriam produzir em larga escala, com altos níveis de produtividade, de acordo com uma racionalidade empresarial. *“Portanto, é necessário organizar formas superiores de cooperação. (...) aumentar a produtividade física das terras, a produtividade do trabalho, os ganhos na comercialização e criar condições econômicas para implantar agroindústrias”* (JST, 1990c, p. 21). Para alcançar índices de produtividade compatíveis com as exigências do mercado, as

cooperativas tiveram que investir em insumos químicos, máquinas e equipamentos compatíveis com as orientações modernas das práticas agrícolas.

Há na perspectiva do MST uma aproximação à noção kautskiana da superioridade técnica do grande empreendimento agropecuário, e que os trabalhadores rurais deveriam organizar a produção em grande escala, em grandes unidades produtivas, ainda que em padrões cooperativos de participação social (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 134).

A construção organizacional do cooperativismo no MST tinha como base o arcabouço teórico de Kautsky<sup>17</sup>. Partindo desses princípios, o autor afirmava que a organização da produção, relativa aos trabalhadores rurais, deveria ser pautada pela cooperação nos moldes da grande empresa capitalista. *“Foram criadas, assim, as condições técnicas e científicas da agricultura racional e moderna, a qual surgiu com o emprego de máquinas e deu-lhe, pois, a superioridade da grande exploração capitalista sobre a pequena exploração camponesa”* (KAUTSKY, 1980, p. 321). É nele que se encontra o fundamento de outro aspecto essencial para a consolidação desse modelo de cooperação agrícola: a superação das características da agricultura tradicional camponesa.

A estrutura organizacional e as críticas à agricultura camponesa são processos que se articulam ao mesmo tempo. O modelo de cooperativismo do Movimento foi construído sobre alicerces da destruição dos “vícios” da cultura camponesa. *“Em parte alguma as condições prévias da organização cooperativa se acham menos desenvolvidas do que entre os camponeses”* (KAUTSKY, 1980, p. 137). Para essa abordagem, somente a superação das bases tradicionais de organização, através do trabalho coletivo (operariado agrícola), poderiam aproximar o campesinato das condições concretas de mudança, da envergadura das iniciativas proletárias. A superação da sociedade capitalista se realizaria através das organizações coletivas do proletariado, consideradas formas superiores no interior do capitalismo.

A “teoria da organização no campo” tinha o objetivo de potencializar a cooperação agrícola nos assentamentos rurais, rompendo um dos principais obstáculos para o desenvolvimento econômico: as características camponesas dos assentados. Para o Movimento, a organização tradicional da produção não permitiria a formação de uma “consciência coletiva”, pois o processo de trabalho era simplificado e individualista.

---

<sup>17</sup> Em alusão ao *Caderno de Formação nº 11*, em que Moraes (1986) tem como referência a teoria kautskiana.

Os camponeses são produtores simples que trabalham a terra como proprietários, parceiros, arrendatários, ocupantes, posseiros, etc., utilizando para isso seus próprios meios de produção e decidindo sobre o consumo e a distribuição dos produtos. (...) A produção do camponês é a produção simples e pessoal em que ele mesmo utiliza sua própria força de trabalho. (...) Além disso, o camponês geralmente vive no campo e com outros camponeses que trabalham cada um por si sem nenhuma vinculação de caráter produtivo (MORAIS, 1986, p. 12-13).

Para o autor, a produção camponesa não possibilitaria formas superiores de cooperação, as quais seriam alcançadas pela divisão social do trabalho. Essa barreira era explicada pelo comportamento ideológico do campesinato.

O comportamento ideológico do indivíduo consiste em um complexo de valores culturais, morais e políticos, determinado pelo papel que desempenha dentro de um determinado processo produtivo. (...) A estrutura do processo produtivo em que está envolvido o camponês determina muito de suas atitudes sociais e traços de seu comportamento ideológico no momento em que participa dentro do grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à associação sindical (sindical, cooperativa, etc.) não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses quase sempre é muito baixo e sim procede da incompatibilidade de tipo estrutural que distingue tal atitude da organização de caráter e participação sociais (MORAIS, 1986, p. 12-13).

Isso seria um entrave para o trabalho coletivo no interior dos assentamentos rurais. A racionalidade da agricultura camponesa apresentada pelos estudos de Chayanov (1981) é estruturada por elementos extremamente diferenciados daqueles propostos pelo cooperativismo do MST. A lógica de desenvolvimento camponesa estaria voltada para as demandas necessárias à manutenção da família e não para a garantia de renda e lucro na produção. A representação do camponês se opõe, essencialmente, a de um produtor coletivizado que busca a eficiência econômica no interior de uma cooperativa (maiores índices de produtividade, tecnificação e utilização de instrumentos modernos).

As características camponesas eram desqualificadas pelo MST como utilitaristas e individualistas, devendo ser superadas para a formação de um novo sujeito (“sem terra”) com novos valores e práticas voltadas para a coletividade. Vale ressaltar que a cooperação agrícola (cooperativas) estava voltada não apenas para a esfera econômica (ainda que predominante), mas também para a luta política, como estratégia de resistência e luta contínua.

Basta o simples fato de atuarem em uma área hostil (...), para que se transformem em organismos de luta, desempenhando deste modo um papel de instrumentos de mudanças. Uma cooperativa que passa a trabalhar em prol de benefícios ainda não aceitos, nem consagrados pela estrutura de poder local, assume imediatamente o caráter de órgão de luta (MORAIS, 1986, p. 23).

No processo de embate social, os camponeses eram considerados menos preparados, por não manterem vínculos coletivos na sua condição de sujeito do processo de produção. *“Além da ignorância, a ausência de liberdade política se manifesta como obstáculo sério ao bem-estar camponês”* (KAUTSKY, 1980, p. 138). Essa dificuldade era minimizada em relação aos operários agrícolas, inseridos numa organização produtiva interdependente, caracterizada pela divisão do trabalho e maior consciência política. Essa característica era fundamental para o processo de cooperação agrícola e luta social.

(...) quando se passa principalmente ao terreno das **organizações de luta**, se aprofunda mais ainda a diferença de **comportamento ideológico** entre os operários agrícolas e os camponeses, especialmente se as organizações se criam ou se desenvolvem dentro de marcos institucionais bastante adversos que exijam clandestinidade ou a vida extralegal (MORAIS, 1986, p. 15).

A ação política estava unificada à organização econômica do empreendimento cooperativo. Para a funcionalidade desses elementos seria necessário desenvolver uma “racionalização metodológica” que conduziria os assentamentos rurais a níveis elevados de organização.

(...) significa decir que esta labor no comporta diltentatismo. El trabajador social debe conocer **de facto** sus tareas y dominar bien los principales fenómenos del grupo social. No debe confundir ese tipo de especialista con los aficionados de programas de beneficencia que veen al campesino como un ser digno de compasión (MORAIS, 2001, p. 06).

A racionalização das práticas no interior das cooperativas seria resultado do desenvolvimento dos graus de consciência dos grupos sociais.

São três os graus de consciência dos grupos sociais. O grau de **Consciência Ingênua**, o grau de **Consciência Crítica** e o grau de **Consciência Organizativa**. No primeiro caso, referente a **Consciência Ingênua**, os indivíduos se dão conta de seus problemas ou de sua miséria, mas não

chegam a identificar os fatores responsáveis, ou seja as causas.(...) No segundo caso, a **Consciência Crítica**, os indivíduos já identificam os fatores responsáveis por seus problemas, por sua miséria. (...) Mas apenas os grupos com um grau de Consciência Crítica experimentam durante muitos anos a ineficácia de suas formas artesanais de organização, ou ainda quando recebem dos operários das grandes empresas a **Consciência Organizativa**, é que eles conseguem criar estruturas orgânicas eficientes e capazes de responder aos objetivos do grupo (MORAIS, 1986, p. 25).

A superação das relações camponesas estaria articulada com a absorção de novos elementos e transformação do “comportamento ideológico”, que seriam materializados por novas práticas adotadas no universo da produção.

Porém, se é certo que o surgimento e a magnitude da consciência organizativa são diretamente proporcionais ao grau de Divisão Técnica do Trabalho (divisão social do processo produtivo), seu grau de eficiência, no entanto, é determinado pelo nível de desenvolvimento do marco econômico que varia desde a Economia Natural até a etapa em que meios de produção e a força de trabalho se transformam em mercadorias que dá forma à empresa do tipo grande, ou seja, a empresa capitalista (MORAIS, 1986, p. 25).

Para assegurar a sustentação da “empresa cooperativa” nos moldes econômicos capitalistas, seria necessário manter a “unidade” e “disciplina”, visando à manutenção da estrutura coletiva de trabalho gerada pelo desenvolvimento dos graus de consciência.

Segundo Morais (1986, p. 27), para manter a “unidade” e “disciplina” seria necessário combater “*os vícios das formas artesanais de trabalho*”. Esses elementos destruiriam a organização cooperativa, sendo extremamente prejudiciais à aos assentamentos rurais. Para evitar a desagregação do cooperativismo desenvolvido nos assentamentos rurais, deveriam ser utilizados, a todo o momento, “*mecanismos ou instrumentos para combater os vícios das formas artesanais de trabalho*”, os quais garantiriam a sobreposição às condutas inconciliáveis advindas dos camponeses.

VÍCIOS DETERMINADOS PELAS FORMAS ARTESANAIS DE TRABALHO	MECANISMOS OU INSTRUMENTOS PARA COMBATER OS VÍCIOS DAS FORMAS ARTESANAIS DE TRABALHO
Individualismo Personalismo Anarquismo Imobilismo Comodismo Sectarismo ou radicalismo Liquidacionismo Aventureismo Autosuficiência	Vigilância  Crítica  Reunião

Fonte: Morais (1986, p. 29-39).

**Quadro 2** – Formas de superação das relações de trabalho tradicionais

Os vícios descritos estariam presentes na abordagem desqualificadora da organização camponesa, que atribuía a essa categoria a aversão pelo trabalho coletivo – incompatível com o modelo de organização almejado pelo MST (divisão do trabalho nos moldes industriais). *“O pequeno camponês (...) não pode distribuir os diversos trabalhos de sua exploração entre diferentes pessoas. Ao contrário, é o que faz a grande exploração, com múltiplas vantagens”* (KAUTSKY, 1980, p. 118). Para que a “consciência corporativa” do campesinato seja transformada e seus “vícios” superados, foram criados os chamados Laboratórios Organizacionais de Campo (LOC). Os “laboratoristas”, professores e instrutores, num processo de transmissão do conhecimento, “ensinavam” aos assentados: organização coletiva; gestão da produção e do trabalho; constituição de agroindústria; e os instrumentos para superação dos “desvios de conduta” dos assentados, provenientes da racionalidade camponesa.

O **Laboratorista**, o **Diretor de Laboratório**, é o especialista em capacitação massiva que domina o método do Laboratório Organizacional, apoiado no sistema categorial e conceitual da moderna Sociologia da Organização. Sua função é elaborar o plano do ‘Laboratório’ e conseguir montá-lo no prazo máximo de dois terços do tempo que se espera que dure o referido evento, depois do qual termina a função do ‘laboratorista’ que, por isto, deve retirar-se, deixando que o grupo social caminhe com suas próprias pernas (MORAIS, 2002, p. 146-147).

Essa experiência estava inter-relacionada com as possibilidades de desenvolvimento da “consciência organizativa” nos grupos sociais dos assentamentos rurais. A implementação das atividades foram orientadas pela “teoria da organização no campo” – no conteúdo sobre “Laboratório Experimental” –, que estabelecia os objetivos e as etapas de aprendizagem teórica e prática dos sujeitos inseridos no processo.

‘O que é um Laboratório Experimental?’ É um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a CONSCIÊNCIA ORGANIZATIVA que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada. (...) Os objetivos do ‘Laboratório Experimental’ consistem em formar quadros organizadores de empresas e ao mesmo tempo (no caso de que no Laboratório participem técnicos em promoção social), formar ‘Laboratoristas’, ou seja, técnicos na montagem e desenvolvimento de ‘Laboratórios Experimentais’ (MORAIS, 1986, p. 40).

Para alcançar satisfatoriamente o grau de consciência organizativa, o aprendizado passava por três etapas fundamentais.

(...) etapa de levantamento de problemas (dentro de todo o processo) poderíamos chamá-la de etapa de **síncrese**, que significa a tentativa de destacar certas categorias fundamentais de caráter teórico, apanhadas da própria realidade do grupo e com um objetivo pedagógico. (...) Nesta etapa, que pode ser chamada de Análise, o grupo já se encontra estruturado, dividido em comissões de trabalho, com coordenadores em cada comissão e a secretaria geral eleita de acordo com a decisão do próprio grupo. (...) Assim que o grupo começa a andar, vem a primeira **síntese** do trabalho, onde o grupo examina o que aprendeu mediante as diferentes formas de participação organizada. (...) Este processo de **síncrese**, **análise** e **síntese** que foi descrito, se apresenta sempre, e através dele o grupo vai descobrindo a teoria organizativa que lhe é apresentada para ser analisada e aplicada na prática. Isto é, as categorias teóricas vão sendo checadas com o exercício inconsciente e espontâneo de organização do grupo (MORAIS, 1986, p. 42).

Na aprendizagem deveriam ser reforçados os valores da construção da nova representação de um sujeito integral, pautado pelo mais alto grau de consciência. Na prática, o objetivo central era a formação das cooperativas (CPAs) nos assentamentos de reforma agrária, como forma mais evoluída de organização da produção coletiva.

O objetivo é organizar os assentamentos, orientar as atividades diárias e com isso diminuir os vícios característicos da pequena produção (...) formar uma empresa coletiva dos assentados com competitividade no mercado. (...) Para viabilizar esse projeto, o laboratório orientou a formação de equipes que

desenvolvem tarefas essenciais à sobrevivência de cada assentamento. O princípio que norteia os trabalhadores é a divisão social do trabalho aqui entendida sem as relações de exploração do latifúndio, mas do ponto de vista da coletividade (JST, 1990, p. 14).

A divisão do trabalho tinha a finalidade de desaparecer com as relações camponesas (autonomia sobre as etapas de produção), dividindo a produção em setores, ou seja, em atividades especializadas com domínio parcial do processo. Isso daria ao produto final do trabalho uma apropriação eminentemente coletiva.

A cooperação agrícola no MST pode ser compreendida pelos princípios que reconheciam a superioridade das relações capitalistas na agricultura - progresso técnico e divisão do trabalho - em detrimento das relações camponesas - consideradas atrasadas. *“Quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração”* (KAUTSKY, 1980, p. 112).

No âmbito político e social, a cooperação no MST buscou melhorar as condições de vida dos assentados minimizando a falta de infra-estrutura e assistência básica. Nesse sentido, a organização coletiva possibilitou ao Movimento resistir ao descaso das políticas governamentais e a situação de exclusão resultante desse processo. A partir desse pressuposto, o cooperativismo do MST foi disseminado por todas as regiões do país, sendo materializado pela implantação de inúmeras cooperativas de produção.

### **3.4 A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO**

A crise enfrentada pelo MST no período do governo Collor foi determinante para uma mudança de atuação, voltada para uma postura defensiva, buscando consolidar e desenvolver estratégias de cooperação agrícola nos assentamentos rurais. Para isso, foi construída uma estrutura organizacional de trabalho coletivo, materializada pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Foram implantadas até 1992, 27 CPAs em diferentes regiões do país, como forma superior de organização do trabalho e instrumento de resistência do assentado<sup>18</sup>. Nesse sentido, foram fundadas outras cooperativas pelo país como

---

<sup>18</sup> *“Coopanor é a primeira cooperativa de produção do MST a ser legalizada”* (JST, 1990a, p. 13).

destaca as passagens do *Jornal Sem Terra* (Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, respectivamente).

O MST, através da Comissão Nacional de Assentados vem intensificando o cooperativismo nos assentamentos. A Compresba foi a quinta cooperativa criada pelos assentados do MST. Em 1989, os agricultores gaúchos fundaram cooperativas em Bagé e em Júlio de Castilho. Esta última que tem sede em Fazenda Ramada está totalmente legalizada (JST, 1990b, p. 19).

Foi criada a primeira cooperativa de produção agropecuária, dia 04 de setembro, no assentamento **13 de Maio**, neste município do monte do Espírito Santo. As 45 famílias do assentamento formam um único grupo coletivo. Eles organizaram no final do ano passado, o 1º laboratório organizacional de campo no estado (JST, 1990d, p. 06).

No dia 10 de fevereiro de 1990 foi fundada a cooperativa Coanol, no assentamento Nova Sarandi, antiga fazenda Holandês. (...) A cooperativa é composta por 11 grupos, com um total de 167 associados. (...) A Coanol juntamente com as demais existentes no estado, consolida a unidade no sentido de viabilizar a produção (JST, 1990e, p. 11).

Em 1991, ao verem a necessidade de investir mais forte no campo da produção, depois de uma longa caminhada e muita discussão, as 25 associações já constituídas formaram a COOPAC, cujas linhas gerais de trabalho são a organização da produção, a capacitação técnica dos associados e a viabilização da comercialização (JST, 1994c, p. 09).

O incentivo do MST à produção de culturas em larga escala possuía sentido pela própria organização interna das CPAs: especialização de tarefas; uso intensivo de insumos e máquinas; e exploração agropecuária voltada ao mercado (interno e externo). “A Coanol (...) trabalha com exportação de produtos agrícolas como soja, milho e trigo” (JST, 1993, p. 05). Essa passagem remete à tendência produtiva voltada para o mercado internacional. Também pode ser vista pela produção extensiva de culturas condizentes com o circuito mercantil e a agroindustrialização. “O projeto Reunidas, maior comunidade de sem-terra no município de Promissão (...) é uma fazenda de 17 mil hectares dividida por 624 famílias. São cultivados milho, algodão, arroz, amendoim e soja” (JST, 1992a, p. 07).

Grande parte das cooperativas formadas era resultado dos trabalhos realizados nos Laboratórios Organizacionais de Campo (LOCs), que utilizava a metodologia de formação referente aos “Laboratórios Experimentais” descritos na “teoria da organização no campo”. O LOC adotou métodos para capacitação de assentados, responsáveis pela implantação de cooperativas de produção. Eram desenvolvidas atividades teóricas e práticas,

simulando situações vivenciadas no interior das CPAs – questões relativas à organização das práticas agrícolas, divisão do trabalho e comercialização da produção.

O primeiro Laboratório Organizacional Experimental para formação de quadros organizadores de empresas, realizou-se entre os dias 05 e 20 de outubro no centro de formação do MST/RS, no município de Palmeiras das Missões. Participaram 88 agricultores assentados vindos de 15 estados e 16 convidados. (...) Trata-se de uma experiência inovadora, que proporciona aos agricultores, capacitação para o trabalho coletivo nos assentamentos. Como parte de sua capacitação, os participantes tiveram que criar uma empresa coletiva para administrar o Laboratório. Além dos trabalhos agrícolas e de construção civil desenvolvidos, os companheiros tiveram aulas de teoria de organização, contabilidade, mecânica, enfermagem e datilografia. (...) A avaliação final sobre os trabalhos foi de que dessa maneira se possibilitou capacitar os assentados para um planejamento administrativo mais eficiente nas suas bases (JST, 1988b, p. 12).

Durante o mês de janeiro/fevereiro realizou-se um laboratório de campo no assentamento de Promissão-SP. Participaram 104 pessoas, e durante o laboratório foi fundada a primeira CPA de São Paulo, dando-lhe o nome de Josimo Tavares, em homenagem ao grande lutador de Tocantins, que foi assassinado em 1986 (JST, 1992, p. 12).

O laboratório organizacional de campo que se realizou na comunidade de Josimo Tavares é um ensaio prático, e ao mesmo tempo introduz no grupo social a consciência organizativa necessária para a atuação em forma de empresa, no caso, como cooperativa de produção agropecuária. (...) O laboratório, com a realização dos vários cursos programados teve como objetivo a capacitação na agropecuária e administração rural, visando qualificação dos seus quadros de cooperados. (...) A especialização por setores, de sua mão-de-obra, permitirá maior eficiência, produtividade e racionalização dos recursos e do tempo. Porque está baseado na divisão técnica do trabalho, servirá de exemplo para os agricultores isolados que utilizam formas artesanais. (...) Ao especializar a sua mão-de-obra, a cooperativa do assentamento elevará a produção permitindo competir no mercado. (...) O MST tem priorizado na produção, utilizando os métodos do laboratório à formação da CPA, forma superior de associativismo, para que os assentamentos mostrem a viabilidade da reforma agrária (JST, 1992a, p. 07).

As reportagens deixam clara a aplicação da “teoria da organização do campo” nos assentamentos rurais, com a finalidade de formar agentes, em potencial, para estruturar as relações trabalho coletivo. A partir desses princípios, as cooperativas formadas teriam maiores condições de superar as dificuldades locais e garantir a viabilidade econômica da produção.

As CPAs deveriam criar mecanismos de inserção da produção no sistema econômico, ou seja, incluir o resultado do trabalho no mercado. A cooperação agrícola seria a

grande potencializadora do desenvolvimento dos assentamentos como forma socialmente avançada de trabalho coletivo.

A experiência do processo de organização da cooperação agrícola nos assentamentos é fruto tanto do amadurecimento político e doutrinário do Movimento, enquanto organização social sobre esse assentamento, quanto da própria experiência e amadurecimento, com pontos positivos e negativos, de cada grupo em particular (STÉDILE; GÖRGEN, 1991:148).

Essa fase de territorialização das CPAs está intimamente relacionada com a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Pertencente ao Setor de Produção do MST, procurou trabalhar a organização do trabalho coletivo em todos os assentamentos ligados ao Movimento. Foram criadas estratégias para viabilizar economicamente os assentamentos, referenciadas na matriz tecnológica moderna, buscando a agroindustrialização, o escoamento e a comercialização da produção.

Com o avanço do número da CPAs, surgiu a necessidade de organizar essas experiências em uma estrutura formada nos Estados. Isso possibilitaria maior intercâmbio entre as cooperativas ligadas ao MST e funcionalidade das estratégias desenvolvidas pelo SCA para a localidade. A criação das Centrais Cooperativas dos Assentamentos (CCAs) foi muito importante para o Movimento articular uma estrutura nacional de organização institucionalizada da produção. “*Em Santa Catarina, assentamento de Abelardo Luz, fundouse em janeiro mais uma cooperativa central dos assentamentos do estado*” (JST, 1992, p. 12).

As cooperativas dos assentamentos existentes no estado se uniram numa central, a Coceargs. Isso significa maior complexidade de gestão e prova o desenvolvimento da eficiência administrativa da produção que possuem os assentados gaúchos. (...) Com a participação de 70 delegados das cooperativas e representantes de 30 entidades de pequenos produtores foi fundada em janeiro a cooperativa central dos assentamentos do estado. A sede fica no Cetap deste Município. (...) A central dará assistência e orientação às cooperativas filiadas: Coanol, Cooptar, Cooptil e Copanor (JST, 1991, p. 06).

Em 1991, o SCA realizou um balanço das ações em todo país, definindo novas estratégias relacionadas à organização da estrutura nacional do cooperativismo. Nessa reordenação foi destacada a necessidade de criação de uma Confederação Nacional, concretizada, no ano seguinte, pela CONCRAB.

Recentemente esteve reunida a comissão nacional do sistema cooperativista dos assentados, SCA, e apresentou um balanço para a coordenação nacional do Movimento. (...) A avaliação das deficiências durante 1991 mostrou que existem muitas dificuldades: falta de quadros que possam se dedicar na organização nos assentamentos, inexperiência administrativa; falta de capital e financiamento para implementar planos de produção; falta de planejamento mais rigoroso que permita organizar melhor a produção e aproveitar a mão-de-obra durante todo ano; e falta de entrosamento entre o setor cooperativista e as questões dos assentamentos em geral. (...) Apesar das dificuldades, o balanço da comissão é positivo e assinala, que neste ano podem-se alcançar diversas metas: implantação de 27 cooperativas de produção agropecuária, fundação de 5 centrais estaduais, boa divulgação da proposta cooperativista tanto a nível interno, como entre entidades que nos apóiam e organismos oficiais; implementação de diversos cursos de capacitação técnica administrativa; realização de seminários de formação para aperfeiçoamento dos associados e dirigentes (destacando-se a primeira turma de técnicos em desenvolvimento cooperativista) (...). (...) Para este ano foram estabelecidas várias metas: consolidar as cooperativas centrais estaduais existentes; priorizar a capacitação de quadros; acompanhar CPAs, especialmente no relacionado com o planejamento da produção; buscar recursos de crédito necessário para viabilizar os investimentos, em diferentes organismos; definir e organizar a forma de relacionamento das cooperativas com os demais assentados; organizar um sistema eficiente de comunicação; e chegar ao final do ano com a confederação nacional das cooperativas de assentados fundada (JST, 1992, p. 12).

Para avançar na organização da produção cooperativa no Brasil, o SCA fundou, em 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB). A criação da CONCRAB foi estratégica para inaugurar uma nova fase do avanço do cooperativismo nos assentamentos rurais e, viabilizar a proposta de cooperação agrícola do MST. Isso pode ser percebido analisando seus principais objetivos.

Articular e coordenar as políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo, do desenvolvimento agropecuário das Cooperativas Estaduais e dos Assentamentos; organizar uma escola técnica nacional para suprir as necessidades de quadros técnicos para as cooperativas na área administrativa, financeira e agrônômica; manter um departamento de estudos estratégicos para projetos de maior escala; viabilizar atividades de exportação e importação; representar os interesses das cooperativas frente aos organismos públicos e internacionais; articular-se com outras confederações de cooperativas agrícolas e afins (CONCRAB, 1993, p. 44).

Dentre seus objetivos estava a constituição de uma estrutura representativa iniciada na localidade, no âmbito estadual e, em todo território nacional. O papel da Central Cooperativa dos Assentamentos (CCA) no âmbito estadual era fundamental para estabelecer

um canal de diálogo com a Direção Nacional do MST; conhecer as experiências locais de CPAs; e articular estratégias de desenvolvimento econômico para os assentamentos. Após a criação da CONCRAB, as CCAs continuaram a se afirmar, segundo o MST, como elemento necessário para viabilização da produção nos assentamentos.

No dia 8 de outubro foi eleita a diretoria provisória da Central de Cooperativas de Assentamentos de Pernambuco. Esta central é formada pelas CPAs (cooperativa de produção agropecuária) dos assentamentos Serrinha, Pedra Vermelha e Panorama. A Central terá como principais objetivos organizar e planejar a produção dos assentamentos e garantir recursos. (...) Para isso ela contará com uma equipe que elaborará projetos de assistência técnica, orientando a produção (...) (JST, 1993b, p. 10).

O Ceará possui um dos maiores índices de concentração fundiária do país (...). (...) Nestes cinco anos de existência neste estado, os desafios e as dificuldades do MST foram inúmeras, já que para os trabalhadores o processo é permanente. Em três áreas, após as ocupações, se desenvolveu a produção baseada nos princípios de Cooperação Agrícola. Hoje nelas estão instaladas três cooperativas que tem obtido ótimos resultados. A partir disso, no dia 1º de maio, foi fundada a Cooperativa Central dos Assentados (CCA) que foi iniciada com 750 sócios (JST, 1994b, p. 12).

A criação da estrutura organizacional do cooperativismo impulsionou, a partir de 1992, a criação de novas CPAs no país. Nesse trajeto, foi fundada a primeira cooperativa de Pernambuco, o “(...) coletivo do assentamento Serrinha, município de Ribeirão, fundou a primeira CPA do estado, em 19 de agosto” (JST, 1992b, p. 06). No mesmo sentido, “(...) 78 trabalhadores rurais do Assentamento Vila Diamante, localizado no município de Vitória do Mearim, fundaram a primeira cooperativa de produção agropecuária do Maranhão” (JST, 1993b, p. 10). Em Mato Grosso do Sul, após “(...) o encerramento do Laboratório Organizacional de Campo, no Assentamento São Manoel, 16 famílias decidiram criar uma Cooperativa de Produção Agropecuária” (JST, 1993b, p. 10).

Esse estímulo foi minimizado devido a problemas administrativos na organização das cooperativas. A capacitação massiva realizada pelos laboratórios organizacionais não conseguiu assegurar a funcionalidade no interior das cooperativas. Nesse cenário, o MST inseriu uma nova modalidade educacional em sua estrutura: trata-se do curso Técnico em Administração Cooperativa – TAC -, ministrado em Veranópolis, Rio Grande do Sul. Esse curso tinha como finalidade capacitar quadros técnicos responsáveis pela organização das CPAs. Os educadores deveriam desenvolver nos assentados a “consciência organizativa”, elemento fundamental para a cooperação agrícola nos moldes do MST.

Nossa educação deve alimentar o desenvolvimento da chamada *consciência organizativa*, que é aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica à ação organizada de intervenção concreta na realidade. Para isso, os processos pedagógicos precisam ser organizados de modo a privilegiar esta perspectiva de ação (MST, 1996, p. 07).

Enquanto gestores, os técnicos aperfeiçoariam o modelo empresarial de administração, voltando seus esforços para alcançar altos índices de produtividade no trabalho. Dirigir a “empresa cooperativa” requeria o fortalecimento das bases político-ideológicas de cooperação nas práticas cotidianas dos assentamentos rurais. O TAC foi um espaço de transmissão do conhecimento para, posteriormente, ser reproduzido no interior das CPAs.

No dia 20 de janeiro de 1996, se formaram 29 alunos da primeira turma do curso TAC (Técnico em Administração de Cooperativas) e no dia 02 de março se formaram 23 alunos da segunda turma. Verdadeira inovação pedagógica o TAC vem sendo desenvolvido no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), em Veranópolis-RS, coordenado pela CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). (...) A primeira turma começou a trabalhar em 29 de junho de 93 e a segunda em outubro do mesmo ano. (...) Todas as turmas do TAC enfrentam o desafio de montar uma cooperativa e administrar o curso no ITERRA como se fosse uma empresa (JST, 1996, p. 11).

Todas as práticas pedagógicas responsáveis pela formação dos assentados (“sem terra”) passaram a ser desenvolvidas pelo Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA -, atuante desde 1993.

O Iterra foi criado com a finalidade de atuar na área de formação e pesquisa, contribuindo com o avanço e a consolidação da Reforma Agrária. (...) Para conquistar esse objetivo, o Iterra promove a escolarização e capacitação técnica e científica de assentados e de pequenos agricultores. Tem como proposta, ainda, estimular e apoiar a cooperação e as formas associativas de organização da produção (JST, 1997a, p. 08).

O TAC e o LOC eram instrumentos de capacitação organizados pelo ITERRA, para tentar reduzir os problemas administrativos advindos dos assentamentos rurais. Para reforçar esses instrumentos, eram realizados cursos e oficinas para qualificar a mão-de-obra e reforçar os princípios fundamentais da cooperação agrícola. Mais tarde, o MST

organizou cursos de Formação Integrada da Produção - FIP- voltados para a prática agropecuária (inovações e técnicas de produção) dentro do contexto cooperativo, articulados com os elementos fundamentais do trabalho coletivo<sup>19</sup>. Alguns exemplos são importantes para ilustrar a realização dos cursos de formação integrada criados pelo Movimento. “*Na organização interna, o Assentamento Ticanga vem sendo um exemplo para muitos outros. Tudo começou a partir da realização de um Curso Integrado com a Produção, realizado em 93*” (JST, 1994, p. 11).

Os trabalhadores já se definiram pelo trabalho coletivo para se auto-sustentarem e estruturarem o assentamento. No mês de março, todos os assentados participaram de um Curso Integrado de Produção. Com duração de 15 dias, o curso teve por objetivo capacitar os agricultores para a coletivização do trabalho (JST, 1994a, p. 10). No dia 24 de abril, tiveram início as atividades da 2ª turma do Curso Prolongado Integrado à Produção, no Centro de Formação da Vila Diamante. (...) O curso conta com a participação de companheiros do Maranhão, Pará, Ceará e Piauí e tem como objetivo contribuir na capacitação política e técnica dos jovens para trabalhar na organização de seus assentamentos e do MST em seus estados (JST, 1994a, p. 12).

A formação oferecida sobre organização cooperativa apontava para resultados a médio prazo no retorno financeiro, causando um descompasso com as necessidades urgentes dos assentados. Esse imediatismo era apontado como um grande problema no interior das CPAs e deveria ser combatido incansavelmente pelo Movimento.

Em meio a uma crise interna do SCA (iniciada em 1993) provocada por problemas na gestão da produção e na organização do trabalho, o processo de implantação de novas cooperativas foi reduzido, ficando como prioridade a obtenção de melhores resultados na produção coletiva existente e o retorno das intensas ocupações por todo país. Esse novo cenário de tensões sociais no campo, corresponde ao primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O governo de FHC não mais poderia deixar de tratar do problema agrário, visto agora, pelo governo, como um potencial gerador de problemas políticos; e pela sociedade, como um potencial gerador de empregos e melhorias na qualidade de vida da população rural, apesar da relutância de alguns setores. A reforma agrária tornava-se um dos pontos mais problemáticos da agenda política do governo federal diante da sociedade

---

<sup>19</sup> Em 1997 foi inaugurada a Escola Josué de Castro, oficializando a estrutura educacional de formação de assentados. “A Escola Josué de Castro está credenciada para desenvolver ensino supletivo de 1º e 2º graus e curso técnico de Administração de Cooperativas” (JST, 1997a, p. 08).

civil e o MST tornara-se um dos mais consistentes opositores de liberalização em implementação no Brasil (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 45-46).

A reforma agrária tornou-se um grande problema para agenda política nacional. Isso aconteceu a partir de fatos marcantes, que tiveram grande repercussão na opinião pública nacional e internacional. Durante o governo FHC, o Pontal do Paranapanema, em São Paulo, foi palco de inúmeras ocupações de terra, respondidas com violência pelos fazendeiros e suas milícias armadas. Além desse foco de tensão, aconteceram dois episódios importantes da luta pela terra: Corumbiara, em 1995, e Eldorado Carajás em 1996. Considerados “massacres”, esses fatos acontecidos em Rondônia e no Pará, respectivamente, ampliaram a adesão de organizações nacionais e internacionais em favor da reforma agrária no Brasil.

Além dos fatos apresentados, as ocupações de terra e as pressões do MST sobre o governo tornaram-se cada vez mais veementes. Nesse cenário, o governo FHC organizou estratégias para responder ao crescente avanço das ações do MST no país.

A intenção era transformar a reforma agrária em ação de governo em detrimento das conquistas obtidas pelo movimento social. Nesse sentido, o governo minimizaria politicamente o MST e tentaria convencer a opinião pública que estava fazendo sua parte nas ações de implantação e estruturação dos assentamentos rurais. Se o governo estava fazendo seu papel enquanto o provedor de políticas sociais, o “radicalismo” do MST seria desnecessário. Esse pressuposto era afirmado por propagandas das ações governamentais e pela desqualificação das atividades do Movimento. O grande contingente de famílias assentadas, nesse período, aparecia como “dádiva” do Estado.

Com relação às políticas de crédito para os assentamentos, o governo ampliou e reestruturou o PROCERA. O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo MST nos assentamentos rurais, relativo às CPAs, foi atendido através da criação de uma nova linha de financiamento.

Em meados dos anos 90, o governo federal anunciou a criação de uma linha de créditos para as cooperativas de assentados. Era o denominado *Procera Teto Dois*, através do qual cada assentado vinculado a uma cooperativa poderia receber um total de R\$ 7.500,00 para o fortalecimento de suas cooperativas, ou seja, o mesmo montante de recursos financeiros até então destinados a cada assentado individualmente (NORDER, 2004, p. 257).

O cooperativismo implantado nos assentamentos passava a contar com recursos financeiros para efetivar sua organização produtiva. A orientação da aplicação do crédito disponibilizado pelo governo pode ser exemplificada em pesquisa realizada no Assentamento Fazenda Reunidas, no município de Promissão, em São Paulo.

(...) houve uma prescrição extralocal do tipo de investimento que deveria ser realizado: uma aquisição de máquinas e implementos para a produção de grãos. O MST também estimulou, com base em um inconsistente e contraditório apoio do Estado, a implementação de projetos de produção em grande escala, ainda que prevendo sua coletivização e agroindustrialização (NORDER, 2004, p. 274).

Esse impulso à produção nas cooperativas foi divulgado pelo MST como uma resposta as dificuldades enfrentadas a partir de 1993. As soluções estavam em processo de construção, culminando em melhores resultados na produção cooperativa. Para respaldar tal afirmação o *Jornal Sem Terra* traz algumas matérias sobre resultados positivos do cooperativismo. “*COPAVI: Uma prova de que a cooperação agrícola é viável*” (JST, 1995, p. 07).

Em Abelardo Luz, região Oeste de Santa Catarina, 13 famílias de agricultores do assentamento Volta Grande uniram suas forças e estão comprovando a viabilidade da proposta do Sistema Cooperativista dos Assentados. Ao organizarem a produção através da cooperação agrícola, eles estão mostrando que a saída pode ser produzir coletivamente (JST, 1995, p. 06).

**Industrialização do leite mostra resultados da Reforma Agrária.** (...) Os agricultores assentados em São Miguel do Oeste inauguraram, no dia 31 de março, a primeira Unidade de Beneficiamento de Leite do município. Primeira do estado, a unidade tem 43 sócios. Esta pequena agroindústria foi inaugurada no dia 26 de outubro (...) (JST, 1996a, p. 06).

Os resultados foram profícuos para o MST, que incentivou a criação de novas CPAs em Estados que não tinham estruturado essa forma de organização - conforme os princípios da CONCRAB.

Em dezembro foi fundada a COARP (Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária da Praia Norte). Trata-se da primeira cooperativa de trabalhadores do Sergipe e conta com 127 associados, representando seis áreas de assentamento da região norte do estado. O objetivo da cooperativa é comercializar e industrializar os produtos dos assentados. Para os

associados, a cooperativa também irá facilitar o acesso a créditos e à capacitação técnica, definindo linhas de produção de acordo com a demanda do mercado (JST, 1997, p. 09).

**Mato Grosso: Inaugurada primeira cooperativa dos assentados.** (...) Os trabalhadores rurais do assentamento 14 de agosto, no município de Campo Verde, fundaram a Coopac (Cooperativa de Produção Agropecuária Canudos). A cooperativa é a primeira do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados). Até o próximo ano deve ser criada a CCA (Cooperativa Central dos Assentados), no Estado (JST, 1998, p. 08).

Um das políticas governamentais criadas para atender às demandas nos assentamentos, ligada à assistência técnica, foi o Projeto Lumiar (1997-2000). A carência por apoio técnico especializado era constante nas coopeera destinado somente aos assentamentos de reforma agrária, sendo coordenado pelo INCRA desde sua criação. Esse projeto tinha como objetivo a organização da produção, de acordo com uma metodologia participativa, voltada para a realidade local. Porém, o enfoque técnico reproduzia as práticas extensionistas de difusão de conhecimento (modelo dominante de agricultura). Em resumo, o Projeto Lumiar buscava viabilizar economicamente os assentamentos rurais de acordo com o paradigma de desenvolvimento rural modernizante. Além desse limites, o Projeto Lumiar esbarrava em problemas institucionais como baixos salários dos profissionais, más condições de trabalho, falta de supervisão efetiva sobre as “equipes locais”, indefinição da metodologia específica de intervenção nos assentamentos rurais, entre outros (DIAS, 2004).

Todo o montante de políticas públicas para a reforma agrária e a veiculação de propagandas direcionadas para a atuação do governo não foram suficientes para desorganizar politicamente o MST. Vincular as ações do Movimento a uma postura violenta e contrária à “reforma agrária governamental” não desarticulou as mobilizações de luta pela terra. Diante desse quadro, a reeleição de FHC foi extremamente negativa para os projetos de desenvolvimento do MST.

Em seu segundo mandato, o governo FHC mudou as estratégias de enfretamento. O governo cerceou a atuação do MST através de duas ações principais: a) criminalização das ações de ocupação de terras e prédios públicos; b) alteração das políticas de acesso à terra e crédito.

Os trabalhadores sem terra que invadiram prédios públicos foram presos e indiciados; as lideranças perseguidas pela polícia. Economicamente, o governo aprovou uma medida provisória que proibia o assentamento de famílias que participassem de ocupações de terra. Foram desautorizadas negociações em casos de ocupações públicas e vetados recursos

para organizações sociais envolvidas nessas atividades. Além disso, outra medida determinava que a área ocupada não fosse vistoriada para a desapropriação por um longo período de tempo (variável de acordo com o número de ocupações).

Essas ações estavam articuladas com uma política de minimização da reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar<sup>20</sup>. Para o governo, os agricultores familiares foram deixados em situação desfavorável em relação aos assentados, sendo que estes contaram com fortes subsídios para financiamento da produção durante vários anos.

O eixo principal da reformulação institucional no segundo mandato FHC foi o fundir as políticas de reformas agrárias, com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar em geral, buscando superar *'um conceito equivocado que estabelecia uma diferenciação artificial entre a agricultura familiar e assentados de reforma agrária'*. Nesta perspectiva, o estado teria concedido aos assentados ao longo da segunda metade dos anos 90, créditos *'altamente subsidiados por um tempo indefinido... enquanto seus vizinhos, agricultores familiares tiveram acesso a terra por compra e herança, continuariam contando com subsídios muito menores'*. Mais do que isso, o governo afirmava estar *'cuidando da vida'*, *'tutelando'* e mantendo *'vínculos de dependência'* com a população assentada, o que seria inviável tanto no ponto de vista ético-político como financeiro e administrativo (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 56).

O acesso à terra passaria a ser realizado através do mercado . Para isso, foi criado o Banco da Terra, uma política de financiamento para a compra direta, descentralizada nos municípios. A descentralização institucional e administrativa tinha o objetivo de consolidar um novo modelo de reforma agrária mercantilizada.

A proposta de descentralização formulada pelo governo estaria pretendendo, conforme avaliação dos movimentos sociais, criar um novo personagem político: o sem-terra não-integrante do MST ou de qualquer outra organização popular; um *'sem-terra'* vinculado a instituições políticas criadas no plano local, em torno do poder municipal. A avaliação dos

---

<sup>20</sup> “(...) presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações até certo ponto estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes. Assim, as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições. A sua transformação vai depender de sua relação com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, em um certo espaço e contexto histórico. (...) As formas familiares corresponderiam características como trabalho familiar, resistência à apropriação do excedente via mercado, propriedade de meios de produção, busca de autonomia etc. (...)” (SCHNEIDER, 2003, p. 112). Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), “(...) a agricultura familiar (...) procura estabelecer sistemas de produção focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população e na promoção da democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção como meio de construir o desenvolvimento rural sustentável” (CONDRAF, 2006, p. 13).

movimentos sociais e partidos de oposição era a de que a descentralização, daquela forma específica, naquele momento específico, estaria objetivando uma fragmentação, uma dispersão da luta pela terra (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 60).

Essa proposta visava esvaziar o poder dos movimentos sociais e submeter as políticas de reforma agrária às determinações do governo.

A segunda parte do programa governamental de redefinição do modelo de reforma agrária consiste na integração dos grandes assentados ao 'sistema de agricultura familiar'. A grande inadimplência e as deficiências na análise das propostas financiadas são apresentadas como os principais motivos para a dissolução do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) e sua diluição no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). (...) Neste sentido, o governo federal suprimiu os mecanismos de operacionalização do Procera sem que o Pronaf tivesse uma institucionalização capaz de substituí-lo adequadamente. Desta forma, as políticas de desenvolvimento para os assentados acabaram por ser desmontadas, o que se expressa na extinção do Procera (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 60-61; 65).

A extinção do PROCERA implicou na redução dos recursos para os assentamentos e o fim das condições diferenciadas de crédito<sup>21</sup>. O projeto de cooperação agrícola desenvolvido pelo MST, centrado na política governamental de crédito, necessitou ser rediscutido no setor responsável pelos assentamentos.

A adesão interna dos assentados à organização coletiva do trabalho nas CPAs continuava com os mesmo problemas desde sua criação. Nesse contexto, as novas formas de relações sociais, a capacitação massiva e a divisão do trabalho ainda eram, eminentemente, conflituosas. Os problemas na organização interna eram agravados pela adoção da matriz tecnológica modernizante, que privilegiava a produção em larga escala e utilização de máquinas e insumos químicos, causando grande dependência externa da produção.

Nessa nova fase, o cooperativismo do MST começava a dar sinais de esgotamento. A postura do Movimento em torno de novas práticas e novas relações no interior dos assentamentos rurais culminou na flexibilidade organizativa e na valorização das especificidades locais. Isso remete à reorganização do paradigma de desenvolvimento em novas bases epistemológicas, voltadas para práticas da agroecologia.

---

<sup>21</sup> Nesse compasso, o governo FHC cancelou o Projeto Lumiar (2000), deixando os assentamentos sem uma política especial de assistência técnica e extensão rural.

## 4 O MST E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

A “territorialização” do cooperativismo no MST e a afirmação dos princípios organizativos de produção e trabalho coletivo entraram em crise ainda nos anos 90. As contradições inerentes a implantação das cooperativas e o acirramento da oposição com o Estado provocaram o esgotamento do paradigma de desenvolvimento adotado. Esse cenário possibilitou uma mudança importante na orientação do MST para os assentamentos rurais. Práticas agrícolas alternativas ganharam espaço e transformaram-se no principal projeto para viabilidade dos assentamentos. Essas experiências foram fundamentais para desencadear um processo de mudança nas bases política e produtiva do Movimento. O esgotamento do modelo de produção cooperativista e o contexto de discussões sobre desenvolvimento rural sustentável conduziram, de forma inicial, à incorporação da agroecologia como novo paradigma para a realidade dos assentamentos rurais. Além das práticas produtivas, a agroecologia adentrou a esfera política como forma de contestação ao modelo agroexportador representado pelas multinacionais (de insumos químicos e de pesquisa em biotecnologia – transgênicos) e pelo agronegócio.

A aproximação do MST com os princípios da sustentabilidade possibilitou iniciar a formulação de concepções sobre o processo de transição agroecológica nos assentamentos rurais e abrir novos espaços participativos nas localidades. O conhecimento tradicional (camponês), rejeitado pelo Movimento, destaca-se como elemento fundamental para a construção de projetos adequados às especificidades locais e à multiplicidade social inserida nesses contextos.

Para desenvolver essa discussão, o presente capítulo será dividido em três seções. A primeira irá apresentar os principais elementos responsáveis pela crise no modelo cooperativista do MST. As contradições da coletivização do trabalho, que impunha a construção do sujeito “sem terra”, voltado para a produção cooperativa, encontrou, nos assentamentos rurais, resistências e rupturas, ocasionando problemas nas estruturas organizativas criadas pelo Movimento. Quanto à produção, o cultivo em larga escala, dependente de recursos externos, absorvia pouca mão-de-obra (disponível em grande quantidade), além de ficar refém dos preços praticados pelo mercado externo. As políticas governo também foram significativas para o esgotamento do cooperativismo no MST; extinguiu o crédito especial para os assentamentos rurais e dificultou as mobilizações para criação de novos assentamentos, via criminalização da luta pela terra.

A aproximação do MST com a noção de sustentabilidade, a delimitação teórica desse conceito e do processo de transição agroecológica, iniciado pelo Movimento, estarão presentes na segunda seção. No início da década de 90, algumas iniciativas em agroecologia foram implementadas nos assentamentos rurais. Essa constatação foi observada em documentos do Movimento, que tratava o tema de forma bastante incipiente. A partir do 3º Congresso Nacional do MST (1995) e da articulação com a Via Campesina, a sustentabilidade adentrou, ainda secundariamente, a agenda do Movimento, adquirindo maior força nos anos 2000. Nesse entremeio, era desencadeado um processo de transição agroecológica visando a adoção de um paradigma de produção voltado para desenvolvimento sustentável. Para melhor compreensão desse processo, os principais conceitos sobre desenvolvimento sustentável, agroecologia e transição agroecológica serão apresentados, recorrendo a referências bibliográficas que buscaram aprofundar os debates teóricos sobre essa temática.

Na terceira seção, serão apresentadas as experiências do MST em agroecologia e novo enfoque adotado nos assentamentos rurais. Para isso, foram pesquisados documentos atuais do Movimento, na tentativa de delimitar temporalmente um marco no processo de transição política e produtiva para a agroecologia. Também serão discutidos os princípios da transição agroecológica nos contextos construídos pelo Movimento nos assentamentos rurais. Além desse enfoque nos assentamentos, a seção apresentará a incorporação da agroecologia na agenda de luta, como principal modelo alternativo à grande produção agroexportadora e às empresas multinacionais presentes no campo. Apesar do discurso político, o processo encontra-se em fase inicial na maioria dos assentamentos rurais que aderiram à transição.

#### **4.1 O ESGOTAMENTO DO MODELO COOPERATIVISTA**

As políticas de reforma agrária no Brasil estão historicamente ligadas à mobilização dos movimentos sociais de luta pela terra. A conquista dos assentamentos rurais é fruto de tensões sociais e embates políticos que demonstram a condição dos trabalhadores rurais excluídos pela acumulação de terras no país. O surgimento do MST está intimamente relacionado com o contexto social e político de agudização da pobreza no campo, e com a necessidade de reforma na estrutura fundiária vigente.

As mobilizações e ocupações em diversas regiões do país fizeram que os governos colocassem o tema reforma agrária entre suas principais pautas. Para o MST, o desenvolvimento dos assentamentos, via incentivo governamental, seria possível através de uma organização que viabilizasse economicamente os assentados – as cooperativas.

O cooperativismo - ou modelo de cooperação – adotado foi consolidado pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), consideradas formas superiores de organização do trabalho, e meio necessário para a coletivização e transição socialista. Essa concepção foi construída pelo Movimento e colocada aos assentamentos ligados a ele. A cooperativa (CPA) foi a principal forma que o MST materializou sua concepção de trabalho coletivo e organização da produção.

Alguns problemas indicados pelos agricultores para esta situação foram o caráter compulsório da filiação, a dificuldade de gerenciamento numa situação de crise, a falta de recursos financeiros e as diferenças culturais dos cooperados; tudo isto gerando uma total falta de interesse pelos problemas da cooperativa (BERGAMASCO; CARMO, 1991, p. 64).

A constituição das cooperativas representava a busca de condições para a revolução social, a qual estava atrelada ao desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas modernos e às transformações das relações sociais no campo.

A modernização da agricultura foi responsável pela exclusão de trabalhadores e concentração de terra num longo período da história brasileira. Em decorrência disso, surgiram as mobilizações para a reforma agrária e as políticas de assentamento. Essa modernização, que excluiu o trabalhador rural, passou a ser condição da organização da produção nas cooperativas do MST. *“O outro lado dessa modernização, no entanto, é sem dúvida, a sua resistência/persistência, uma vez que continua presente no quadro produtivo”* (BERGAMASCO; CARMO, 1991, p. 67).

A matriz tecnológica moderna adotada nas cooperativas necessitava construir novas relações de trabalho no campo como: racionalização de métodos; especialização de tarefas; utilização de máquinas e insumos químicos; agroindustrialização e integração no mercado.

(...) esta proposta, transformada em diretriz oficial a partir de 1988, entrou em conflito com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, com as características socioculturais dos assentados, com a dinâmica própria da vida rural e, também, com as dificuldades macroeconômicas impostas à atividade produtiva agropecuária (...) (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 1999, p. 51).

O cooperativismo em questão necessitava de um novo sujeito, fruto da superação do principal entrave para a organização do trabalho: o camponês. Os princípios preconizados pelo Movimento previam o fim das relações de trabalho tradicionais, consideradas incoerentes à organização coletiva da produção. O campesinato seria portador de “vícios” que desarticulariam a forma de cooperação institucionalizada pelo MST (MORAIS, 1986).

Esse modelo de organização do trabalho coletivo encontrou resistência entre os camponeses (e suas gerações posteriores) e seus costumes tradicionais. Os assentados, baseados numa cultura tradicional, buscavam a “(...) efetivação do projeto de ‘ser colono’, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sobre seu controle a organização e os resultados da produção” (ZIMMERMAN, 1994, p. 208).

A representação do sujeito camponês considerava a terra como uma dimensão simbólica ligada à liberdade e à reprodução de suas relações sociais no trabalho e no núcleo familiar. Numa perspectiva chayanoviana, o camponês era caracterizado pela referência à unidade doméstica e o balanço existente entre trabalho e consumo. O tempo e quantidade de trabalho eram definidos, segundo o autor, pela quantidade de membros do núcleo familiar e a disponibilidade de mão-de-obra para a produção. Todas as relações eram desencadeadas para a manutenção da família e não para geração de lucratividade na produção (considerada marginal). “*El mecanismo que Chayanov ha definido para explicar el comportamiento de la familia campesina es el principio de equilibrio trabajo-consumo. Cada familia – escribe – trata de obtener un ingreso anual adecuado a sus necesidades esenciales*” (THORNER, 1981, p. 144).

Para o MST, essas características, inerentes do campesinato, eram obstáculos para a consolidação da cooperação agrícola nos assentamentos. As cooperativas eram vistas como a única opção para que os assentados pudessem resistir na terra. A organização do trabalho reconhecia a superioridade das modernas relações no âmbito produtivo. Nesse sentido, instrumentos “pedagógicos” foram criados para desconstruir as características camponesas e construir uma nova representação<sup>22</sup> de trabalhador rural: o assentado “sem terra”. Este seria o vetor da resistência no campo e potencializador do desenvolvimento econômico nos moldes cooperativos.

---

<sup>22</sup> “(...) as representações do mundo social (...) à revelia dos actores sociais, traduzem suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19).

A “mística” foi uma forma de construção simbólica desse novo sujeito. Através de novos signos, os assentados construiriam novas referências, materializadas nas relações com a coletividade.

Ao perceber a sua condição de excluído, ao começar a identificar os elementos que determinam sua condição de existência, ao perceber a força do trabalho coletivo, começa-se ali a construção de novos paradigmas, que com certeza, farão parte desse novo homem. (...) Na formação desse homem estarão presentes daqui para frente a bandeira do Movimento, os gritos de ordem, que ecoam em todos os momentos das mobilizações, reuniões e assembleias, as músicas que fazem parte do repertório, a mística, enfim, toda uma simbologia e suas significações que fazem parte do ideário de formação dos sujeitos Sem Terra (PEREIRA FILHO, 2003, p. 77).

Nas escolas dos assentamentos, o Movimento incorporou uma proposta pedagógica diferenciada visando à reprodução dos princípios político-ideológicos e a afirmação do modelo cooperação, enquanto potencializador da transformação social. No cotidiano escolar, as práticas pedagógicas tinham como referência os ensinamentos da teoria de Paulo Freire (1987) sobre educação popular, que, resumidamente, buscavam a construção do conhecimento a partir da realidade dos assentados, ou seja, ensinar através do referencial de luta e resistência na terra, valorizando sempre o papel da cooperação criada no interior do MST. A necessidade de mudar culturalmente os assentados, ligados às práticas tradicionais do campesinato, levou o MST a criar outras formas de construção da representação sobre o trabalho coletivo nas cooperativas.

O Laboratório Organizacional de Campo (LOC) foi estratégico para ensinar aos assentados uma “cultura” de trabalho coletivo e implantar as CPAs em todo território nacional. Essa experiência colocava na prática os elementos da “teoria da organização no campo”, criados pelo MST, de acordo com uma didática específica.

Realizada no interior do ‘Laboratório Organizacional’, ela é considerada como o conjunto de técnicas através das quais realizam-se o aprendizado e a educação que permitem aos alunos apropriar-se dos conhecimentos transmitidos pelos instrutores ou professores (MORAIS, 2002, p. 148).

Posteriormente, foi criado, em virtude de problemas de gestão cooperativa, o curso de Técnico em Administração de Cooperativas (TAC). Outro elemento de destaque

foi o curso de Formação Integrada da Produção (FIP), seguindo a mesma linha de capacitação voltada para a realidade das cooperativas nos assentamentos rurais.

Nesse processo pedagógico, o MST publicou documentos importantes como os *Cadernos de Formação*, *Cadernos de Cooperação Agrícola* e *Cadernos de Educação*, que foram os principais subsídios teóricos e metodológicos para os cursos organizados.

Toda a construção do “sujeito coletivo” do Movimento seguia uma concepção sobre a trajetória de luta conjunta pela terra e as interações no interior do acampamento. A proximidade das relações e a unidade em torno do objetivo maior (assentamento) eram consideradas as bases da organização do novo espaço. Na realidade, o acampamento apresentava uma situação particular, um momento intermediário em que grupos sociais almejavam um fim comum. Após essa etapa, os grupos se encontravam num contexto totalmente diferenciado, pautado por objetivos também distintos. Essa afirmação é ilustrada em trabalho de pesquisa realizado em um assentamento de trabalhadores rurais no interior de São Paulo.

O argumento, habitualmente utilizado, de que esses trabalhadores já haviam vivido uma experiência de organização e de negociação coletiva, por ocasião da conquista da terra, e que, conseqüentemente, o problema agora era só o de manter viva essa chama, induzindo-os, através da organização coletiva da produção, a situações que os ‘conscientizassem’ de seus supostos interesses comuns, não os convencia. (...) Nessa ocasião, tanto os trabalhadores como os agentes externos participantes das mobilizações tinham uma mesma aspiração e um mesmo objetivo: a conquista da terra. E, agora, o desejo da autonomia na terra conquistada se encarregaria de fazer emergir as muitas diferenças existentes entre essas famílias singulares. Diferenças de idade, de composição da família, de conhecimento agrícola, de possibilidade de convivência com as regras do mercado ou do sistema financeiro, etc. Diferenças de trajetória de vida, e, conseqüentemente, de objetivos, de sonhos e de fantasias que, necessariamente, tornariam mais complexas as negociações entre eles mesmos e seus assessores (D’ INCAO; ROY, 1995, p. 30-31).

Na disputa de representações, o MST tentou construir novo sujeito coletivo (“semterra”) e superar os individualismos, contraditórios à proposta de desenvolvimento para os assentamentos rurais. “*As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais o grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e seu domínio*” (CHARTIER, 1990, p. 17). Contrariando a realidade heterogênea dos assentamentos, marcada, segundo o

Movimento, pela herança tradicional camponesa, foram implementadas ações de consolidação de seu modelo cooperativista.

(...) esse argumento era evidentemente autoritário, à medida que acreditava poder induzir esses homens a caminhos diferentes daqueles a que eles aspiravam. Homens que haviam enfrentado, juntamente com suas famílias, toda sorte de adversidades para chegar à terra conquistada. Que aspiravam à liberdade e tinham um projeto de autonomia para ser realizado nessa terra. Que dependiam, sem dúvida, de uma assessoria capaz de abreviar-lhes o tempo de aprendizado necessário à construção dessa autonomia, mas que não abririam mão dela sob nenhuma injunção, ou em nome de causas ou ideais que não guardassem alguma correspondência com os seus próprios (D' INCAO; ROY, 1995, p. 31).

O cooperativismo do MST pressupunha um controle descendente da organização dos assentamentos. Foram criadas as CCAs e a CONCRAB, no sentido montar uma estrutura organizacional de ordenamento das experiências locais (CPAs). Esse projeto cooperativista encontrava resistências e rupturas nos assentamentos, provocadas, essencialmente, pelo conflito de representações. *“A força da representação pode tentar persuadir de um poder, mas pode dar a perceber a distância entre os signos exibidos e a realidade que eles não podem dissimular”* (CARVALHO, 2005, p. 05). Apesar de uma retórica direcionada para a autonomia dos assentamentos, o modelo de organização da produção reproduzia as relações que os trabalhadores rurais buscavam superar.

Mais precisamente, por reproduzirem, eles mesmos, as relações de dominação que queriam se libertar. Relações que impediriam o necessário alargamento de seus limites e de suas possibilidades, na direção do desempenho político e econômico pelo que estavam desafiados. Porque recriando suas velhas práticas de dominados - a competição, a invalidação dos companheiros, a desconfiança, a dissimulação, a resistência sorradeira, etc. - eles não teriam condições de negociar conjuntamente soluções para os problemas que lhes eram comuns (...) (D' INCAO; ROY, 1995, p. 29-30).

Os grupos sociais que não se adequavam as “empresas cooperativas” rompiam o elo com o MST e se organizavam em grupos de vizinhança, associações de produtores, de forma independente e autônoma. Essa ruptura era estendida à filiação político-ideológica, considerada impositiva e autoritária.

Desafortunadamente, em nome da disciplina e de incontáveis receituários comportamentais impostos, seus militantes sequer alcançam algum tipo de consciência política própria, pois são compelidos à repetição monocórdia do discurso dos dirigentes principais, retirando-lhes expressiva margem de especificidade de ação e interpretação de formas de lutas adequadas à diversidade regional do país, tolhendo talentos organizativos e cerceando a formação livre e genuína de novas lideranças (NAVARRO, 2002, p. 262-263).

O cooperativismo desconsiderou, fundamentalmente, as trajetórias individuais e os projetos de autonomia e liberdade.

Cada um se queria autônomo, livre em seu tempo e seu esforço. Eles não queriam mais depender senão deles mesmos. E elaboravam a partir daí seus projetos. Projetos de auto-reprodução familiar pelo caminho da agricultura familiar experimentada - direta ou indiretamente através de seus pais - no passado. Agricultura cujos limites até certo ponto conheciam, mas que pensavam poder superar, desde que instalados numa terra que passava a lhes pertencer (D' INCAO; ROY, 1995, p. 28-29).

As contradições em relação à organização do trabalho coletivo nos assentamentos rurais estão articuladas com a matriz tecnológica de produção do MST. A cooperação agrícola pressupunha o avanço na adoção de técnicas de produção e utilização de máquinas e insumos modernos. Se o trabalho coletivo era inspirado na organização fabril, logo a produção teria que acompanhar essa lógica. A busca por alta produtividade e acesso à competição no mercado interno e externo levou as CPAs a direcionarem a produção para culturas de larga escala, principalmente milho, algodão e soja. As cooperativas deveriam utilizar recursos modernos para alcançarem tal objetivo e adentrarem no circuito mercantil.

(...) as primeiras experiências da forma construtiva coletivista começavam a apresentar resultados econômicos negativos, o que induzia alguns analistas rigorosos a refletirem sobre inadequação desse modelo de agricultura empresarial – orientado para a intensificação do capital e a redução da mão-de-obra, que era a base da referida produção coletiva, às condições objetivas dos assentamentos -, de baixa capacidade de investimento e grande disponibilidade de mão-de-obra (D' INCAO; ROY, 1995, p. 36).

Além dos problemas gerados em relação à mão-de-obra, esse tipo de produção era extremamente dependente de fatores externos, principalmente, os implementos

agrícolas da indústria e o preço de venda da produção, regido internacionalmente (*commodities*). As cooperativas ficavam reféns da volatilidade do mercado, para escoamento e comercialização da produção.

A matriz tecnológica moderna oferecia riscos econômicos para os assentamentos; além de ser dependente de recursos externos, a rentabilidade para o montante de associados era muito pequena. O rendimento por área de produção era baixo, sendo inadequada à pequena propriedade, característica dos assentamentos rurais (NORDER, 2004). Essa situação gerou um quadro de crise nas CPAs, iniciado desde os primeiros anos da década de 90, como resultado da conjugação entre a organização do trabalho coletivo e as diretrizes de produção modernizantes. Esses fatores internos conduziram o cooperativismo a uma fase de esgotamento nos assentamentos rurais.

A crise do modelo cooperativista do MST não teve apenas causas internas. O Estado teve participação nessa crise, como agente financiador do paradigma de produção praticado nos assentamentos rurais. As políticas governamentais de crédito foram importantes para a implantação das cooperativas almejadas pelo MST. As linhas de financiamento de custeio e investimento vinculavam o desenvolvimento econômico dos assentamentos ao paradigma modernizante da produção (externo/exógeno).

O Estado, desde anos 50, incentivou a modernização da agricultura no país, consolidada a partir das inovações técnicas da Revolução Verde. Os governos militares (pós-64) intensificaram esse paradigma de produção, tornando-o o principal eixo do desenvolvimento rural no país. Grande parte do crédito destinado para reforma agrária era vinculado, principalmente, à monocultura. A criação do PROCERA, em 1986, exemplifica bem essa afirmação, pois grande parte dos recursos estava direcionada ao custeio da produção, o qual tinha finalidade de curto prazo. O financiamento era liberado para culturas específicas, de larga escala, altamente dependentes de recursos externos. No estudo de caso em assentamento no município de Promissão, a contradição da política de crédito é evidenciada pelo direcionamento dado pelo Estado à produção.

Pode-se, em síntese, afirmar que a relação dos assentados com o Estado foi marcada por um bloqueio no financiamento de recursos produtivos de longo prazo (créditos de investimento), justamente aqueles capazes de levar à uma recomposição da base de recursos produtivos no interior de seus lotes familiares e, desta forma, a uma ampliação na absorção de força que trabalho e geração de renda. Houve, paralelamente, um contraditório e incompleto direcionamento para um determinado tipo de cultivo, o de milho em escala industrial, que pressupõe uma acentuada mercantilização do processo produtivo. Este direcionamento, que reduziu o poder decisório

local dos assentados e técnicos, pode ser constatado tanto nas linhas individuais como coletivas de financiamento da produção agropecuária (NORDER, 2004, p. 275).

Num contexto político marcado por intensas mobilizações e pressões, o MST conseguiu, junto ao governo, uma nova linha de financiamento: o PROCERA Teto Dois. Isso aconteceu no primeiro mandato do presidente FHC, que ampliou o crédito para os assentados, direcionando recursos para as cooperativas. As CPAs vinham de crises relacionadas, também, com o escasso crédito para o setor. O PROCERA Teto Dois deu um novo fôlego às cooperativas, que passaram por uma nova fase de expansão. Mais uma vez, o Estado contribuiu para a afirmação do projeto de desenvolvimento econômico do MST através do incentivo ao cooperativismo.

Toda estruturação do cooperativismo no MST foi resultado do fluxo de relações constituídas com o Estado. O esgotamento desse modelo teve influência direta das políticas governamentais que, num primeiro momento, incentivaram a agricultura moderna nos assentamentos (contraditória aos arranjos locais), causando a desarticulação no processo de produção e o endividamento nas instituições financiadoras. Num segundo momento, o governo agiu na contramão do que vinha sendo implementado; extinguiu o PROCERA e inseriu os assentados no universo abrangente da produção familiar. Através do PRONAF, o financiamento para os assentados perdia seu caráter especial, ficando moroso seu acesso. Outra ação governamental que enfraqueceu os projetos de desenvolvimento nos assentamentos foi o fim do Projeto Lumiar, que prestava assistência técnica para a produção.

A desagregação do modelo de cooperação agrícola teve influência de fatores internos e externos: internamente, relacionada à organização coletiva e à matriz tecnológica de produção; externamente, ligada ao papel dos programas governamentais de crédito para os assentamentos rurais.

As contradições geradas pela cooperação agrícola foram percebidas pelo MST durante a trajetória de organização do trabalho e da produção. *“Temos muitas experiências onde foram tomadas decisões teoricamente bonitas e avançadas, mas na prática, não funcionaram e acabaram quebrando o coletivo”* (CONCRAB, 1996a, p. 73). A partir dessas experiências, o Movimento reconheceu a necessidade de repensar a organização da produção em novas bases.

Aprenderam também que as formas de cooperação agrícola deveriam ser mais flexíveis. (...) que a forma de recuperação agrícola não é determinada pelo MST, pela Concrab. Não adianta fazer uma reunião no assentamento e dizer: ‘você vão implantar uma cooperativa’. Vai ser um fracasso. Eles é que têm que discutir que tipo forma pode ser assimilada (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 101-102).

Nesse sentido, foram criados novos formatos de cooperativas que pudessem atender as necessidades locais de melhoria das condições de trabalho e comercialização. Um exemplo foi a Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS). “(...) *as cooperativas de serviços (...) parecem mais permeáveis à maior parte dos assentados, pelo fato de combinarem ideais de autonomia – correspondentes a suas trajetórias e valores – a interesses definidos coletivamente*” (KLEBA, 1994, p. 137). A CPS foi criada para atender as necessidades de aquisição de máquinas e insumos, beneficiamento e comercialização; não interferiria na organização da produção e preservaria “(...) *no âmbito familiar a posse da terra, parte dos instrumentos de trabalho e o emprego da mão-de-obra*” (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p 139).

A cooperação agrícola do MST tinha a tarefa de construir um novo conceito de organização coletiva, considerando a abertura de novos espaços de convivência que englobasse sua base social.

Os sem-terra que trabalhavam de forma individual serão incorporados, em grande parte, a partir da maturação desse modelo. Na primeira metade da década de 1990, ocorreu um período de crise das cooperativas implantadas. Como síntese desse processo, a cooperação agrícola passou a contemplar os assentados por meio do mutirão e da troca de serviço, dos grupos semi-coletivos, das associações, dos grupos de trabalho coletivos (CONCRAB, 1997, p. 29-30).

O cooperativismo, enquanto modelo de desenvolvimento da produção agropecuária e potencializador de um novo sujeito coletivo, vinha perdendo força dentro do MST. A institucionalização da cooperação, através da estrutura organizativa descendente (SCA/CONCRAB), começava a sair da pauta principal do Movimento. Dessa maneira, o MST passou a admitir outras possibilidades organizativas, diferentes das “cooperativas coletivizadas”, modelo original de sua proposta de cooperação (NAVARRO, 2002).

O processo de (re)organização desencadeado pelo MST perpassa, essencialmente, pelo cooperativismo. Isso significa que o Movimento redefine sua matriz tecnológica, incorporando novos princípios orientados, fundamentalmente, pela agroecologia.

A agroecologia adentrou a agenda do MST, inserindo novas discussões sobre métodos e tecnologias alternativas voltados para o desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos rurais. O processo de transição aponta para a transformação das bases produtivas e a inserção dos assentamentos num novo paradigma de desenvolvimento econômico, pautado pela gradual modificação do modelo de agricultura moderna.

#### **4.2 PRINCÍPIOS DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

A crise do paradigma de produção do MST, externo às especificidades dos assentamentos rurais, provocou uma mudança estratégica e a adoção de novas práticas ligadas às características locais. O esgotamento do modelo cooperativista fez com que o Movimento reconhecesse as dificuldades e mesmo os equívocos na organização da produção nos assentamentos rurais. As contradições da matriz tecnológica modernizante prejudicaram economicamente os assentados, que estavam vulneráveis à instabilidade do mercado e ao endividamento nas fontes financiadoras, entre outros fatores.

(...) o caráter econômico da reforma agrária, os resultados econômicos observados nos assentamentos, e mesmo a receita auferida em qualquer estabelecimento rural, embora importantes, não permitem assegurar transformações sustentáveis, nem retratam as possibilidades de realização humana que o desenvolvimento encerra (MELGAREJO, 2001, p. 61).

A partir dessas questões, conceitos e princípios foram construídos em outras bases, como novas orientações para os assentamentos rurais. Essa preocupação aproximou o MST da noção de sustentabilidade<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> “A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento holístico” (ATSA, apud EHLERS, 1996, p. 117).

(...) o MST foi se dando conta de que não existem barreiras entre a luta pela terra e a questão ambiental, não havendo contradições entre elas, e a questão ambiental passa a ser entendida como complementação de um projeto maior que, em última instância, é a luta pela transformação da sociedade (NEGRI, 2005, p. 20).

De acordo com o autor, seria preciso resgatar a “identidade sócio-ambiental” do Movimento, que estaria ligada ao homem (sujeito de transformação) e sua relação com a natureza, num processo de construção/desconstrução/reconstrução do conhecimento.

Para a aproximação do MST aos princípios e práticas do desenvolvimento sustentável, era preciso desconstruir o modelo produtivista e pautar a organização pelas especificidades das localidades. A centralização organizativa, a padronização da produção, o trabalho cooperativo e a desconstrução do saber camponês tradicional tinham que ser revistos em sua totalidade. As dificuldades para modificar uma estrutura conformada em mais de uma década foi o grande desafio da organização coletiva no MST. Essa perspectiva, relativamente nova, possuía algumas iniciativas pontuais datadas de outros períodos.

Desde abril deste ano, três assentamentos a região de Porto Alegre iniciaram um trabalho de agricultura ecológica (...). (...) Nesses assentamentos, as dificuldades de produzir agroecologicamente eram semelhantes – iam desde a insegurança de manusear técnicas (...) até o medo de perder toda a produção com o aparecimento de um besouro qualquer. (...) a partir do momento em que a agroecologia começou a ser aplicada, estas resistências foram logo superadas. (...) com técnicas regenerativas, uso adequado do solo e integração das culturas, que são práticas de fácil aplicação, a agroecologia também ajuda a afastar os agricultores da dependência do modelo agrícola e tecnológico das multinacionais produtoras de agrotóxicos, afastando-os ‘imperialismo agroquímico’ (JST, 1993c, s.p.).

A universidade pública também buscou inserir nos assentamentos rurais uma nova forma de trabalhar com a terra, reduzindo a quantidade de insumos químicos em busca de um manejo sustentável. Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por exemplo, trabalharam, nessa perspectiva, com assentados do Assentamento 30 de Maio em Charqueadas.

‘Parceria da Terra’: universitários trabalham com assentamentos do MST. (...) os alunos tem trazido grandes contribuições para o assentamento, principalmente no que se refere ao trabalho com agroecologia, pois a

tecnologia auto-sustentável é o que garante que os assentados permaneçam na terra, já que o modelo agrícola, baseado em enorme quantidade de insumos e veneno, está falido (JST, 1995b, s.p.).

Em eventos de abrangência nacional, a perspectiva de um modelo alternativo de produção para os assentamentos rurais era discutida. No I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1995, a agroecologia também estava em pauta.

No encontro, as trabalhadoras também se afirmaram sua opção pela construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social no campo, buscando novas alternativas de produção pela ótica da agroecologia e tendo com central o ser humano (JST, 1995c, s.p.).

Essas experiências, apesar de importantes, possuíam pouca expressão nas pretensões do Movimento, que buscava consolidar, em primeiro lugar, as cooperativas de produção em larga escala. Mesmo em segundo plano, as discussões sobre sustentabilidade e produção orgânica ganharam espaço como alternativa para um novo modelo de reforma agrária.

(...) o MST divulgou a ‘visão de um novo tipo de reforma agrária’, na qual se percebe uma forte preocupação com as questões do desenvolvimento, mais notadamente o rural agrícola, a ser implementado de forma ‘auto-sustentável’, levando em conta o ‘desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais’, com base na produção familiar cooperativada (COSTA NETO; CANAVESI, 2002, p. 208).

Essa perspectiva foi introduzida na pauta do Movimento após a realização do 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, em Brasília. “*De 1995 em diante, o discurso político do MST passou a intensificar o conteúdo em favor da sustentabilidade (...)*” (COSTA NETO; CANAVESI, 2002, p. 209).

Nesse mesmo ano, o Movimento passou a integrar a Via Campesina<sup>24</sup>, como forma de realizar alianças estratégicas e construir uma plataforma mais ampla de embate

---

<sup>24</sup> A Via Campesina foi criada em 1995, em Congresso realizado na América Central pela Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) (VERAS, 2005). “*No Brasil, a Via Campesina é constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento das Mulheres*

político. A Via Campesina é uma rede de cooperação internacional de organizações camponesas que passam a lutar, conjuntamente, contra a expansão do capitalismo na agricultura, representado, principalmente, pelas empresas multinacionais produtoras de sementes transgênicas e o agronegócio. A participação da Via Campesina em evento internacional, destacada em reportagem do *JST*, demonstra sua posição política em relação ao desenvolvimento rural.

A Via Campesina, a articulação mundial das organizações camponesas – da qual o MST faz parte –, esteve presente com suas propostas para o campo na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em Compenhagen, na Dinamarca, no início do mês de março. (...) Entre suas propostas de políticas sociais no campo estão o estabelecimento de um desenvolvimento rural social e ecologicamente sustentável, com o ser humano no centro do processo; acesso dos trabalhadores à terra e aos créditos; melhora dos serviços de saúde e educação no campo (...) (*JST*, 1995, p. 14).

Em 1996, a Via Campesina participou da Conferência Mundial de Alimentação, em Roma. Dentre suas propostas de combate à fome estava o papel dos governos em agirem visando “(...) *garantir o cuidado e o uso sustentável dos recursos naturais, especialmente a terra, a água, as sementes e os bosques*” (*JST*, 1996b, p. 17). A questão ambiental é uma de suas principais bandeiras políticas, uma vez que defende o desenvolvimento sustentável e a autonomia na produção de sementes (contra as patentes das multinacionais). Essa importante articulação reafirmou a adesão do MST ao paradigma da sustentabilidade na agricultura.

O indicativo da adoção de um modelo alternativo de produção é explicitado mediante a sistematização das estratégias em torno da agroecologia, que começava a ser incorporada enquanto projeto de desenvolvimento agrícola e, também, como projeto de transformação social.

Agroecologia é realidade em assentamento. (...) Os agricultores do assentamento Justino Draszewisk, em Araguari, litoral norte de Santa Catarina, estão produzindo verduras e legumes sem utilizar produtos tóxicos. (...) Essa pequena experiência uma grande demonstração de que é possível utilizar os produtos da natureza para produzir alimentos saudáveis (*JST*, 1997a, p. 10.).

Em outras localidades, novas experiências alternativas eram implantadas. “*Outro projeto importante que a CCA/ES está implantando é a produção agroecológica. Foi iniciado um trabalho específico na área de produção de hortaliças de forma orgânica, ainda em fase embrionária*” (JST, 1998a, s.p.). No Maranhão, entidades criaram “*rede agroecológica*”, com o objetivo de disseminar a agroecologia entre os assentados do MST (JST, 1999a, s.p.).

Uma parceria entre trabalhadores rurais sem terra e entidades está fazendo com que Reforma Agrária e reforma agroecológica caminhem juntos na região do Pontal do Paranapanema. Entre os objetivos principais do projeto está a integração do desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos e a preservação do meio ambiente (JST, 1999, s.p.).

O cooperativismo vem passando por uma reconstrução conceitual através da incorporação, mesmo que parcial, da matriz de produção sustentável. Essas passagens demonstram que as cooperativas, em processo de implantação, já vêm sendo criadas de acordo com os princípios agroecológicos.

No processo de consolidação da nova matriz de produção, uma importante iniciativa foi concretizada com a criação da Bionatur, em 1997. “*MST lança sementes agroecológicas BioNatur. Produção de sementes sem agrotóxicos é um projeto inédito na América latina*” (JST, 1998b, s.p.).

Produzidas e embaladas sem agrotóxicos nem substâncias tóxicas ou agressivas ao homem e à natureza, o projeto é resultado do trabalho desenvolvido pela Cooperal (Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados). A cooperativa está localizada no Assentamento Conquista da Fronteira, em Hulha Negra (RS) (JST, 1998b, s.p.).

Originada como uma alternativa ao oligopólio da produção de sementes, a Bionatur produz de forma agroecológica através de variedades (não-híbridas) que podem ser reproduzidas pelos próprios agricultores.

O objetivo é que a produção de sementes agroecológicas passe a ser um componente integrado aos sistemas de produção de um grande número de famílias e de assentamentos, criando novas possibilidades econômicas. A comercialização das sementes Bionatur é realizada por intermédio de organizações populares e sindicais simpatizantes da reforma agrária e da agricultura camponesa e comprometidas com a agroecologia. Os preços de suas sementes, em média, são iguais ou inferiores aos praticados pelas empresas no mercado convencional (CORRÊA; MONTEIRO, 2004, p. 40).

A produção de sementes agroecológicas foi um grande impulso para as discussões de mudança da matriz tecnológica do MST.

A partir de 2000<sup>25</sup>, a agenda política do Movimento assumiu a agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais. A aproximação com esse paradigma de desenvolvimento rural conferiu ao MST a necessidade de iniciar um processo de transição agroecológica, como principal caminho para a sustentabilidade.

Para situar conceitualmente esse processo, é fundamental apresentar algumas considerações teóricas, que permeiam uma análise mais abrangente sobre agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Os debates e discussões acerca do desenvolvimento sustentável na agricultura foram originados a partir de um longo processo, desencadeado pela adoção de práticas ambientalmente degradantes e socialmente excludentes.

Boa parte dos estudos sobre desenvolvimento tende a considerar o aumento da eficácia do sistema de produção, expresso na acumulação material, como característica essencial, o que o identifica com a noção de crescimento. A visão que emerge dessa concepção pode ser resumida da seguinte forma: “*desenvolvimento técnico-científico → desenvolvimento sócioeconômico → progresso e crescimento*” (ALMEIDA, 1997, p. 18).

O padrão moderno de produção agrícola incorporou a noção de desenvolvimento enquanto potencialização do crescimento econômico. Ao longo do tempo as bases de sustentação desse modelo davam sinais de fragilidade e insustentabilidade. As conseqüências sociais, ambientais e econômicas demonstravam que a lógica de desenvolvimento (sinônimo de crescimento) caminhava para um momento de crise. O enfoque desenvolvimentista buscava impor um paradigma de produção universalizante e homogêneo em detrimento as especificidades locais. Isso pode ser observado nas práticas da agricultura em larga escala, baseadas nas inovações da Revolução Verde, cujos objetivos estavam assentados no retorno econômico a curto prazo, resultado da alta produtividade e exploração não-renovável dos recursos naturais. A dependência de recursos externos e a baixa diversidade da produção provocaram grande instabilidade econômica.

A agricultura convencional e suas bases técnicas de produção tiveram um impacto desagregador na agricultura tradicional, a partir da década de 50, desencadeando crises social, ambiental e econômica. “*Enfoca-se, no entanto, um aspecto que engloba tudo (...): a crise da idéia de modernidade ou de modernização embutida nos projetos dominantes de desenvolvimento e sua repercussão nos espaços rurais e agrícolas*” (ALMEIDA, 2005, p.

---

<sup>25</sup> Ano da realização do 4º Congresso Nacional do MST.

15). A referência de desenvolvimento passava a ser os países desenvolvidos, pautada por características diferenciadas dos países pobres, o que levou a um aprofundamento das desigualdades, via exclusão social e econômica de agricultores não-integrados ao mercado. As relações sociais em jogo pressupunham uma racionalidade econômica, uma vez que os parâmetros instituídos eram relacionados a uma determinada noção de rentabilidade na produção. Todos os esforços voltavam-se para essa categoria, que subordinava as dimensões social e ambiental. O avanço desse modelo encontrou resistência, na medida em que aprofundava suas contradições na realidade social. O crescimento incontrolado atingia barreiras que mostravam seu esgotamento.

Um marco na crítica a esse modelo de desenvolvimento, em favor da sustentabilidade, foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)<sup>26</sup>, também chamada de Rio-92 ou ECO-92, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro. Essa conferência contou com a participação de representantes de 175 países e de organizações da sociedade civil, que discutiram a necessidade do desenvolvimento econômico em equilíbrio com o meio ambiente em escala planetária.

(...) a Rio-92 representou uma reflexão na história da humanidade, com a redefinição do direcionamento do desenvolvimento humano. Novos caminhos, em busca de um novo equilíbrio, que envolva uma situação de desenvolvimento 'sustentável', em bases equitativas e equilibradas. (...) Sua meta final é uma situação de estabilidade para o planeta, com o crescimento populacional contido, e a utilização de tecnologias sadias para o ambiente, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, socialmente equilibrado, responsável, e em harmonia com a natureza (CORDANI, 1992, p. 97-98).

Os debates foram, essencialmente, mais políticos e éticos do que técnicos, pois as transformações propostas careciam da adesão dos países e de grande investimento de recursos financeiros.

Um evento paralelo à Rio-92, realizado pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), foi o Fórum Global 92. Nesse Encontro, participaram representantes de diferentes partes do mundo, com o objetivo de elaborar um documento internacional, resultado das discussões e debates da sociedade civil sobre meio ambiente e os padrões de desenvolvimento modernos: a *Carta da Terra*.

---

<sup>26</sup> O evento foi planejado a partir das recomendações do Relatório de Brundtland de 1987. Nesse relatório, intitulado "Nosso Futuro Comum", foram apontadas as incompatibilidades dos padrões de desenvolvimento atuais com a sustentabilidade ambiental do planeta (EHLERS, 1996).

A Carta da Terra das ONGs, constitui-se de um conjunto de princípios que guiará as ações dessas organizações a partir da Eco-92. (...) As ONGs reconhecem suas diversidades e suas afinidades e prometem respeitar as culturas e os direitos de todos os povos às necessidades ambientais básicas. Reconhecem que a pobreza afeta a todos e se comprometem a alterar os estilos não-sustentáveis de produção e consumo para assegurar a erradicação da pobreza e da exploração da terra, mas afirmam que: os esforços para erradicar a pobreza não constituem um mandato para a degradação do meio ambiente, assim como os esforços para preservar e restaurar não devem ignorar as necessidades humanas básicas (MOREIRA, 1993, p. 35).

O principal produto do Fórum Global 92 foi a primeira versão da *Carta da Terra*<sup>27</sup>, que continha os objetivos e valores a serem compartilhados pelos povos no mundo. Já a Rio- 92 teve como um de seus resultados a elaboração da *Agenda 21*, que representa um programa de ações como objetivo de viabilizar um desenvolvimento econômico mais sensível social e ambientalmente.

Como o documento mais importante produzido na Conferência, a *Agenda 21* transformou-se na principal referência para o mundo sobre o paradigma de desenvolvimento moderno para outro de bases sustentáveis. Esse documento foi organizado em 40 capítulos, divididos em 4 seções: 1) *Dimensões sociais e econômicas* (estratégias de viabilização do desenvolvimento sustentável, combate à pobreza e miséria, promoção de saúde, qualidade de vida nos assentamentos humanos e mudanças nos padrões de consumo); 2) *Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento* (diretrizes para transição de matriz energética, proteção da atmosfera, do solo, das águas e todas as formas de recursos naturais, priorizando o combate ao uso de substâncias tóxicas e radioativas, à disposição desordenada dos resíduos sólidos e ao desmatamento); 3) *Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais* (medidas de incentivo à participação das mulheres, juventude, povos indígenas, sindicatos, comunidade científica e, principalmente, as Organizações Não-Governamentais – ONGs); 4) *Meios de implementação* (discute os mecanismos e instrumentos jurídicos e financeiros internacionais para a implantação e execução dos programas contidos no documento, a fim de promover o desenvolvimento sustentável).

---

<sup>27</sup> O lançamento oficial da *Carta da Terra* aconteceu em junho de 2000, no Palácio da Paz, em Haia na Holanda.

A *Agenda 21*<sup>28</sup> não tinha caráter normativo, não obrigava os países a cumprirem seus tratados; era um compromisso assumido pelos governos com os princípios e os programas contidos nela.

Muitos governos já implantaram leis adequadas para a conservação do próprio ambiente. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável, na escala do planeta, tem que ser acima de tudo social e cultural, ético e solidário, o que é sempre mais difícil de imaginar, neste mundo egoísta, xenófobo, em que nacionalismos, regionalismos, corporativismos, e outros 'ismos' acabam fazendo prevalecer interesses pequenos, de indivíduos, grupos, regiões, países, acima dos interesses comunitários, públicos, supra-nacionais, globais (CORDANI, 1992, p. 98-99).

Em relação à agricultura e o paradigma de desenvolvimento rural sustentável podem ser destacados, na *Agenda 21*, três capítulos que tratam diretamente desse tema. Um, refere-se ao *Cap. 14 – Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável*.

O principal objetivo do desenvolvimento rural e agrícola sustentável é aumentar a produção de alimentos de forma sustentável e incrementar a segurança alimentar. Isso envolverá iniciativas na área da educação, o uso de incentivos econômicos e o desenvolvimento de tecnologias novas e apropriadas, dessa forma assegurando uma oferta estável de alimentos nutricionalmente adequados, o acesso a essas ofertas por parte dos grupos vulneráveis, paralelamente à produção para os mercados; emprego e geração de renda para reduzir a pobreza; e o manejo dos recursos naturais juntamente com a proteção do meio ambiente. (...) Os principais instrumentos do desenvolvimento rural e agrícola sustentável são a reforma da política agrícola, a reforma agrária, a participação, a diversificação dos rendimentos, a conservação da terra e um melhor manejo dos insumos (CNUMAD, 1992).

Esse referencial é complementado pelas *Áreas de programas*, as quais possuem medidas para elaboração de estratégias, também orientadas no conteúdo do documento (base para a ação, objetivos, atividades e meios de implementação<sup>29</sup>).

Outro capítulo complementar ao citado anteriormente é o *Cap. 32 – Fortalecimento do papel dos agricultores*.

---

<sup>28</sup> *Agenda 21* ou *Agenda 21 Global* é o documento-base para a construção de Agendas nos países signatários. No caso do Brasil existe a *Agenda 21 Brasileira*, parâmetro para a elaboração das Agendas Locais (Estados e municípios).

<sup>29</sup> Esses itens estão presentes em todos os capítulos da *Agenda 21*, demonstrando a complexidade das questões presentes no documento.

Uma abordagem centrada no agricultor é a chave para alcançar a sustentabilidade tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento e muitas das áreas de programas da Agenda 21 estão voltadas para esse objetivo. Uma parte significativa da população rural dos países em desenvolvimento depende primariamente da agricultura de pequena escala, orientada para a subsistência e baseada no trabalho da família (CNUMAD, 1992).

De acordo com essa passagem, o desenvolvimento sustentável possui, na agricultura, baseada na família e na capacidade de segurança alimentar, uma das formas de construção de uma nova relação entre a exploração econômica da terra e a preservação dos recursos naturais. Para que a agricultura sustentável possa se tornar efetiva, tendo como protagonista a produção familiar, a *Agenda 21* deixa clara a importância do papel da ciência (*Cap. 35 – A ciência para o desenvolvimento sustentável*).

As ciências devem continuar desempenhando um papel cada vez mais importante no aumento da eficiência do aproveitamento dos recursos e na descoberta de novas práticas, recursos e alternativas de desenvolvimento. (...) Assim as ciências estão sendo cada vez mais compreendidas como um componente indispensável na busca de formas exequíveis de alcançar o desenvolvimento sustentável (CNUMAD, 1992).

Nessa perspectiva, o conhecimento científico deve ser responsável por formas renovadas de interação entre a agricultura e meio ambiente, para que novos patamares de produção – sensíveis com a natureza, socialmente justos e economicamente viáveis – sejam constituídos.

De acordo com as teses da *Agenda 21*, a superação das crises do desenvolvimento moderno está baseada na possibilidade de pensar a agricultura através da sustentabilidade (social, econômica e ambiental). Trata-se de gerenciar recursos que visam a conservação ambiental e a orientação de mudança tecnológica, de maneira a assegurar bem-estar e qualidade de vida para gerações presentes e futuras. “*O desenvolvimento sustentável parece querer dar a idéia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social*” (ALMEIDA, 2005, p. 15).

Em resumo, uma agricultura sustentável deve pautar-se pela ruptura à dependência de recursos externos que prejudicam o equilíbrio ambiental, econômico e social.

Esse processo necessita de estratégias construídas a partir de práticas alternativas, concebidas por novas relações sociais. As discussões sobre desenvolvimento sustentável encontram, nessas práticas, criadas em diferentes contextos, princípios de considerável relevância para construção de sua base teórica. Abaixo estão descritas, resumidamente, alguns tipos de agricultura alternativa.

<b>BIODINÂMICA</b>	A agricultura, como parte desta visão de mundo, é entendida a partir das influências cósmicas no desenvolvimento das plantas e animais, e da interação de forças espirituais.
<b>AGRICULTURA BIOLÓGICA</b>	A ênfase nas práticas agrícolas recai sobre o manejo dos solos, fertilização e rotação de culturas. Seus adeptos sugerem a incorporação de rochas moídas no solo e, principalmente, adubação orgânica, necessariamente de origem animal.
<b>AGRICULTURA ORGÂNICA</b>	A base da sustentabilidade da agricultura é a conservação da fertilidade do solo, chamando a atenção para o papel fundamental da matéria orgânica e dos microorganismos do solo, e para a necessidade de integração entre a produção vegetal e animal como condição para manter ou recuperar a fertilidade do solo.
<b>AGRICULTURA NATURAL</b>	Com uma estratégia de intervenção mínima do homem nos processos da natureza – ausência de aração, capinas, uso de fertilizantes e pesticidas - essa proposta dispensa em grande parte um planejamento centralizado do processo produtivo para realizar práticas de manejo.
<b>PERMACULTURA</b>	Um sistema evolutivo integrado de espécies vegetais e animais perenes ou auto-perpetuadas úteis ao homem. É a prática de uma "agricultura da mente", no sentido de ser pensada e planejada conscientemente, tanto em termos espaciais quanto de evolução da sucessão ecológica.

Fonte: Paulus (1999).

### **Quadro 3 – Tipos de Agricultura alternativa**

Essas correntes de agricultura alternativa foram importantes para questionar o padrão tecnológico moderno e abrir espaço para a pesquisa científica de um modelo de produção adequado ao contexto sócio-ambiental atual.

A emergência de movimentos ambientalistas e a preocupação com a qualidade dos alimentos consumidos, surgida justamente nos e a partir dos países mais desenvolvidos, provocou uma contestação social das formas de produção conhecidas como 'padrão moderno' de agricultura, implantado a partir da Revolução Verde, introduzindo o debate em torno do que se convencionou chamar de *agricultura sustentável* (PAULUS, 1999, p. 119).

Ao agregar diferentes concepções, a agricultura sustentável necessitava incorporar novos conceitos e práticas que articulassem a produção (enquanto técnicas) às relações sociais. Essa articulação teria como resultado a conservação dos recursos naturais a

médio e longo prazos, menor dependência em relação a recursos externos (insumos e equipamentos), produção com nenhum ou o mínimo de impacto ambiental, estabilidade e diversificação da produção, segurança alimentar e reprodução social das famílias e dos grupos coletivos.

Dentro dessa perspectiva conceitual de sustentabilidade, a mudança do modelo de agricultura moderna para diversificados estilos de agricultura sustentável está intimamente relacionada ao desenvolvimento de uma nova ciência imbuída de princípios e práticas que visam à construção de um novo paradigma de produção.

O que se requer, então, é uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, que construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local, enquanto, ao mesmo tempo, se exploram conhecimentos e métodos ecológicos modernos. Essa abordagem é configurada na ciência da Agroecologia que é definida como *a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis*. A Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000, p. 54).

Essa base científico-tecnológica visa, essencialmente, produzir um novo modo de relacionamento do homem com meio ambiente, através de práticas que proporcionem um desenvolvimento abrangente da sustentabilidade. Isso demonstra que a modernização pode percorrer um caminho diferente, incorporando dimensões econômicas, sociais e ambientais, que podem alavancar um novo processo rumo a uma agricultura de base ecológica. A relação entre desenvolvimento sustentável e agroecologia está na busca da diminuição dos “(...) *riesgos ambientales y económicos y mantienen la base productiva de la agricultura através del tiempo*” (HECHT, 1991, p. 02).

O termo agroecologia vem sendo usado desde os anos 70, porém sua prática pode ser resgatada desde as origens da agricultura. O manejo agrícola de indígenas e camponeses, através da relação direta com elementos objetivos e subjetivos, regulava a produção de acordo com os conhecimentos acumulados e as necessidades imediatas de consumo. A agricultura era pautada por uma lógica interna de funcionamento, reproduzida e transmitida pelos saberes locais (HECHT, 1991). O processo histórico de acumulação

capitalista desarticulou esses conhecimentos, gerando uma padronização construída externamente. Os saberes tradicionais foram marginalizados pelo produtivismo e pela rentabilidade econômica, condição da agricultura moderna.

La agroecología há surgido como un enfoque nuevo al desarrollo agrícola más sensible a las complejidades de las agriculturas locales, al ampliar los objetivos y criterios de agrícolas para abarcar propiedades de sustentabilidad, seguridad alimentaria, estabilidad biológica, conservación de los recursos u equidade junto con el objetivo de una mayor producción (ALTIERI; YURJEVIC, 1991, p. 33).

A agroecologia surge como uma ciência pautada por conceitos, princípios e metodologias, que busca a autonomia dos trabalhadores rurais marginalizados pela exploração da agricultura moderna, reunindo “(...) *ideas sobre un enfoque de la agricultura más ligado al medio ambiente y más sensible socialmente; centrada no solo en la producción sino también en la sostenibilidad ecológica del sistema de producción*” (HECHT, 1991, p. 04).

Para associar as questões ambientais e sociais, a agroecologia incorpora outras dimensões da prática agrícola, buscando no saber tradicional (camponês e indígena) os princípios para a construção de novos conhecimentos, aliados com o avanço científico. Guivant (1997) afirma que a análise sobre agroecologia e desenvolvimento sustentável não deve reproduzir a mesma dicotomia da agricultura moderna, estabelecendo uma conceituação sobre conhecimento local, participativo e holístico, que se opõe ao conhecimento científico da agricultura moderna (difusionista, parcial e predatório). Segundo a autora, a base epistemológica e política da agroecologia é resultado de um conjunto de processos, os quais passam a constituir um conhecimento heterogêneo, que dá significado local às tecnologias disponíveis. Seguindo esse princípio, seriam redefinidas as relações entre conhecimento científico e conhecimento local no desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

A agroecologia não busca um retorno ao passado, mas sim estabelecer elos com o processo produtivo tradicional, isento de recursos externos da agricultura moderna. Estratégias importantes para essa relação são a contextualização e a apreensão da diversidade. Para isso, deve-se buscar o enfoque local, considerando a grande heterogeneidade ecológica e sócio-econômica existente (ALTIERI; YURJEVIC, 1991; GUIVANT, 1997; SEVILLA GUZMÁN, 2001).

Para estabelecer uma demarcação conceitual para a agroecologia é necessário frisar as diferenças em relação às agriculturas alternativas desenvolvidas durante o século XX. A conceituação de agroecologia como sendo práticas “limpas”, livres de

agrotóxicos ou uma tecnologia de produção orgânica (por exemplo), é uma interpretação reducionista. Sua contribuição vai além desses limites, sendo considerada, atualmente, como o principal fundamento do desenvolvimento rural sustentável.

(...) a distinção entre Agroecologia e estilos de agricultura ecológica é de suma importância em relação a outros estilos de agricultura que, embora apresentando denominações que dão a conotação da aplicação de práticas, técnicas e/ou procedimentos que visam atender certos requisitos sociais ou ambientais, não necessariamente terão que lançar ou lançarão mão das orientações mais amplas emanadas do enfoque agroecológico. A título de exemplo, não podemos, simplesmente, entender a agricultura ecológica como aquela agricultura que não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo. No limite, uma agricultura com esta característica pode corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida, cujos praticantes não têm ou não tiveram acesso aos insumos modernos por impossibilidade econômica, por falta de informação ou por ausência de políticas públicas adequadas para este fim. Ademais, opção desta natureza pode estar justificada por uma visão estratégica de conquistar mercados cativos ou nichos de mercado que, dado o grau de informação que possuem alguns segmentos dos consumidores a respeito dos riscos embutidos nos produtos da agricultura convencional, supervalorizam economicamente os produtos ditos ‘ecológicos’, ‘orgânicos’ ou ‘limpos’, o que não necessariamente assegura a sustentabilidade dos sistemas agrícolas através do tempo (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 74).

Diferentemente dos movimentos de agricultura alternativa, a agroecologia se situa no campo da ciência (disciplina científica<sup>30</sup>), agregando conhecimentos de natureza multidisciplinar, que se propõem a contribuir para a construção de uma agricultura de base ecológica. A referência para essa agricultura é a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, como resultado do estudo e aplicação de conceitos (de bases ecológicas) no manejo dos sistemas agrícolas<sup>31</sup> (GLIESSMAN, 2000). A unidade de análise da ciência agroecológica, a qual são aplicadas pesquisas multidisciplinares (agronomia, biologia, antropologia, entre outras) sob uma perspectiva ecológica sustentável, se assenta na interação entre a produção agrícola e o ecossistema, conceituado de agroecossistema.

El resultado de la interacción entre característica endógenas, tanto biológicas como ambientales en el predio agrícola y de factores exógenos tanto sociales como económicos, generan la estructura particular del agroecossistema. (...)

<sup>30</sup> “(...) la agroecología como una disciplina que provee los principios ecológicos básicos para estudiar, diseñar y manejar agroecosistemas que sean productivos y conservadores del recurso natural, y que también sean culturalmente sensibles, socialmente justos y económicamente viables” (ALTIERI, 1999, p. 09).

<sup>31</sup> “Los sistemas agrícolas son una interacción compleja entre procesos sociales externos y internos, u entre procesos biológicos y ambientales” (HECHT, 1991, p. 05).

Los agroecosistemas son ecosistemas semi-domesticados que se ubican en un gradiente entre una serie de ecosistemas que han sufrido un mínimo de impacto humano (...) (HECHT, 1991, p. 05).]

A análise científica produzida deve ser compatibilizada com as especificidades do conhecimento tradicional, sem questionar sua lógica imcaracterísticas locais do agroecossistema<sup>32</sup>, identificando elementos que permitam um manejo agrícola adequado, os quais impulsionem uma produção sustentável.

(...) esta agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política dos seus atores e permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, numa perspectiva temporal de longo prazo que inclua tanto a presente como as futuras gerações (...) (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 73).

A agroecologia se apresenta como a principal alternativa para a transição da agricultura convencional e degradante, para uma agricultura ecológica baseada nos princípios da sustentabilidade. Esse pressuposto deve considerar diferentes dimensões, que articuladas, orientam a busca crescente do desenvolvimento sustentável.

(...) a construção do desenvolvimento rural sustentável, a partir da aplicação dos princípios da Agroecologia, deve assentar-se na busca de contextos de sustentabilidade crescente, alicerçados em algumas dimensões básicas. (...) entendemos que as estratégias orientadas à promoção da agricultura e do desenvolvimento rural sustentáveis devem ter em conta seis dimensões relacionadas entre si, quais sejam: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível) (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 76).

A agroecologia assume um papel potencializador na mudança da matriz de produção moderna, inserindo viés social e ambiental no processo. Isso se reflete na alteração das práticas produtivas, ou melhor, na conversão para agroecossistemas sustentáveis. A transição da agricultura convencional, erguida sobre pilares econômicos, para a agricultura ecológica, é um processo a médio e longo prazos, que assimila técnicas e princípios coerentes com autonomia, estabilidade, produtividade e qualidade de vida dos agricultores. anente ou

modificar completamente as características locais do agroecossistema<sup>32</sup>, identificando elementos que permitam um manejo agrícola adequado, os quais impulsionem uma produção sustentável.

(...) esta agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política dos seus atores e permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, numa perspectiva temporal de longo prazo que inclua tanto a presente como as futuras gerações (...) (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 73).

A agroecologia se apresenta como a principal alternativa para a transição da agricultura convencional e degradante, para uma agricultura ecológica baseada nos princípios da sustentabilidade. Esse pressuposto deve considerar diferentes dimensões, que articuladas, orientam a busca crescente do desenvolvimento sustentável.

(...) a construção do desenvolvimento rural sustentável, a partir da aplicação dos princípios da Agroecologia, deve assentar-se na busca de contextos de sustentabilidade crescente, alicerçados em algumas dimensões básicas. (...) entendemos que as estratégias orientadas à promoção da agricultura e do desenvolvimento rural sustentáveis devem ter em conta seis dimensões relacionadas entre si, quais sejam: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível) (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 76).

A agroecologia assume um papel potencializador na mudança da matriz de produção moderna, inserindo viés social e ambiental no processo. Isso se reflete na alteração das práticas produtivas, ou melhor, na conversão para agroecossistemas sustentáveis. A transição da agricultura convencional, erguida sobre pilares econômicos, para a agricultura ecológica, é um processo a médio e longo prazos, que assimila técnicas e princípios coerentes com autonomia, estabilidade, produtividade e qualidade de vida dos agricultores.

---

<sup>32</sup> “Odum (1984) describe 4 características principales de los agroecosistemas: 1. Los agroecosistemas requieren fuentes auxiliares de energía, que pueden ser humana, animal y a combustible para aumentar la productividad de organismos específicos. 2. La diversidad puede ser muy reducida en comparación con la de otros ecosistemas. 3. Los animales y plantas que dominan son seleccionados artificialmente y no por selección natural. 4. Los controles del sistema son, en su mayoría, externos y no internos ya que se ejercen por medio de retroalimentación del subsistema” (HECHT, 1991, p. 05).

Como propósito mais geral, está a passagem dos atuais padrões de desenvolvimento rural ou de sistemas de produção de baixa sustentabilidade para modelos de agricultura e de manejo rural que privilegiem e incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Isso implica não somente a busca de maior racionalização produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos. A Agroecologia, como campo de estudos de caráter multidisciplinar, integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como saberes populares, permitindo justamente que se construam estratégias e condições para apoiar esse processo de transformação, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade a médio e longo prazos (COSTABEBER, 2006, p. 04).

Segundo Costabeber (2006), a transição agroecológica é um processo lento e gradual imbuído pela mudança de valores e inserção das famílias e das comunidades na construção de alternativas viáveis para a localidade. A conversão da base produtiva deve ter um caráter participativo nas decisões sobre a melhoria das condições sócio-econômicas e ambientais. Isso é possível devido ao reconhecimento da diversidade social, cultural e ecológica das localidades.

A Agroecologia, que propõe o desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais, necessita utilizar, na maior medida possível, os elementos de resistência específicos de cada identidade local. (...) Se trata, pois, de criar e avaliar tecnologias autóctones, articuladas com tecnologias externas que, mediante o ensaio e a adaptação, possam ser incorporadas ao acervo cultural dos saberes e ao sistema de valores próprio de cada comunidade (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 36-37).

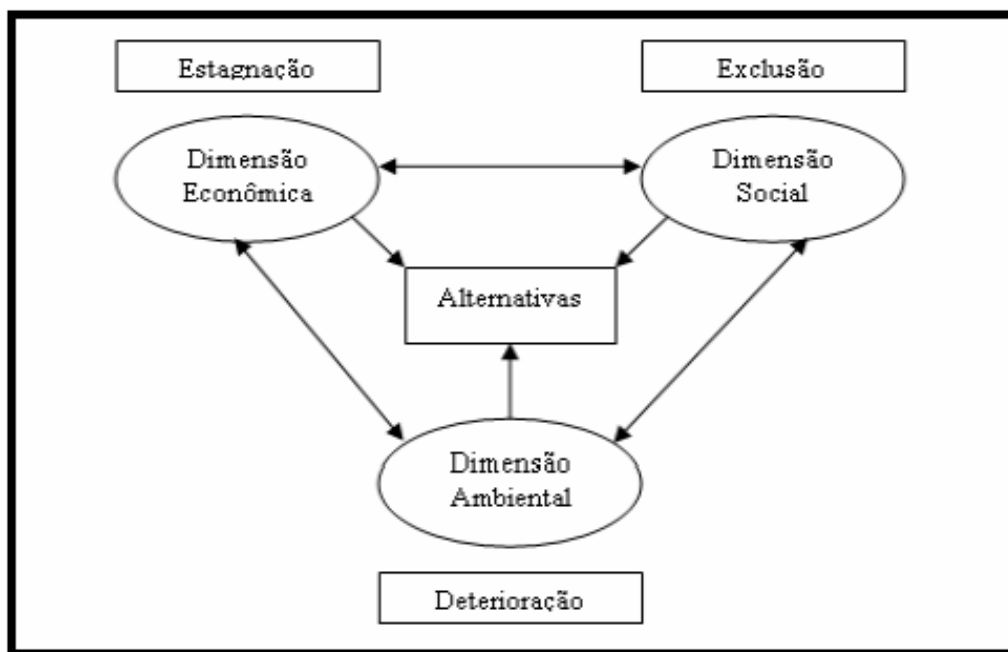
Para que a transição agroecológica seja bem-sucedida, é preciso integrar esforços que visem ao avanço tecnológico e à ampliação das esferas participativas locais. *“Quando as respostas são adequadas à localidade (comunidade) e a suas condições concretas e específicas, se produz a geração de um potencial endógeno, evidenciando as próprias possibilidades e limitações”* (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 41). A interação com os conhecimentos locais permite maiores condições de rompimento dos limites práticos da transição agroecológica. Podem ser destacados, fundamentalmente, três níveis básicos para análise da transição para agricultura ecológica.

<b>SISTEMA CONVENCIONAL</b>	Redução do uso de insumos químicos, por razões econômicas ou outras, sem preocupar-se com a adoção de insumos ou práticas alternativas.
<b>PRÁTICAS ALTERNATIVAS</b>	Substituição de insumos químicos (adubos químicos e agrotóxicos) por insumos alternativos de base ecológica.
<b>REDESENHO DOS AGROECOSSISTEMAS</b>	Além do processo de substituição de insumos, vêm realizando o redesenho de suas propriedades, a partir de um enfoque ecológico e sistêmico (realizando simultaneamente e de forma integrada, diversos processos, tais como: manejo ecológico do solo, rotação e diversificação de culturas, integração de sistemas agrícolas e de criação animal, florestamento e reflorestamento conservacionista, manejo de sistemas agroflorestais, entre outras técnicas e práticas agrícolas de base ecológica).

Fonte: Caporal e Costabeber (2002).

**Quadro 4** – Níveis básicos de transição para agroecossistemas sustentáveis.

O conhecimento local é necessário para a mudança gradual das referências tecnológicas e culturais produzidas e reproduzidas pela modernização da agricultura. Para ultrapassar cada etapa de mudança nas práticas e relações, é importante estabelecer um processo multidimensional, que ultrapasse a orientação econômica da produção (voltada para atender ao mercado) e abra espaço para as dimensões social e ambiental. A análise multidimensional permite compreender diferentes influências, atuando num contexto específico.



Fonte: Costabeber e Moyano (2000, p. 53).

**Figura 2** – Análise multidimensional da sustentabilidade.

As múltiplas influências entre essas três dimensões articuladas proporcionam maiores condições de sustentabilidade no agroecossistema. O equilíbrio multidimensional estabelece uma relação de resistência à exclusão social, à degradação dos recursos ambientais e à fragilidade econômica.

Segundo Costabeber e Moyano (2000), a transição agroecológica está se desenvolvendo impulsionada por dois processos complementares: a ecologização e ação coletiva. O primeiro representa a mudança das práticas agrícolas mediante a substituição de recursos externos (insumos químicos e equipamentos), a adequação aos ciclos naturais do agroecossistema e a incorporação de tecnologias “verdes” para manejo da produção. O segundo está associado à adesão de produtores à agroecologia enquanto projeto coletivo, visando os interesses sociais compartilhados e a mudança de valores em torno de uma alternativa para o contexto local. Devido a essa questão, alguns limites são impostos no processo, constituindo-se desafios a serem superados<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> A transição agroecológica exige um encadeamento de ações, que, no Brasil, ainda está em fase inicial. As iniciativas de maior destaque estão localizadas no Rio Grande do Sul, através dos trabalhos da EMATER/ASCAR do Estado.

Uma vez mais, a atual condição de marginalização e exclusão de certos grupos sociais e a necessidade urgente que há em se obter resultados no plano da reprodução social constituem fatores que jogam contra a capacidade de afirmação dessas novas idéias (...) (ALMEIDA, 1998, p. 242)

Pela carência dos agricultores afetados pela modernização da agricultura, soluções de médio e longo prazos podem encontrar resistência, devido às necessidades imediatas de melhoria das condições sócio-econômicas<sup>34</sup>. Além da dimensão econômica, podem ser destacadas outras dificuldades relativas à conversão da matriz tecnológica de produção: a) operacionalidade do trabalho; b) conhecimento técnico de como produzir; c) produção em escala ampliada. Isso demonstra que a transição depende do papel de mediadores que incentivam a mudança e proporcionem ferramentas técnicas para a aplicabilidade na produção (PAULUS, 1999).

O papel das políticas públicas é importante para o processo, seja através da mudança no paradigma extensionista, seja pelo incremento de crédito direcionado para essa prática específica. No Rio Grande do Sul existe um exemplo de iniciativa governamental para apoiar a mudança das bases tecnológicas modernizantes, a partir de um novo enfoque de intervenção: a “Nova Extensão Rural”.

(...) constitui-se num esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis. Na realidade, se trata de um enfoque de intervenção rural oposto ao difusionismo reducionista homogeneizador que, desde meados do século XX, auxiliou a implantação do modelo de agricultura de tipo Revolução Verde (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 17).

A também chamada “Extensão Rural Agroecológica” vem sendo construída com o objetivo de buscar, junto às populações rurais, a formação de contextos de sustentabilidade, para resgatar a autonomia dos trabalhadores e recuperar formas de organização e saber local. Em 2004, o Governo Federal elaborou a *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural* (PNATER), sob responsabilidade do Ministério do

---

<sup>34</sup> Essas condições estão associadas, também, à reconstrução ativa do mercado local (feiras, rede de consumidores “conscientes”, supermercados, etc.). Os produtos agroecológicos devem ser inseridos em circuitos mercantis (curtos e longos), viabilizando economicamente a produção. Essa discussão será retomada na próxima seção.

Desenvolvimento Agrário. A PNATER foi construída através de uma articulação de instituições públicas, organizações civis, movimentos sociais e lideranças de organizações de agricultores familiares. *“Essa Política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável (...)”* (BRASIL, 2004, p. 03). Dentre seus princípios está o rompimento com o modelo extensionista baseado na difusão do conhecimento e nos pacotes da Revolução Verde e a adoção da agroecologia como paradigma tecnológico. Segundo o documento, as atividades de assistência técnica e extensão rural devem partir da análise dos diferentes agroecossistemas, da diversidade cultural e condições socioeconômicas, devendo desempenhar o papel de facilitadores através de metodologias participativas.

(...) as ações da Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais (BRASIL, 2004, p. 07).

O objetivo geral da PNATER tem como eixo orientador das ações a agroecologia, potencializadora do desenvolvimento sustentável no meio rural. Essa referência é a base de formação dos agentes (extensionistas e assessores técnicos) para a transição agroecológica em contextos locais.

Em relação às linhas de crédito, a situação adquiriu novos contornos nos últimos anos. As políticas de financiamento, que articulavam os recursos à utilização de insumos modernos (crédito de custeio), além de vincular a compra de máquinas (destinadas à produção) ao “receituário” dos pacotes tecnológicos (crédito de investimento), foram relativamente flexibilizadas com a inserção de uma nova modalidade de PRONAF. A produção ecológica, que não encontrava meios de obter crédito, foi “beneficiada”, em 2003, com a criação do PRONAF Agroecologia.

Para operar o Pronaf Agroecologia, por exemplo, os agricultores que tencionavam o crédito foram obrigados a apresentar projetos de conversão das propriedades que tivessem a duração de três anos. Nesses projetos, deveriam estar claramente indicadas, ano a ano, as etapas de substituição de práticas convencionais por práticas agroecológicas (WEID, 2006, p. 20).

Apesar dessa inovação, as exigências governamentais obrigavam os agricultores a apresentar um planejamento de transição a curto prazo, o que não é compatível com os elementos de conversão agroecológica. Isso dificultou o acesso ao crédito por grande parte dos produtores, os quais não conseguiram atender as condições de financiamento. Diante desse quadro, essa modalidade de PRONAF apresenta-se inadequada à produção agroecológica no país, cujas práticas estão, em sua maioria, em processo de avaliação e aperfeiçoamento.

Além das questões conceituais, políticas e técnicas do desenvolvimento rural sustentável, a agroecologia, enquanto oposição à agricultura moderna, assume um papel de contestação social, apropriada pelos movimentos sociais: ambiental e de luta pela terra.

A reforma agrária é uma das políticas públicas defendidas pelo movimento agroecológico nacional, vista como uma das condições fundamentais para se alcançar um desenvolvimento rural sustentável. Por sua parte, os movimentos de luta pela terra – em especial o MST – vêm crescentemente incorporando o enfoque agroecológico como paradigma para a estruturação técnico-econômica dos assentamentos. (...) Além disso, colocam em evidência estratégias produtivas já existentes nos assentamentos, que poderão ser potencializadas através de processos de transição agroecológica (CINTRÃO, 2005, p. 34).

Ao longo da segunda metade da década de 90, a agroecologia, de forma incipiente, esteve presente no discurso do MST e orientou práticas agrícolas em alguns assentamentos rurais. A partir da virada do século, ela torna-se uma “bandeira de luta”, um instrumento de contestação do modelo agrário dominante. Essa proposta alternativa materializa-se em experiências de produção ecológica em assentamentos rurais em diferentes regiões do país.

#### **4.3 ASSENTAMENTOS RURAIS E O NOVO ENFOQUE PRODUTIVO**

O principal marco da mudança do paradigma de produção, adotado pelo MST desde a sua criação, foi a realização do 4º Congresso Nacional do MST<sup>35</sup>, em agosto de

---

<sup>35</sup> O I Congresso nacional do MST foi realizado em Curitiba, em janeiro de 1985. A realização do II Congresso Nacional foi na cidade de Brasília, em maio de 1990. O III Congresso Nacional, em julho de 1995, realizado,

2000, na cidade de Brasília. Foram firmados no Congresso os compromissos que o Movimento assumiria, ligados à questão ambiental.

1. Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
2. Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
3. Produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
4. Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
5. Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.
6. Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores etc.
7. Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
8. Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza.
9. Lutar contra o latifúndio pra que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.
10. Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras (JST, 2000a, s.p.).

Nesse evento foram construídas as novas bases de luta política e das práticas produtivas, voltadas essencialmente para a agroecologia, a qual passou a ser o principal enfoque do projeto de transformação social almejado pelo Movimento. Os novos princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável foram direcionados para os assentamentos rurais, iniciando as estratégias de transição agroecológica.

A transição da matriz tecnológica encontra na organização coletiva do Movimento um espaço promissor. Apesar das divergências do projeto de cooperação agrícola do MST, relativo à destituição do saber local, as iniciativas de coletivização do trabalho e de ação coletiva (nas mobilizações) podem constituir estratégias importantes para a produção agroecológica.

A mudança de paradigma de produção depende, fundamentalmente, de uma mudança de princípios no MST, pois o saber camponês (tradicional), considerado até então como um entrave para o desenvolvimento dos assentamentos, passou a ser resgatado e valorizado. A partir dele são construídas estratégias de acordo com as especificidades locais, considerando a grande diversidade de cenários em diferentes regiões do país. A abordagem da sustentabilidade econômica, social e ambiental, está embasada na “(...) *importância do desenvolvimento local ou endógeno, destacando a necessidade de construção e reconstrução do conhecimento local, como estratégia básica para processos de transição agroecológica*” (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 35).

---

também, em Brasília. No IV Congresso Nacional do MST, o tema escolhido foi “*Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndios*” (JST, 2000, s.p.).

A importância da organização coletiva é, sem dúvida, inquestionável para a realidade dos assentamentos rurais. O que se deve atentar é a forma de organização (ou cooperação) do trabalho e a grande heterogeneidade presente no campo. De acordo com esses elementos, que a agroecologia é proposta, como principal vetor para o desenvolvimento local.

Aqueles que idealizam esse tipo de agricultura têm razões para pensar que, em se aliando a um projeto de desenvolvimento local, descentralizado, que privilegie a diversidade em cada meio, estão exprimindo novas aspirações, novas formas de sociabilidade, uma vontade em promover outros modos de desenvolvimento econômico e social, que seriam mais ‘controláveis’ e aceitos porque são espacialmente circunscritos, cultural e tecnicamente fundados na ‘experiência do tempo’ (ALMEIDA, 1998, P. 240-241).

Nesse sentido, o assentado é responsável pelo seu tempo e pelas ações que direcionam a vida cotidiana e a produção agrícola. A construção a partir da cultura local remete a maior adequação das práticas às necessidades básicas de trabalho, desde fenômenos naturais, técnicas de plantio e manejo do solo até organização coletiva do trabalho e segurança alimentar da família. *“As práticas agroecológicas nos remetem à recuperação dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido da existência”* (LEFF, 2002, p. 36). O conhecimento tradicional aliado a tecnologias e processos modernos de base ecológica são os principais elementos constitutivos da agroecologia. Seu enfoque científico possibilita uma articulação das formas de sustentabilidade, construídas localmente, às estratégias modernas de produção, para maior viabilidade econômica, equidade social e preservação ambiental no meio rural.

As práticas agroecológicas resultam culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, pois se constroem sobre o conhecimento agrícola tradicional, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna. As técnicas resultantes são ecologicamente apropriadas e culturalmente apropriáveis; permitem a otimização da unidade de produção através da incorporação de novos elementos às práticas tradicionais de manejo, elevando a produtividade e preservando a capacidade produtiva sustentável (...) (LEFF, 2002, p. 41).

A construção da “teoria da organização do campo” na década de 80 foi negativa para as formas de conhecimento e organização sociais locais (campesinato). A

incorporação das práticas da modernização agrícola pelo MST, através da coletivização do trabalho, tinha como premissa combater o saber tradicional e constituir um novo sujeito (“sem terra”) dotado de características virtuosas, fundamentais para o desenvolvimento econômico e para superação da sociedade capitalista. Por mais de uma década de existência, o MST refutou a importância do conhecimento camponês para a organização do trabalho e da produção nos assentamentos rurais. Mobilizou forças para suprimir esse saber, gerando resistências e rupturas por parte dos assentados. Como já visto anteriormente, a construção de um projeto único de desenvolvimento para diferentes contextos não encontrou terreno fértil nos assentamentos rurais. *“É por isto que os processos de modernização, como forma de agressão, que impõem uma homogeneidade sociocultural são rechaçados por aqueles grupos e indivíduos que mantêm uma lógica de funcionamento de natureza endógena”* (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 41).

O MST, através da agroecologia como matriz tecnológica de produção, redefine suas estratégias de organização voltadas para a localidade, e inicia o processo de transição do padrão moderno à agricultura sustentável. Esse processo passa a necessitar da conjugação de vários elementos, principalmente do papel dos mediadores e da ação coletiva. Historicamente, a ação coletiva é uma das principais características do MST, que utiliza desse recurso para a organização de mobilizações, passeatas, ocupações e acampamentos.

As ações sociais coletivas são, pois, ao mesmo tempo, o resultado e a causa do processo de transição em direção à conformação de estilos de agricultura de base ecológica. (...) O processo de ação social coletiva se transforma, assim, de "conseqüência" a "motor" do processo de transição agroecológica, dependendo de seu êxito o alcance de resultados econômicos, sociais e ambientais que assegurem a continuidade do processo de mudança (COSTABEBER; MOYANO, 2000, p. 58).

Além da ação coletiva, a transição necessita da intervenção de mediadores, que construam, em conjunto com os assentados, as estratégias de desenvolvimento compatíveis com as localidades. O papel do próprio MST e da extensão rural pública (PNATER) são fundamentais para o processo de ecologização das práticas agrícolas. Essa intervenção requer uma mudança no difusionismo tecnológico da extensão rural<sup>36</sup> (propagado

---

<sup>36</sup> Segundo Costa Neto (1999), os assentados solicitavam ao governo uma assistência técnica realmente comprometida com os objetivos traçados pelo Movimento (MST), sendo escolhida pelos assentados e, preferencialmente, que residissem no assentamento. Esses técnicos seriam responsáveis por estimular uma produção familiar menos dependente do modelo capitalista e mais comprometida com a preservação e recuperação dos recursos naturais.

por várias décadas) e na estrutura organizativa do MST, que vinha direcionando estratégias de desenvolvimento desvinculadas das especificidades locais. Para que a agroecologia seja consolidada nos assentamentos rurais, através da ecologização das práticas agrícolas e ação coletiva, “(...) *as intervenções externas devem garantir a abertura de espaços na administração que permitam a efetiva participação dos atores locais*” (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 43).

A transição agroecológica é um processo em construção com resultados a médio e longo prazos, em busca de novas possibilidades e estratégias para romper as barreiras rumo a sustentabilidade no meio rural. Nesse sentido, o MST intensifica os esforços para que essa mudança seja o principal enfoque de desenvolvimento nos assentamentos rurais. Um importante passo nesse sentido foi o Projeto de Formação e Educação Ambiental, cujo “(...) *objetivo é implementar uma reforma agrária sustentável nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro (...)*” (COSTA NETO; CANAVESI, 2002, p. 210).

O MST lançou em nove de novembro do ano passado (...) o projeto de Formação e Educação Ambiental. O objetivo é adotar uma reforma agroecológica em seus assentamentos rurais no estado (...). (...) O MST espera criar um novo modelo de agricultura, que seja produtivo socialmente, não excludente e que assegure a preservação ambiental (JST, 2001, s.p.).

Nesse projeto era previsto a articulação entre elementos técnicos e pedagógicos, com elaboração de cartilhas e informativos, assistência técnica especializada, unidades experimentais de produção e campanhas de conscientização ambiental. Essa proposta visava à incorporação de um novo paradigma agrícola, pautado pelo desenvolvimento de estratégias locais rumo à produção sustentável. “*É necessário frisar que deve caber ao projeto de formação (agroecológica) e educação ambiental a responsabilidade de discutir com os assentados as bases desse novo modelo tecnológico*”. A participação coletiva é um princípio básico para que um projeto dessa envergadura adquira consistência na prática. “*Utilizar, de modo participativo, as instâncias associativas e cooperadas dos assentamentos rurais parece ser o caminho mais indicado para levar adiante um projeto agroecológico sustentável*” (COSTA NETO; CANAVESI, 2002, p. 211-212).

A continuidade do projeto agroecológico do MST estava associada a condução de políticas governamentais e a possibilidade de criação de novos assentamentos rurais. Durante o processo de mudança da matriz de produção, o contexto político institucional apontava para uma modificação significativa nas políticas de reforma agrária.

Com a eleição de Lula (PT) em 2003, aliado histórico do Movimento, as organizações de base esperavam que o governo dinamizasse as desapropriações para fins de reforma agrária e estimulasse, através de incentivos públicos, um caminho alternativo para os assentamentos rurais. Em seu primeiro ano de mandato foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, com metas audaciosas, mas com aplicabilidade bastante restrita<sup>37</sup>. “O II PNRA expressa seu compromisso com uma Reforma Agrária massiva ao estabelecer como meta assentar 400.000 novas famílias no período 2003-2006” (BRASIL, 2003, p. 20).

**Tabela 2** – Dados relativos à implementação de assentamentos rurais (1995-2002) e à projeção para o quadriênio 2003-2006.

ANO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	GASTOS COM OBTENÇÃO (R\$)	MÉDIA FAMÍLIAS ASSENTADAS POR ANO
1995	30.716	2.149.449.582	
1996	41.717	1.236.908.756	
1997	66.837	1.939.626.283	59.503
1998	98.740	1.548.156.235	
<b>TOTAL</b>	<b>238.010</b>	<b>6.874.140.856</b>	
1999	99.201	938.091.299	
2000	69.929	406.224.856	71.593
2001	73.754	331.501.430	
2002	43.486	379.641.299	
<b>TOTAL</b>	<b>286.370</b>	<b>2.055.458.884</b>	
2003	30.000	400.000.000	100.000
2004	115.000	1.461.664.845	
2005	115.000	1.461.664.845	
2006	140.000	1.827.081.056	
<b>TOTAL</b>	<b>400.000</b>	<b>5.150.410.766</b>	

Fonte: Brasil (2003).

No período que antecedeu a elaboração do Plano, o MST enviou uma série de sugestões ao governo Lula, no intuito de abrir um espaço de discussão para uma proposta de reforma agrária viável à realidade rural brasileira.

Em 2003, com a eleição de Lula para a presidência da República, o MST buscou um diálogo com o governo para a articulação de uma nova proposta de reforma agrária. O encontro com o presidente foi para a entrega do documento ‘Propostas para a reforma Agrária’, com reflexões para contribuir com o governo federal na elaboração urgente de um Plano Nacional de Reforma Agrária, como determina a lei (JST, 2003, s.p).

<sup>37</sup> A previsão de famílias assentadas superava as realizações dos governos anteriores.

Todavia, a vitória do PT praticamente não trouxe conquistas para a reforma agrária no país. O desempenho das políticas governamentais ficou aquém das expectativas do MST (e de outras organizações como a CONTAG, CUT e demais movimentos sociais de luta pela terra), indicando um cenário de continuidade dos governos anteriores. Durante o governo Lula, a reforma agrária foi extremamente tímida, comparada às pretensões do Movimento. A mudança no enfoque político, almejada pelos movimentos sociais não ocorreu na prática. Dessa forma, as mobilizações prosseguiram e o MST continuou a estruturar as estratégias de ocupações, acampamentos e atos públicos em todas as regiões do Brasil.

Apesar dos obstáculos, o MST continuou a organização dos assentamentos rurais, voltando seus esforços para consolidar a transição para a produção agroecológica. Uma das estratégias foram os cursos voltados para a agroecologia e desenvolvimento sustentável, como uma forma inserir um novo modelo de produção através de conceitos e práticas pedagógicas.

De 6 de março a 5 de maio, 42 agricultores dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rondônia e Mato Grosso do Sul participaram de Curso Prolongado em Agroecologia e Gestão Sócioambiental na escola José Gomes da Silva, localizada no Assentamento Antônio Tavares na cidade de São Miguel do Iguaçu, sudoeste do Paraná. (...) Este curso teve como objetivo ser uma experiência piloto para montar o curso em Nível Médio e Pós-Médio em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, em parceria com universidades do Estado. (...) O curso contou ainda com visitas técnicas a diversas cooperativas da região para conhecer as experiências de produção, e comercialização de produtos agroecológicos (JST, 2001b, s. p.). A escola agrícola '25 de maio', situada no Assentamento Vitória da Conquista, no município de Fraiburgo, após muitas lutas e discussões envolvendo a comunidade dos cinco assentamentos que a circundam, conquistou a primeira escola de ensino médio do MST no Estado. (...) O sonho coletivo se tornou realidade em 2 de setembro, através da implantação do curso com parte diversificada contemplando disciplinas agropecuárias voltadas à agroecologia que, dentre vários objetivos, luta por uma identidade própria das escolas (...) baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, na valorização da cultura camponesa (...) (JST, 2002a, s.p.).

Iniciativas relacionadas ao processo educativo evidenciam esforços nesse sentido, como os cursos do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA – Ministério do Desenvolvimento Agrário); Cursos de Residência Agrária (Especialização e pesquisa em rede na Agricultura Familiar Camponesa e Especialização em Agroecologia – Ministério do Desenvolvimento Agrário); Cursos Superiores de Pedagogia da

Terra (PRONERA – Ministério do Desenvolvimento Agrário); Curso de Agronomia para Movimentos Sociais no Campo (Universidade do Estado de Mato Grosso); Curso de Especialização em Agroecologia (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia/PR); Curso Técnico em Agropecuária com qualificação em Agroecologia e Meio Ambiente (MST/ES); entre outros.

Esse caráter inovador assume, em seu conteúdo, uma proposta mais abrangente de reorientação da luta pela transformação social<sup>38</sup>. Isso é evidente nos eventos realizados pelo MST, em favor de alternativas para os assentamentos rurais. Entre as propostas de ação do I Congresso Nacional da Juventude Rural, realizado em Brasília, estão as referências sobre a agroecologia.

Trabalhar a partir da gestão econômica da propriedade para um novo modelo tecnológico; (...) Investir na agroecologia, lutar por linhas de créditos com juros diferenciados subsídios e rebato no capital para a agroecologia; (...) Apoiar as escolas agrotécnicas voltadas para a agroecologia (...) (JST, 2000a, s.p.).

Em 2002, no Paraná, aconteceu a “I Jornada de Agroecologia”, como parte do evento foi realizada uma feira de produtos agroecológicos para divulgação e venda aos participantes (JST, 2002, s.p.). A jornada da agroecologia também era um evento de grande envergadura para discussão dos temas relacionados à agroecologia e os caminhos da produção nos assentamentos rurais. Na II Jornada de Agroecologia, em 2003, as discussões foram sobre os alimentos transgênicos e os impactos na agricultura, a partir do tema principal: “*Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos*” (JST, 2003a, s.p.).

A III Jornada de Agroecologia reuniu na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, cerca de 4 mil pessoas em oficinas temáticas, manifestações públicas, apresentações culturais, conferências e debates em torno do tema: **Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura Camponesa**. (...) A jornada teve o objetivo de promover a troca de conhecimentos técnicos e de experiências de manejo agroecológico entre os agricultores (...) Em seu documento final, a jornada defende a implementação de um ‘projeto popular soberano para a agricultura camponesa, fundamentado na agroecologia’. (...) Desmistifica o agronegócio ‘exportador submisso às transformações que controlam as tecnologias agropecuárias, como as sementes transgênicas, o comércio e o transporte desses produtos no mercado global ao mesmo tempo em que

---

<sup>38</sup> Coerente com as mudanças na organização da produção e do trabalho nos assentamentos rurais, o MST criou, em 2002, o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, em substituição ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

desnacionalizam a economia; concentra renda e terra, gera aumento da violência contra trabalhadores rurais nas novas fronteiras agrícolas e destrói o meio ambiente'. É contra essa lógica que os movimentos sociais estão se mobilizando pela agroecologia que, ainda segundo o documento 'é uma realidade viva em construção' (...) (JST, 2004, s.p.).

Nos últimos anos o MST incentivou várias experiências em assentamentos rurais por todo o país, que se apresentam como alternativas viáveis à conjuntura econômica.

Atualmente existem várias iniciativas em todo o país que comprovam a eficiência deste sistema da produção. No Paraná, as 20 famílias do assentamento Santa Maria consolidaram a produção de cana-de-açúcar, onde produzem de 12 a 15 toneladas de açúcar mascavo por mês. A produção atende, além do comércio local, estados como RJ, MS e SP. (...) No Piauí, no assentamento Marrecas, região do semi-árido, um grupo de 30 famílias trabalham coletivamente, as culturas de uva, banana e goiaba. A primeira colheita, resultou em mais de 2 mil quilos de uva. São destes exemplos concretos que vêm a força do debate político sobre a produção agroecológica, que respeita a diversidade cultural e biológica das diferentes regiões do Brasil. Esta é a proposta do MST para o campo brasileiro (JST, 2006a, s.p.).

A partir da mobilização de recursos locais, agroecologia proporciona novas formas de cooperação, baseadas na diversificação da produção e ocupação da força de trabalho familiar. As atividades produtivas são resultado da organização dos assentados e das estratégias de produção em interação com outros produtores, comércio local, crédito, trabalho familiar, rentabilidade financeira e condições naturais da localidade.

Em estudo de caso no Assentamento Dorcelina Folador, no Norte do Paraná, fica evidente o apoio do MST à agricultura baseada nos princípios e práticas agroecológicos. Nesse Assentamento, o Movimento propôs desenvolver um projeto diferenciado, que o transformaria em referência na produção agroecológica no país. No processo de transição desencadeado pelo Movimento, a adesão dos assentados à produção sem utilização de insumos químicos era pequena, relacionada ao montante de produtores que praticavam a agricultura convencional.

Essa pesquisa nos esclareceu que toda a retórica discursiva do MST quanto a produção orgânica voltada para o assentamento Dorcelina Folador não se efetivou na medida em que a idéia de uma assentamento modelo não foi considerada como projeto real para a implantação. Neste caso as ações ficaram no nível do discurso sendo que a prática não encontrou estrutura

capaz de proporcionar a realização da idéia inicial em transformar o assentamento Dorcelina Folador em referência no Brasil em produção orgânica (NEGRI, 2005, p. 106).

Isso reflete a capacidade do agricultor em avaliar os projetos de desenvolvimento colocados a ele, não sendo passivo às iniciativas externas, como, por exemplo, a resistência à proposta de implantação da agroecologia. *“Quando se fala dos obstáculos para a difusão desta proposta mencionam-se os de caráter objetivo e estrutural, sem ser questionada a disposição e os interesses dos agricultores”* (GUIVANT, 1997, p. 423).

(...) verificamos que o assunto da produção orgânica causava constrangimento em algumas pessoas do assentamento, que preferem ter sua horta no modelo agroquímico, enquanto outros discordam. Além disso, sabíamos que o assentamento tinha sido previsto para ser modelo e referência na linha de produção orgânica do MST (...) (NEGRI, 2005, p. 88-89).

A mobilização em torno da agroecologia extrapola os limites econômicos e produtivos (acima destacados), a fim de buscar o caminho da sustentabilidade e da autonomia para o trabalhador rural. Esse novo rumo prevê um acirramento da oposição ao desenvolvimento rural dominante, expresso pela grande monocultura no país. *“O movimento criou um discurso coerente com as proposições agroecológicas, colocando as multinacionais de insumos industrializados como a principal responsável pelo sistema de dominação a que estes agricultores estão submetidos (...)”* (VERAS, 2005, p. 73).

Esse discurso foi construído, em grande parte pelos debates ocorridos nos eventos do Fórum Social Mundial. O I Fórum aconteceu em janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, contando com a participação de quase 5 mil delegados de 177 países.

O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2001).

Com o tema *Um outro mundo é possível*, foi concebido em contraposição ao Fórum Econômico Mundial, em Davos na Suíça, que estava sendo realizado no mesmo período. A Via Campesina teve um papel importante como mobilizadora dos movimentos populares e articuladora das principais propostas resultantes do encontro (JST, 2001a). O JST apresentou as principais idéias e linhas políticas resultantes do Fórum Social Mundial, dentre as quais estão a *luta pelas sementes saudáveis*, com o objetivo de lançar a campanha *As sementes são um patrimônio de humanidade*; outra linha foi a agricultura alternativa direcionada à sustentabilidade ambiental (JST, 2001a, p. 15).

O II Fórum Social Mundial foi realizado, também, em Porto Alegre, de 31 de janeiro a 04 de fevereiro de 2002. Seguindo os mesmos princípios do I Fórum Social Mundial, reafirmou o evento como espaço mundial dos movimentos sociais e organizações da sociedade para mobilização contra a globalização e o neoliberalismo. O discurso político enfatizou a resistência contra o modelo de político-econômico excludente, destacada em sua *Carta de Princípios*.

O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2001).

As parcerias firmadas através da Via Campesina possibilitaram, no III Fórum Social Mundial (2003), uma importante resolução (cumprindo um dos objetivos do I Fórum): o lançamento da *Campanha Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*, com repercussão para além das fronteiras nacionais<sup>39</sup>.

Lançada em 2003 por ocasião do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a Campanha pretende ser um instrumento de unificação das pautas e agendas dos movimentos sociais camponeses e de diversas entidades apoiadoras. Seu objetivo é mobilizar a sociedade contra a privatização da vida e dos meios de reprodução biológica tal como defendem as empresas transnacionais dos ramos agrícola e farmacêutico (CORRÊA; MONTEIRO, 2004, p. 40).

<sup>39</sup> O III Fórum foi realizado em Porto no mês de janeiro. Em 2004, o IV Fórum Social Mundial ocorreu em Mumbai, na Índia. O V Fórum retornou a Porto Alegre no ano de 2005. A edição de 2006 ocorreu em diferentes localidades do mundo, na África (Bamako – Mali), na Ásia (Karachi – Paquistão) e na América (Caracas – Venezuela).

Além da crítica ao modelo de produção e à tecnologia adotada (em todos os eventos mencionados), houve um impulso para o renovado discurso político sobre a dominação do capital no campo. Esse embate resultou em protestos e mobilizações do MST e da Via Campesina contra o capital internacional na agricultura, representado pelas empresas produtoras de insumos, equipamentos e máquinas, direcionados para a grande produção agrícola no país. Esse modelo, baseado, principalmente, no cultivo de grandes áreas de soja, milho e algodão, constitui, segundo o MST, o principal entrave para a reforma agrária. O chamado agronegócio (nomenclatura atribuída, nos últimos anos, a esse tipo de produção) percorre várias publicações do MST, como um modelo de produção a ser combatido e superado.

A agricultura brasileira vive um processo de disputa de projetos sobre seu futuro. De um lado, o chamado agronegócio, casamento da típica agricultura capitalista, baseada em investidores que moram na cidade e que contratam assalariados para cultivarem a terra de forma mecanizada, através do uso intensivo de agrotóxicos, organizando a produção na forma de monocultura. O pior é que a maior parte dos seus cultivos, como soja, cana, café, laranja e pecuária se destruíam à exportação. (...) De outro lado, temos a proposta de um modelo de agricultura camponesa. Ela é baseada no trabalho familiar e cooperativo, que direciona sua produção para alimentos saudáveis praticando a policultura, não usando agrotóxicos ou transgênicos e produzindo para o mercado interno. (...) A luta pela reforma agrária quer destruir o latifúndio improdutivo e, ao mesmo tempo, reivindicar um modelo agrícola camponês que se componha à ilusão do agronegócio que, na verdade, é a recriação do modelo agrícola colonial, que só privilegia as exportações (JST, 2004, s.p.).

Essa superação é almejada pelo processo de transição agroecológica nos assentamentos rurais. Diferentemente da década de 80 e 90, cujo projeto de desenvolvimento era voltado para as cooperativas de produção, a busca pela autonomia dos assentados passa atualmente pelos princípios da agroecologia.

Hoje a agricultura brasileira é disputada claramente por dois projetos. Um patrocinado pelo agronegócio e as transnacionais. O outro, reivindicado pelos movimentos sociais, defende a agricultura familiar, a biodiversidade e a natureza. (...) Já sabemos as enormes e graves conseqüências que o agronegócio traz para a classe trabalhadora do campo e para toda a sociedade brasileira. Sob o controle das transnacionais, produzem apenas para a exportação e dispensam mão-de-obra. Isso sem falar no trabalho escravo e na destruição permanente da biodiversidade. O fruto desta situação é que mais de 300 mil trabalhadores e trabalhadoras foram expulsos das áreas rurais. Parte destas pessoas migraram para as periferias das grandes cidades, abrindo caminho para o aumento da criminalidade, da população

carcerária, do desemprego e da prostituição. (...) Diante deste quadro é urgente pensar um novo modelo para o campo. É por isso que o MST e a Via Campesina se mobilizam: para exigir que suas reivindicações históricas sejam cumpridas. (...) Povos indígenas, quilombolas e famílias camponesas enfrentam uma nova conjuntura de enfrentamento no campo, caracterizada pelo avanço do capital financeiro internacional em suas terras. É por esta razão que se mobilizam contra o agronegócio, que aliado à empresas transnacionais, empobrece e expulsa das áreas rurais aquelas pessoas que sempre tiveram respeito e cuidado com a natureza. Semear, saber o tempo certo da colheita, trabalhar em sintonia e respeito com a terra é algo que somente a classe trabalhadora do campo sabe fazer (JST, 2006b, s.p.).

Novas relações sociais estão sendo construídas em conjunto com práticas agrícolas que visam à sustentabilidade no meio rural. *“A luta por Reforma Agrária deve caminhar junto com a luta em defesa da natureza, da água, da biodiversidade e da produção de alimentos baratos e livres de agrotóxicos e transgênicos para a população”* (JST, 2006, s.p).

Um dos desafios da produção agroecológica (orgânica) é a construção de mercado para os produtos, os quais possam atender à parcela da população interessada no consumo de alimentos livres de insumos químicos, com qualidade e garantia de origem. Geralmente, a comercialização dos produtos agroecológicos atua em um mercado singular e bastante restrito (feiras), que necessita ser ampliado. Apesar disso, a agroecologia apresenta-se como alternativa para os assentados, mediante incremento da renda e melhoria das práticas na unidade de produção.

A agroecologia reforça melhores oportunidades de remuneração para os produtos através da ocupação de um segmento de mercado que prima pela qualidade dos produtos. Mesmo que no caso das feiras não se pratique sobrepreço, a cotação dos produtos ecológicos no mercado é maior, fazendo com que permaneça no horizonte do agricultor esta possibilidade de remuneração. De outro lado, ao diversificar os cultivos este agricultor minimiza os riscos e incertezas da atividade agrícola, utiliza menor quantidade de insumos externos e, conseqüentemente, garante diminuição na dependência com os mercados (VERAS, 2005, p. 84).

A principal forma comercialização da produção orgânica são as feiras (circuitos curtos de comercialização), que colocam numa relação direta o produtor e o consumidor. Esse canal de mercado atende a um segmento específico da população, preocupada em consumir um alimento saudável e livre de agrotóxicos. Essa relação possibilita

consolidar a produção orgânica (mesmo que em baixa quantidade) e a proposta agroecológica nos assentamentos rurais. A feira não é só um espaço de comercialização, é “(...) *um espaço onde é possível veicular não só os produtos, mas a imagem da reforma agrária*” (VERAS, 2005, p. 91).

A busca pela ampliação da produção orgânica e do mercado consumidor pode acarretar uma forma distinta de organizar o trabalho, provocando uma diferenciação substantiva nos princípios e valores do desenvolvimento sustentável.

A pergunta que se coloca é se a busca pela ampliação da agricultura orgânica - e dos seus mercados – faz com que ela seja, imediatamente submetida aos mesmos modos de organização e comercialização da agricultura convencional, perdendo, por isso, o seu conteúdo ético e o seu caráter contestatório (SCHMIDT, 2001, p. 63).

A produção orgânica corre o risco – a partir de uma possível ampliação – de reproduzir as mesmas relações de exclusão sócio-econômica da agricultura convencional, descaracterizando a proposta de desenvolvimento através da agroecologia. A diferenciação social provocada pelo assalariamento no campo, via produção em larga escala, pode ser apropriada por uma agricultura orgânica essencialmente mercantilizada. Essa questão será enfrentada quando ocorrer uma ampliação do mercado consumidor e, conseqüentemente, maior remuneração pelos produtos.

A inserção dos assentados em outros circuitos de comercialização, como por exemplo, os circuitos longos (supermercados, entre outros), exige a ampliação da produção e o incremento de novas técnicas, porém isso “(...) *não quer dizer que se deva abandonar os circuitos atuais. Ao contrário, eles devem ser fortalecidos, reinventados*” (SCHMIDT, 2001, p. 65). É muito importante a afirmação da relação direta com o consumidor, garantindo o abastecimento desse mercado específico. Porém, esse consumidor “convicto” pertence ao circuito mercantil particular da produção orgânica, sendo fundamental a ampliação da comercialização para outros consumidores, que freqüentam outros espaços e possam ter como opção produtos com maior qualidade. Alcançar esse consumidor “ocasional” é o grande desafio para a produção inserida nas relações agroecológicas (SCHMIDT, 2001).

As considerações acerca do mercado demonstram o quanto a agroecologia tem possibilidade de evoluir em todas as suas dimensões. As estratégias locais, em interação constante, com elementos internos e externos, proporcionam um aprendizado ininterrupto de construção/desconstrução/reconstrução do conhecimento. A organização coletiva possui a

tarefa fundamental de articular a diversidade em torno de um projeto comum, construído de forma participativa em sua totalidade.

Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras do campo agroecológico constituem já embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional. (...) As lutas dos movimentos sociais no campo têm demonstrado que a reforma agrária e a garantia das populações ao território são inseparáveis da proposta agroecológica. Experiências evidenciam que nas lutas pela desapropriação de áreas para a reforma agrária há assentamentos rurais que vêm incorporando de forma bem sucedida a matriz produtiva agroecológica e desenvolvendo uma nova concepção de organização do espaço contrapondo-se aos modelos insustentáveis dos assentamentos convencionais (ENA, 2006, p. 03-04).

Essa passagem da *Carta Política* do II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)<sup>40</sup>, realizado em junho de 2006, em Recife, explicita os rumos a serem tomados na condução dos assentamentos de reforma agrária no país. “*O evento colocou em pauta a troca de experiências, a construção de estratégias comuns para o fortalecimento da agroecologia e, principalmente, a discussão de estratégias para o enfrentamento ao agronegócio*” (JST, 2006a, s.p.). Esse avanço, ainda em fase inicial, pressupõe, concomitantemente, o fortalecimento da organização coletiva, o avanço das pesquisas científicas e construção de um saber local, resignificado incessantemente nas práticas cotidianas. A articulação entre essas dimensões permite emergir um conhecimento diferenciado, ligado às necessidades contextuais, materializado nas práticas produtivas nos assentamentos rurais. Esse conhecimento agrobiodiverso, em processo de produção e circulação, gerado cotidianamente através da agroecologia, possibilita a criação de alternativas locais voltadas para projetos de desenvolvimento essencialmente coletivos.

---

<sup>40</sup> O I Encontro Nacional de Agroecologia foi realizado em 2002, na cidade do Rio de Janeiro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho buscou apresentar a trajetória histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), referenciada na organização do trabalho e da produção nos assentamentos rurais. Esse processo foi marcado, na década de 80, pela construção de um projeto de cooperação agrícola e pela estruturação de cooperativas de produção voltadas para o cultivo em larga escala. As atividades produtivas eram organizadas através da coletivização do trabalho (especialização de tarefas), utilização intensiva de insumos externos, mecanização agrícola e agroindustrialização, considerada, naquela época, *locus* da geração de emprego e renda.

A contradição desse modelo produtivista foi sentida nas dificuldades de implementação do cooperativismo nos assentamentos. Essa situação provocou uma mudança nas estratégias do MST, que passou a reconhecer os limites do paradigma de produção adotado. A partir desses questionamentos, o Movimento aderiu à agroecologia, como princípio político e organizativo das ações de luta pela terra e desenvolvimento dos assentamentos rurais.

O surgimento do MST decorre de um desencadeamento histórico iniciado pela concentração de terra e a conformação de uma elite agrária conservadora no país. Essa característica da sociedade brasileira foi preservada, em seu fundamento, mantendo a estrutura político-territorial praticamente inalterada. Esse cenário foi construído sobre o impedimento da grande maioria da população rural ter acesso a terra.

No Capítulo 1 foi realizada uma breve discussão dos principais elementos da questão agrária no Brasil, desde formação da colônia à modernização agrícola no século XX. A agricultura moderna foi interpretada como resultado da apropriação capitalista no meio rural, gestada pelas formas de organização da produção desenvolvidas pelo modelo agroexportador constituído no período colonial. As relações de trabalho, do escravismo até o “trabalho livre”, atendiam aos interesses da elite agrária, que buscava a acumulação de terra e de capital, guardadas as particularidades de cada período histórico.

Um grande “salto qualitativo e quantitativo” a esse processo foram as inovações tecnológicas da Revolução Verde, que possibilitaram maior produtividade e rentabilidade para os grandes proprietários rurais. As mudanças nas bases técnicas, por meio da introdução de máquinas e insumos químicos produzidos na indústria, foram fundamentais para consolidar a modernização da agricultura. Em seu bojo, os problemas sociais foram se

agravando no meio rural. A expansão das grandes lavouras refletia na expropriação de meeiros, posseiros e arrendatários, os quais eram praticamente obrigados a residir, de forma precária, nos grandes centros urbanos. Isso foi mais intenso após o golpe militar de 1964. A modernização da agricultura se tornou um projeto de Estado, que impôs uma lógica de desenvolvimento contraditória à realidade da agricultura tradicional no país. Grande parte dos agricultores que não se integraram ao mercado passou a se proletarizar nas grandes fazendas na forma de trabalhadores temporários (“bóia-fria”).

A crise de legitimidade da ditadura militar e os graves problemas sociais no campo constituíram um terreno fértil para a formação do MST. Através de mobilizações, ocupações e acampamentos, principalmente na região Sul do Brasil, o Movimento adentrou no cenário nacional como principal organização social de luta pela terra.

Desde sua constituição, o MST lutou para romper as barreiras impostas pela estrutura fundiária no país, pressionando os governos – após “transição democrática” – para implementação de políticas de reforma agrária. O avanço do Movimento gerou reação dos grandes latifundiários, que constituíram a União Democrática Ruralista (UDR), uma organização reacionária, contrária às políticas governamentais de reforma agrária. A UDR conseguiu limitar as conquistas do MST, principalmente na Constituinte e na eleição do primeiro “governo democrático”, após a ditadura militar. Nesse contexto, o Movimento voltou seus esforços para a viabilização dos assentamentos rurais conquistados, entendidos como extensão da resistência e luta pela terra. A análise desse período e da organização da produção e do trabalho nos assentamentos foi realizada no Capítulo 2.

Como forma de adequar a produção nos diversos assentamentos rurais espalhados no país, o MST criou uma estrutura organizacional para consolidar seu projeto de cooperação agrícola. Esse projeto estava centrado na formação de cooperativas de produção, consideradas como forma mais avançada de trabalho coletivo. Por meio de instrumental teórico marxista, o MST implementou o cooperativismo sobre os mesmos pilares da agricultura moderna, utilizando insumos químicos e mecanização agrícola; padronizando a produção através da monocultura de milho, algodão e soja, principalmente; organizando o trabalho pela especialização de tarefas, nos mesmos moldes de um empreendimento capitalista. Para dar funcionalidade a esse processo, o Movimento articulou os princípios teóricos com uma estrutura representativa em nível local, estadual e nacional. Essa estrutura era importante para a manutenção do controle pela “Direção Nacional” do MST e troca de experiências entre os assentamentos rurais.

Quanto à orientação teórica, a busca pela superação das relações tradicionais do campesinato, consideradas inferiores e um empecilho para o desenvolvimento da produção e do trabalho coletivo no interior das cooperativas, era fundamental. Através de elementos pedagógicos inseridos nos Laboratórios Organizacionais de Campo (LOC), Curso Técnico em Administração Cooperativa (TAC), Formação Integrada da Produção (FIP) e nas próprias escolas dos assentamentos rurais, o MST buscou construir um novo sujeito (“sem terra”) pautado por princípios que potencializariam a organização do trabalho e o desenvolvimento econômico da produção.

A constituição do modelo cooperativista culminou na implantação de inúmeras cooperativas em todas as regiões do país, ligadas às orientações advindas da estrutura organizacional formada pelo Movimento. A expansão das cooperativas nos assentamentos rurais aconteceu num novo cenário político-institucional – fim do governo Collor –, quando a reforma agrária retornava à agenda governamental através do assentamento de trabalhadores e acesso a crédito especial. Durante esse período, o MST apresentou diversas experiências bem sucedidas de cooperativas, tentando demonstrar que seu projeto de desenvolvimento para os assentamentos rurais tinha viabilidade.

Apesar dos esforços do Movimento, o modelo cooperativista entrou em crise, provocada principalmente: pela ofensiva do Estado na desestruturação da política de crédito e criminalização da luta pela terra; pela resistência dos assentados à coletivização do trabalho; pela contradição contida nas práticas agrícolas, dependentes de recursos externos (insumos químicos, equipamentos e máquinas); e pelo não reconhecimento da diversidade social presente nos assentamentos rurais (localidade). Esses limites foram cruciais para o esgotamento do cooperativismo do MST. Essa problemática e processo de mudança do paradigma de produção, a partir desse contexto de crise, foram discutidos no Capítulo 3.

Apesar de criticar veemente a acumulação da terra e a exclusão de milhares de trabalhadores do processo de produção no campo, o MST incorporou contraditoriamente a lógica modernizante para a condução dos projetos dos assentamentos no Brasil. A reprodução do modelo da modernização da agricultura, incentivando a produção de culturas em larga escala com competitividade no mercado, foi responsável pela condução de projetos incompatíveis com a realidade de várias localidades no Brasil. A produção monocultora de milho, soja, algodão, entre outros cultivos, provocou um colapso na estrutura de grande parte dos assentamentos rurais. O baixo rendimento por área e as presilhas aos preços praticados no mercado foram elementares para o questionamento do modelo de produção adotado pelo Movimento.

A política de crédito para custeio da produção, baseada na compra de insumos e máquinas, alinhada à perspectiva modernizante da agricultura era incoerente com as realidades locais. Isso é constatado a partir do momento em que se estabelece um maior foco na produção agrícola, não garantindo recursos suficientes para infra-estrutura básica, primordial para auto-sustentação e reprodução social dos trabalhadores assentados. Nesse contexto, o padrão de acumulação econômica sobrepunha às estratégias de desenvolvimento local, baseado em elementos ordenados em cada contexto.

Essas contradições foram essenciais para que o Movimento reavaliasse a matriz tecnológica de produção e a própria organização coletiva do trabalho. Algumas experiências pontuais de práticas alternativas – a partir da metade da década de 90 – passaram a adquirir relevância dentro do MST. Consideradas secundárias, essas iniciativas tornaram-se protagonistas de uma mudança significativa no Movimento: a aproximação com a noção de sustentabilidade. A agricultura, antes voltada apenas para a esfera econômica, incorporou outras dimensões: social e ambiental. Adequando-se aos principais debates sobre desenvolvimento rural e preservação dos recursos naturais, o MST, articulado com a Via Campesina, adotou a agroecologia como um novo paradigma de produção e de luta política. A partir do 4º Congresso Nacional, o Movimento organiza sua agenda para potencializar e aprofundar as discussões sobre agroecologia nos assentamentos rurais.

Como um processo em construção, os assentamentos iniciaram uma gradual transição da agricultura modernizante para práticas sustentáveis. Essa transição, a médio e longo prazo, requer uma nova mudança de valores e práticas nos assentamentos rurais. Toda construção do MST, em torno da superação do campesinato, padronização da produção, especialização de tarefas, utilização de recursos externos e controle organizativo – Direção Nacional – terá que ser desconstruída/reconstruída em novas bases. O longo período de incentivo ao cooperativismo possibilitou a afirmação – mesmo que deficitária – de um modelo de produção e trabalho coletivo, e sua mudança dependerá de novos esforços organizativos nos assentamentos rurais.

O único elemento do processo de implementação do modelo cooperativista que deverá ser ressaltado é a organização coletiva, entretanto, na agroecologia, o trabalho coletivo tem que estar articulado com as necessidades dos contextos locais – diferentemente do paradigma dependente da indústria e dos preços do mercado, externo à realidade dos assentamentos rurais.

A agroecologia, enquanto ciência que integra conhecimentos modernos e saber tradicional, busca a construção de alternativas de acordo com cada localidade. Isso

pressupõe a ênfase na heterogeneidade dos contextos e no planejamento participativo, o que permite visualizar as limitações e possibilidades de implantação de qualquer projeto de desenvolvimento. A organização descendente, através das estruturas representativas no MST, deverá dar lugar à construção do conhecimento local e do resgate do saber tradicional (camponês) – antes criticado pelo Movimento. As incoerências da coletivização do trabalho – compulsória e padronizada – nos assentamentos rurais não se adequam à proposta de ação coletiva – participativa e contextualizada – contida nos princípios da transição agroecológica.

Em relação à produção, o MST altera, em grande medida, sua orientação. A produção cooperativa em larga escala, voltada para a industrialização e mercado externo, considerada forma superior de organização e desenvolvimento econômico, perde espaço para o incentivo à produção agroecológica, baseada na diversificação da produção e utilização de recursos internos, em sua grande maioria.

O estilo de produção fomentado, em grande medida, até poucos anos torna-se o principal adversário político do Movimento: o agronegócio. A “bandeira de luta” agroecológica se opõe totalmente às práticas do agronegócio, degradantes e excludentes, responsáveis pela concentração fundiária e destruição do meio ambiente. As grandes empresas multinacionais produtoras de insumos e máquinas tornam-se alvo das críticas do MST, principalmente em relação ao fomento ao agronegócio e às pesquisas em biotecnologia (transgênicos).

Além do latifúndio improdutivo (principal adversário do Movimento até o início dos anos 2000), as empresas multinacionais e o agronegócio são extremamente combatidos, sobretudo pelas mobilizações internacionais organizadas pela Via Campesina. Esse embate possui como contraponto a agroecologia e seus princípios, totalmente diversos ao paradigma agrícola agroexportador.

Como já apontado anteriormente, a transição agroecológica no MST é um processo muito recente. As experiências nos assentamentos rurais estão em fase de aperfeiçoamento e avaliação, como o próprio Movimento e sua estrutura. Isso abre espaço para a realização de inúmeros estudos de caso, com a análise enfocada na mudança da matriz tecnológica para a agroecologia, ressaltando os impactos na produção, no trabalho e nas relações sociais. Além disso, possibilita pesquisas que contribuam para a construção de estratégias de sustentabilidade locais.

Para consolidar a agroecologia, o MST não necessita mudar apenas os assentamentos (produção e trabalho), mas a si próprio, enquanto mediador do processo de transição para um modelo de agricultura diferenciado daquele que adotou por mais de uma

década. Essa mudança significativa rompe com os elementos fundamentais da modernização da agricultura e inaugura um novo momento para os assentamentos rurais, marcado pela busca do desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

\_\_\_\_\_. Significados sociais, desafios e potencialidades da agroecologia. In: BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela D. D. (Orgs) **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 239-247.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade, ética e cidadania: novos desafios da agricultura. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre, vol. 1, n° 4, p. 15-20, nov/dez, 2005.

ALTIERI, Miguel. A. & YURJEVIC, Andrés. La Agroecología y el desarrollo en América Latina. In: Agroecología y Desarrollo. **Revista del CLADES**, año I, n° I, p. 25-36, marzo, 1991.

ALTIERI, Miguel. **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Editorial Nordan–Comunidad, 1999.

ANDRADE, Manuel C. O Movimento dos Sem Terra e sua significação. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 01, n° 02, p. 13-26, 2002.

BASSANI, Paulo. **Trabalhadores rurais: resistência e descoberta**. Londrina: EDUEL, 2006.

BERGAMASCO, Sônia M. P.; FERRANTE, Vera L. B.; D' AQUINO, Teresinha. Assentamentos de trabalhadores rurais em balanço: a roda vida viva de seu passado/presente. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Editora Vértice, São Paulo, p. 253-280, 1991.

BERGAMASCO, Sônia M. P.; CARMO, Maristela S. Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol. 21, p. 60-68, jan/abr, 1991.

BERGAMASCO, Sônia M. P.; NORDER, Luiz A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BOFF, Leonardo. Alimentar nossa mística. **Caderno de Formação**, n° 27. São Paulo: MST, 1998.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí – RS: Fidene, 1985.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 1, n° 1, p. 16-37, jan/mar, 2000.

\_\_\_\_\_. **A extensão rural no Rio Grande do Sul: da tradição “Made in USA” ao paradigma agroecológico**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.

\_\_\_\_\_. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 3, n° 3, p. 70-85, jul/set, 2002.

CARDOSO, Eulália E. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol. 4, n° 3, p.140-153, set/dez, 1994.

CARVALHO, Rita M. **O pão cotidiano contra a grandeza da nação**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

CARVALHO, Francismar A. L. Perspectivas teóricas acerca da leitura e análise de relatos de viajantes: Hercules Florence, narrador. **Revista História e Estudos Culturais**, vol. 2, n° 2, ano II, p. 01-20, abr/mai/jun, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa–Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CHAYANOV, Alexandr V. Sobre la teoria de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos de Pasado y Presente**. México: Siglo XXI Editores, 1981.

CINTRÃO, Rosângela P. A reforma agrária e a reconversão produtiva do meio rural. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, p. 34-36, out, 2005.

CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil). Concrab: quatro anos organizando a cooperação. **Revista Concrab**. São Paulo: Concrab/MST, 1996.

CONCRAB. **Cooperativas de produção: questões práticas**. São Paulo: Concrab/MST, 1996a.

CONCRAB. Sistema cooperativista dos assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola**, n° 5. São Paulo: Concrab/MST, 1997.

CONCRAB. Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999). **Caderno de Cooperação Agrícola**, n° 8. São Paulo: Concrab/MST, 1999.

CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável). **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2006.

CNUMAD (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Agenda 21 Global**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>. Acesso em: maio de 2007.

CORDANI, Umberto G. Ecos da Eco 92 na reunião da SBPC. **Estudos Avançados**, São Paulo, ano 6, n° 15, p. 97-102, 1992.

CORRÊA, Ciro E.; MONTEIRO, Dênis. O MST e a campanha Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 1, p. 40-43, nov, 2004.

COSTA NETO, C. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: COSTA, Luis. F. C.; MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina. (Orgs.) **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

COSTA NETO, Canrobert P. L.; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecologia Política: Naturaleza, Sociedad y Utopia**. México: Clacso, 2002. p. 203-215.

COSTABEBER, José A.; MOYANO, Eduardo. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 1, n° 4, p. 50-60, out/dez, 2000.

COSTABEBER, José A. Transição agroecológica: rumo à sustentabilidade. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, vol. 3, n° 3, p. 04-05, out, 2006.

D' INCAO, Maria C. **O bóia fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1975.

D' INCAO, Maria C.; ROY Gérard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DIAS, Marcelo M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo "serviço de ATEs". **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, vol. 21, n° 3, p. 499-543, set/dez, 2004.

DOBROWOLSKI, Kazimierz. La cultura campesina tradicional. In: SHANIN, Teodor (Org.). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EID, Farid; BUENO, Eloísa P. A organização da produção em cooperativas de reforma agrária. **Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 1999.

ENA (Encontro Nacional de Agroecologia). **Carta Política do II ENA**. Recife, 2006.  
ESTERCI, Neide, et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol. 22, p. 04-15, set/dez, 1992.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FERNANDES, Bernardo M. **MST. Formação e territorialização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Movimento social como categoria geográfica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, nº 15, p. 59-85, 2000a.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Carta de Princípios**. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <[www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)>. Acesso em: maio de 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GLIESSMAN, Sthephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da G. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. Teses e Pesquisas. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. A industrialização e a urbanização da agricultura Brasileira. **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, vol. 7, nº 3, p. 02-10, jul/set, 1993.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1963.

GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, vol. 14, nº 3, p. 411-446, set/dez, 1997.

HECHT, Susana. B. La Evolución del pensamiento agroecológico. In: Agroecologia y Desarrollo. **Revista del CLADES**, año I, nº I, p. 02-15, marzo 1991.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (O Homem e a História).

KAGEYAMA, Ângela, et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. et al (Orgs). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 1990 (relatório nº 127).

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980

KERBLAY, Basile. Chayanov y la teoría del campesinado como un tipo específico de economía. In: SHANIN, Teodor (Org). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

KLEBA, John B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol. 4, nº 3, p.132-139, set/dez, 1994.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1982.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 3, nº 1, p. 36-51, jan/mar, 2002.

MACIEL, David. Questão agrária e política no Governo Sarney e na Constituinte (1985-1990). **GUANICUNS, Rev. Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns**, FECHA/FEA, Goiás, nº 2, p. 171-193, 2005.

MARTINS, José de S. **A chegada do estanho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEDEIROS, Leonilde S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MELGAREJO, Leonardo. O desenvolvimento, a reforma agrária e os assentamentos: espaços para a contribuição de todos. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 2, nº 4, p. 58-68, out/dez, 2001.

MOONEY, Pat R. **O escândalo das sementes: o domínio da produção de alimentos**. São Paulo, Nobel, 1987.

MORAIS, Clodomir S. Elementos sobre a teoria da organização no campo. **Caderno de Formação**, nº 11. São Paulo: MST, 1986.

\_\_\_\_\_. Organización de assentamientos. **Primeira Versão**, Porto Velho, ano I, nº 56, p. 02-08, out, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Organização Autogestionária**. Porto Velho: Edufro, 2002.

MOREIRA, Roberto J. Pensamento científico, cultura e Eco-92: alguns significados da questão ambiental. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol. 23, nº 1, p.14-39, jan/abr, 1993.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Formação**, nº 20. São Paulo: MST, 1993.

\_\_\_\_\_. Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação**, nº 8. São Paulo: MST, 1996.

MÜLLER, Geraldo. Ambivalências da modernização agrária. Ampliação do modo capitalista intensivo de produzir e distribuir das atividades agrárias. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 21, p. 168-184, jul, 1988.

NAVARRO, Zander; MORAES, Maria S.; MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (Org). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

NAVARRO, Zander. O MST e a canonização da ação coletiva (comentário ao artigo de Horácio Martins Carvalho). In: SANTOS, Boaventura S. (Org). **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NEGRI, Paulo S. **A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: o caso do Assentamento Dorcelina Folador no município de Arapongas – Paraná.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

NORDER, Luiz A. C. Desenvolvimento rural, Estado e Sociedade. **Revista Mediações**, Londrina, vol. 5, n° 1, p. 95-107, jan/jun, 2000.

\_\_\_\_\_. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

PAULUS, Gervásio. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PEREIRA FILHO, José. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contornos da escola e da vida.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2003.

PINHO, Diva B. **Que é cooperativismo.** São Paulo: São Paulo Editora, 1966. (Coleção Buriti)

PRADO JR, Caio. **A questão agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

REGO, Murilo L. Dilemas da questão agrária brasileira: tem futuro a reforma agrária? **São Paulo em perspectiva**, vol. 7, n° 3, p. 21-29, jul/set, 1993.

SADER, Eder. **O rumor de botas. Ensaio sobre a militarização do Estado na América Latina.** São Paulo: Polis, 1982. (Teoria e História, 11)

\_\_\_\_\_. **Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais. Um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.

\_\_\_\_\_. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 2, n° 1, p. 62-73, jan/mar, 2001.

SCHWARZ, Alf. Lógica do Desenvolvimento do Estado e Lógica Camponesa. **Revista Tempo Social**, São Paulo, p. 75-114, 1° sem., 1990.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 2, n° 1, p. 35-45, jan/mar, 2001.

SILVA, Émerson N. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n° 51, p. 99-121, fev., 2003.

STÉDILE, João P.; GÖRGEN, Frei Sérgio. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Editora Scritta, 1993.

STÉDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

THORNER, Daniel. Una teoría neopopulista de la economía campesina: la escuela de A. V. Chayanov. **Cuadernos de Pasado y Presente**. México: Siglo XXI Editores, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. (Série tudo é história, 48)

VERAS, Melissa M. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ZAMBERLAM, Jurandir. Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica dos assentamentos. In: MEDEIROS, Leonilde S. et al (Org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 271-286.

ZIMMERMAN, Neuza. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde S. et al (Org). **Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 205-224.

WEID, Jean M. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, vol. 3, n° 1, p. 18-20, abr, 2006.

**ANEXO**

**DOCUMENTAÇÃO CITADA****JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA<sup>41</sup>**

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 61, ano VI, 1987.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 62, ano VI, 1987a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 65, ano VI, 1987b.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 68, ano VI, 1987c.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 74, ano VIII, 1988.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 75, ano VIII, 1988a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 77, ano VIII, 1988b.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 91, ano X, 1990.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 92, ano X, 1990a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 93, ano X, 1990b.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 95, ano IX, 1990c.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 97, ano IX, 1990d.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 99, ano IX, 1990e.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 101, ano X, 1991.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 104, ano X, 1991a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 105, ano X, 1991b.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 112, ano X, 1992.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 113, ano XI, 1992a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 119, ano XI, 1992b.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 123, ano XII, 1993.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 125, ano XII, 1993a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, nº 131, ano XII, 1993b.

---

<sup>41</sup> Até julho/agosto de 1990, o ano do JST era X, na publicação dessa edição e posteriores o número do ano do jornal volta a ser IX e subsequentes.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° XX, ano XII, 1993c.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: setembro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 135, ano XIII, 1994.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 136, ano XIII, 1994a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 137, ano XIII, 1994b.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 139, ano XIII, 1994c.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 144, ano XIV, 1995.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 148, ano XIV, 1995a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 151, ano XIV, 1995b.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: setembro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 153, ano XIV, 1995c.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: setembro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 156, ano XV, 1996.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 157, ano XV, 1996a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 164, ano XV, 1996b.

Disponível em: <[www.armazemmemoria.com.br](http://www.armazemmemoria.com.br)>. Acesso em: maio de 2007.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 166, ano XVI, 1997.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 174, ano XVI, 1997a.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 177, ano XVI, 1998.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 182, ano XVII, 1998a.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: setembro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 183, ano XVII, 1998b.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: setembro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 190, ano XVII, 1999.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: setembro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 193, ano XVIII, 1999a.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: setembro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 202, ano XVIII, 2000.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: setembro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 203, ano XVIII, 2000a.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: outubro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 206, ano XIX, 2001.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: outubro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 207, ano XIX, 2001a.

Disponível em: <[www.armazemmemoria.com.br](http://www.armazemmemoria.com.br)>. Acesso em: maio de 2007.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 210, ano XIX, 2001b.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: outubro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 220, ano XX, 2002.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: outubro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 224, ano XXI, 2002a.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: outubro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 227, ano XXI, 2003.

<[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)> acesso em out. de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 229, ano XXI, 2003a.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: outubro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 241, ano XXII, 2004.

Disponível em: <[www.kanji.com.br/armazem](http://www.kanji.com.br/armazem)>. Acesso em: outubro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 262, ano XXIV, 2006.

Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: outubro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 263, ano XXIV, 2006a.

Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: outubro de 2006.

JST. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 264, ano XXV, 2006b.

Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: outubro de 2006.